

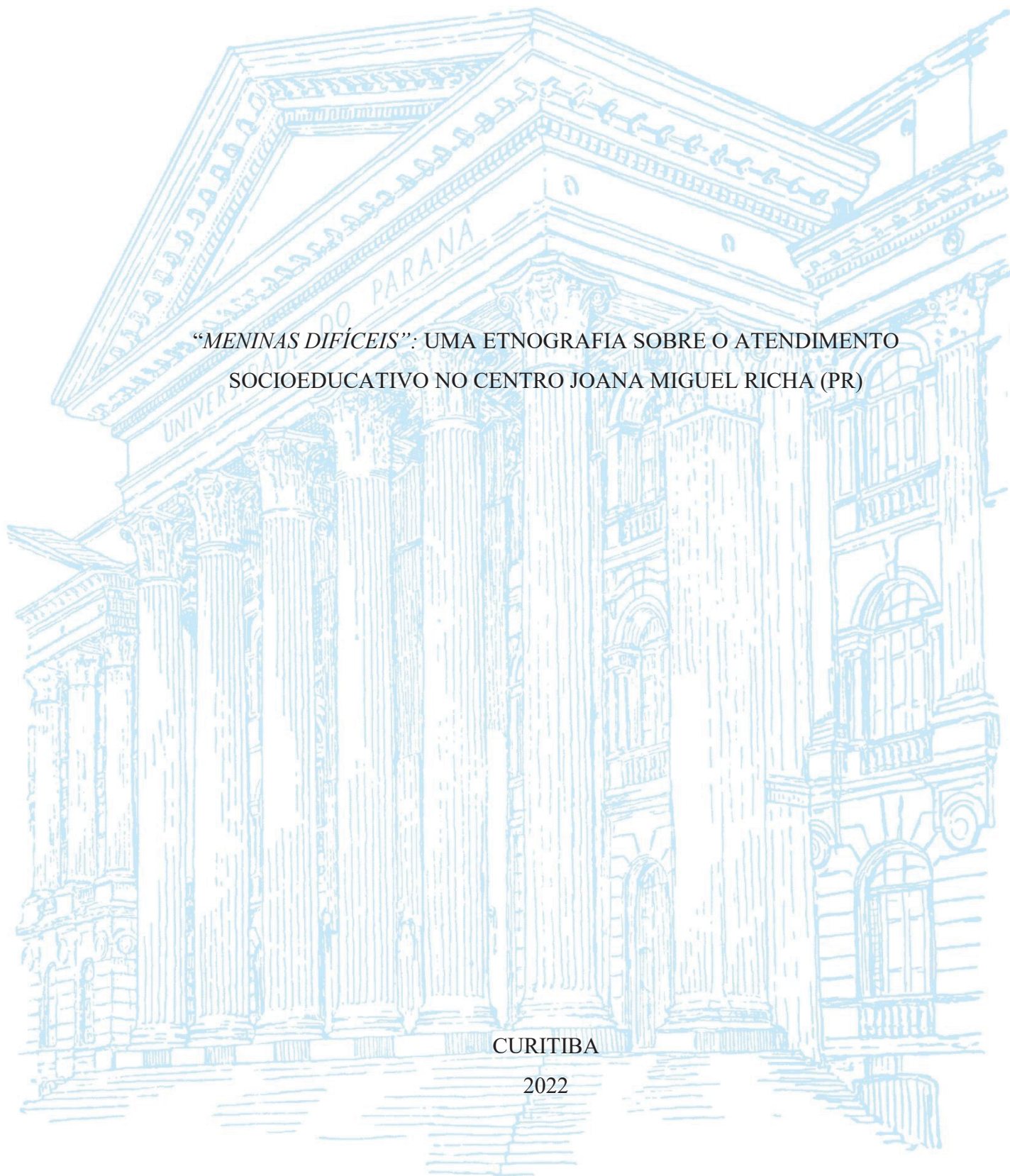
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELA GUEDES CARSTEN DA SILVA

“MENINAS DIFÍCEIS”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE O ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO NO CENTRO JOANA MIGUEL RICHÁ (PR)

CURITIBA

2022



MARCELA GUEDES CARSTEN DA SILVA

“MENINAS DIFÍCEIS”: UMA ETNOGRAFIA SOBRE O ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO NO CENTRO JOANA MIGUEL RICHÁ (PR)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação Antropologia E Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, Marcela Guedes Carsten da
“Meninas difíceis”: uma etnografia sobre o atendimento
socioeducativo no Centro Joana Miguel Richa (PR). / Marcela Guedes
Carsten da Silva. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ciméa Barbato Bevilaqua

1. Adolescentes (meninas) - Conduta. 2. Adolescentes – infrações.
3. Menores – Estatuto legal, leis, etc, 4. Centro Socioeducativo Joana
Miguel Richa – Curitiba (PR) I. Bevilaqua Ciméa Barbato, 1965-
II. Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em
Antropologia e Arqueologia. III. Título.

Bibliotecária: Aparecida Noeli Furquim Geffer – CRB 9/1309

ATA Nº196

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM ANTROPOLOGIA

No dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois às 14:00 horas, na sala 617, Departamento de Antropologia, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestrand **MARCELA GUEDES CARSTEN DA SILVA**, intitulada: **"Meninas difíceis": uma etnografia sobre o atendimento socioeducativo no Centro Joana Miguel Richa (PR)**, sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: CIMÉA BARBATO BEVILAQUA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), HELENA PATINI LANCELLOTTI (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL), EVA LENITA SCHELIGA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós- Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: A banca destaca a qualidade da pesquisa e recomenda seu desdobramento na publicação de artigos.

CURITIBA, 24 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

24/03/2022 17:47:06.0

CIMÉA BARBATO BEVILAQUA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/03/2022 10:47:54.0

HELENA PATINI LANCELLOTTI

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

28/03/2022 16:46:41.0

EVA LENITA SCHELIGA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARCELA GUEDES CARSTEN DA SILVA** intitulada: "**Meninas difíceis**": uma etnografia sobre o atendimento socioeducativo no Centro Joana Miguel Richa (PR), sob orientação da Profa. Dra. CIMÉA BARBATO BEVILAQUA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

24/03/2022 17:47:06.0

CIMÉA BARBATO BEVILAQUA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

30/03/2022 10:47:54.0

HELENA PATINI LANCELOTTI

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

28/03/2022 16:46:41.0

EVA LENITA SCHELIGA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Ao Tio Favo e ao Vô Nilton, que fazem parte das 649 mil pessoas vítimas da Covid-19.

AGRADECIMENTOS

À professora Ciméa Bevilaqua, que me acompanhou desde a graduação e se tornou uma referência sobre que tipo de antropóloga que eu almejo ser. As melhores coisas que aprendi como pesquisadora foram a partir das suas orientações. Obrigada pelo acompanhamento durante esses anos, sem sua análise, boa parte deste trabalho estaria nos comentários do word. Foi um privilégio ter você ao meu lado nesse processo.

Agradeço à professora Juliane Bazzo e ao professor Miguel Carid, pelas contribuições durante a banca de qualificação. Espero ter incorporado parte da espontaneidade na versão final da escrita da dissertação. Se o texto pareceu quadrado em algum momento, atribuo a culpa a outra metade da pesquisadora, que ainda é muito vinculada ao pensamento do *dever-ser*.

Agradeço às professoras da banca de defesa: Eva Scheliga, uma das primeiras pessoas a me ensinar a pesquisar e que, assim como a Ciméa, foi fundamental para minha escolha pela antropologia. Parte do que sou hoje é devido as conversas que partilhamos e a sua delicadeza em me ensinar os passos mais básicos. Obrigada por aceitar participar da minha banca de defesa, ser avaliada por você foi uma honra. E à Helena por também ter aceitado o convite para a avaliação final. Admiro suas pesquisas e fico muito feliz em poder contar com as suas considerações.

Agradeço aos amigos da UFPR, que mesmo distanciados pela Covid-19 se fizeram presente pelas trocas de mensagens, dicas de pesquisa e conversas para aliviar a tensão da academia, em especial: Camila, Fabiano, Henrique, Naomi e Tiemi.

Agradeço ao André, pelo apoio em todas as etapas deste processo e que me ajudou a lembrar que as coisas não precisam ser perfeitas e que o conhecimento é um processo. “Aturei” seus debates sobre normatividade, pois sempre aprendi muito com você. À minha família, que mesmo não entendendo exatamente o que eu fazia (o eterno problema dos cientistas sociais) me apoiaram e tiveram paciência durante a realização da minha pesquisa.

Agradeço à Capes, por ter financiado este trabalho, apoio sem o qual não seria possível completar o sonho do mestrado. E, por fim, aos funcionários e às funcionárias das unidades socioeducativas, principalmente do Cense Joana Miguel Richa, pelo acolhimento e colaboração durante a produção deste trabalho.

RESUMO

No Brasil, quando uma adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos) comete uma prática considerada crime, ela é submetida a um processo de responsabilização, as medidas socioeducativas. Existem cinco tipos de medidas, entre elas a internação, considerada a mais grave de todas. Após a decisão do juiz, uma jovem sentenciada pode ficar até três anos privada de liberdade dentro de um Centro de Socioeducação. Diferente das pessoas adultas que são submetidas a uma pena com prazo específico, a liberdade das meninas só é reconquistada a partir da avaliação positiva da sua conduta dentro da instituição, avaliada a partir dos relatórios técnicos, elaborados de seis em seis meses pela unidade socioeducativa. No Paraná, o Centro Socioeducativo Joana Miguel Richa era o local designado para executar esse tipo de atendimento. Tratava-se de um antigo convento que, em 1985, foi adquirido pelo estado para a função. A partir do conceito de infraestrutura, proponho uma reflexão sobre o atendimento socioeducativo destinado às adolescentes internadas, considerando as perspectivas dos diversos servidores responsáveis pelo atendimento e análise de documentos produzidos pela instituição a respeito de suas condutas. Durante a pesquisa, foi possível perceber que além dos parâmetros individuais, próprios das diretrizes e legislações vinculadas a temática socioeducativa, outros fatores eram incorporados na avaliação periódica das meninas: as consequências da precariedade da arquitetura, as inovações regulatórias por parte dos/as funcionários/as e a influência do impacto de como a socioeducação se desenvolveu no estado se viam presentes quando funcionários/as me explicavam o que fazia no seu dia a dia. Também deixava a dúvida se essas imposições eram apenas para as jovens, pois não raramente as mesmas formas de controles impostas às meninas eram obedecidas pela equipe da unidade, como forma de manter o controle. O atendimento das adolescentes em internação no Paraná, apesar das várias regulamentações, parecia se desenrolar no improviso: havia uma dificuldade de se normatizar todas as relações dentro da unidade, o que permitia uma criatividade por parte da equipe para administrar situações inesperadas, mas também pela longa espera por melhorias, como se a estrutura de atendimento – que completava já 37 anos – fosse provisória, e os ocorridos dentro da unidade feminina fossem uma exceção diante da regra dentro da socioeducação.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei; socioeducação; infraestrutura; meninas privadas de liberdade; medidas socioeducativas; centro socioeducativo;

ABSTRACT

In Brazil, when a teenager (between 12 and 18 years old) commits a practice considered a crime, she is subjected to a process of accountability, socio-educational measures. There are five types of measures, including detention, considered the most serious of all. After the judge's decision, a young woman sentenced can be deprived of liberty in a juvenile facility for up to three years. Unlike adults who are submitted a determinate prison sentence, with a fixed length for the prison sentence, the freedom of girls are only regained after a positive evaluation of their conduct, evaluated from the technical reports, prepared every six months by the juvenile facility. In Paraná, the designated place to perform this type of care was Joana Miguel Richa Socio-Educational Center. It was a former convent that, in 1985, was acquired by the state for the function. From the concept of infrastructure, I propose a reflection on the socio-educational care for institutional isolation, considering the perspectives of the various employees responsible for the attendance and analysis of documents produced by the institution regarding their conducts. During the research, it was possible to notice that in addition to the individual parameters, typical of the guidelines and legislations related to the socio-educational theme, other factors were incorporated in the periodic evaluation of the girls: the consequences of the precariousness of the architecture, the regulatory innovations by the employees and the influence of the impact of how juvenile justice developed in the state were present when employees explained to me what they did in their day-to-day life. It also left the question of whether these impositions were only for the young women, because not rarely the same forms of controls imposed on girls were obeyed by the unit team, as a way to maintain control. The care of adolescents in institutional isolation in Paraná, despite the various regulations, seemed to unfold in improvisation: there was a difficulty in normalizing all relationships within the unit, which allowed a creativity on the part of the team to manage unexpected situations, but also by the long wait for improvements, as if the service structure – which was already 37 years old – was provisional, and those that occurred within the female unit were an exception in view of the rule within socio-education.

Key words: juvenile delinquency; socioeducational measures; infrastructure; girls deprived of liberty; juvenile facility;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ENTRADA ÁREA DE SEGURANÇA.....	33
FIGURA 2 – ACESSO PARA ÁREA RESIDENCIAL E PEDAGÓGICO.....	34
FIGURA 3 – ÁREA PEDAGÓGICA.....	35
FIGURA 4 – PORTA DAS SALAS DE AULA.....	37
FIGURA 5 - REFEITÓRIO, PORTA PARA ALA RESIDENCIAL.....	40
FIGURA 6 - ENTRADA ÁREA RESIDENCIAL.....	41
FIGURA 7 - SALA DE TELEVISÃO, ALA RESIDENCIAL.....	42
FIGURA 8 - UNIDADE STELLA MARIS – RJ.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - População de 0 a 17 anos segundo a cor ou raça - PARANÁ (PR).....	17
---	----

SIGLAS

ATA	– Assessoria Técnica de Arquitetura
CEDCA	– Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDIT	– Centro de Estudos Diagnósticos e Iniciação de Tratamento
CENSE	– Centro de Socioeducação
DEASE	– Departamento de Atendimento Socioeducativo
ECA	– Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
ESEDH	– Escola de Educação em Direitos Humanos do Paraná
IAM	– Instituto de Assistência ao Menor
IASP	– Instituto de Ação Social do Paraná
PIA	– Plano Individual de Atendimento
PPP	– Plano Político Pedagógico
PPP	– Plano Político Pedagógico
PSS	– Processo Seletivo Simplificado
SECJ	– Secretaria da Criança e Juventude
SEDS	– Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos
SEJU	– Secretaria da Família e Desenvolvimento
SEJUF	– Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UEPG	– Universidade Estadual de Ponta Grossa

INTERLOCUTORAS/ES

Alberto	– Psicólogo
Angela	– Agente Socioeducativa
Augusta	– Vice-diretora e agente socioeducativa (2019-2021)
Cláudia	– Enfermeira
Cristiane	– antiga funcionária do Dease
Danielle	– Promotora
Flávia	– Psicóloga
Gabriela	– Assistente Social e ex-diretora da unidade (2015 – 2018)
Laís	– Agente socioeducativa
Leonardo	– Agente Socioeducativo
Lívia	– Diretora do Cense Joana Miguel Richa (2019 - ...)
Márcio	– Pedagogo
Marise	– ex-diretora da unidade (2002 – 2014)
Mayara	– Agente Socioeducativa
Rodrigo	– Agente Socioeducativo
Samira	– Assistente Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.1 SOBRE A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E O CENSE JOANA MIGUEL RICHÁ.....	14
1.2 SOBRE O CAMINHO DA PESQUISA	20
CAPÍTULO 1 – CENSE JOANA MIGUEL RICHÁ: DE CONVENTO À UNIDADE SOCIOEDUCATIVA	29
1.1 CONHECENDO A UNIDADE	31
1.2 É “TUDO É MUITO JUNTO”	50
1.3 A INTEGRAÇÃO PROPOSITAL	59
CONCLUSÃO.....	72
CAPÍTULO 2. OS DIFERENTES VÍNCULOS.....	75
2.1 VÍNCULOS INDESEJADOS	85
2.2 VÍNCULOS EM CRISES	95
2.3 VÍNCULOS CONFUSOS.....	104
CONCLUSÃO.....	113
CAPÍTULO 3. SOBRE OS RELATÓRIOS TÉCNICOS.....	115
3.1 O DESAFIO EM SE FAZER UM <i>BOM</i> RELATÓRIO	120
3.2 O ESFORÇO PARA A PRODUÇÃO DA COESÃO:.....	130
3.3 A AMBIVALÊNCIA DOS RELATÓRIOS:	138
CONCLUSÃO.....	146
CAPÍTULO 4. SOBRE O PROCESSO JUDICIAL:	149
4.1 CASO SOFIA.....	154
4.2 A PROGRESSÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	164
CONCLUSÃO.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o atendimento socioeducativo desenvolvido no Centro Socioeducativo Joana Miguel Richa, uma unidade gerida pelo estado do Paraná que recebia meninas entre 12 e 18 anos, acusadas do cometimento de práticas análogas à crime ou contravenção penal e que, por isso, tinham suas liberdades restringidas.

O Cense Joana Richa era a segunda unidade mais antiga do estado, adquirida nos anos 80, e era a única para o atendimento da medida de internação das adolescentes, a forma de responsabilização mais rígida que o sistema judiciário poderia aplicar.

As considerações a seguir são resultado do meu contato com os/as servidores/as que trabalhavam nessa unidade, entre outros atuantes na política socioeducativa, como representante do Ministério Público e do Judiciário, além da consulta a documentos fornecidos pela unidade. Apesar de centrais no estudo, infelizmente não pude ter contato direto com as meninas do Cense Joana Miguel Richa, devido a pandemia de Covid-19 que desde o início de 2020 impactou a realização da pesquisa de mestrado.

Após uma longa espera e a apresentação das minhas intenções em investigar os documentos da unidade, entre março e abril de 2021, frequentei o centro socioeducativo feminino para elaboração de pesquisa de mestrado. A seguir, apresento os resultados desta pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná.

1.1 SOBRE A POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA E O CENSE JOANA MIGUEL RICHÁ

Para entender o contexto deste estudo, faz-se necessário explicar o que é a socioeducação e como uma adolescente era direcionada para este tipo de instituição de atendimento. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), quando pessoas entre 12 e 18 anos cometiam alguma “conduta descrita como crime ou contravenção penal”, a prática recebia o termo técnico de “ato infracional” (DIGIÁCOMO; DIGIACOMO, 2017, p.185) e dava início a um processo de responsabilização junto ao estado: a aplicação de uma medida socioeducativa.

Os casos eram julgados no âmbito da justiça da infância e da juventude. O Ministério Público apresentava as razões que fundamentam o pedido de responsabilização

de uma jovem e o/a magistrado/a decidia qual era a medida socioeducativa mais adequada.

O conjunto de ações – acusação, apuração e responsabilização – compunham a política socioeducativa, cujo objetivo final era informar a adolescente “quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação”, visando sua integração social e a garantia de seus direitos, mas reforçando “a desaprovação da conduta infracional” (BRASIL, 2012), conforme a lei nº 12.594/2012, que regulamenta as medidas socioeducativas. Basicamente, ao entrar em uma unidade, a jovem era incentivada a desenhar novos projetos de vida.

De acordo com o art. 112 do Estatuto da Criança e Adolescente, seis medidas (MSE) poderiam ser aplicadas: advertência; obrigação de reparar o dano causado; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em unidade de semiliberdade; internação em unidade socioeducativa.

Além de privar ou restringir a liberdade das jovens, essas medidas também eram consideradas formas de educar e dar novas oportunidades, o lado educativo do termo. Essa é uma das várias relações de ambiguidade da socioeducação, discussões sobre essas duas faces da medida podem ser encontradas em Almeida (2010), Gonçalves, Senere e Abreo (2017) e Vinuto e Duprez (2019).

As quatro primeiras medidas eram administradas pelo município de forma regionalizada, e as duas últimas – casas de semiliberdade e internação – eram de responsabilidade estadual. Em 2021, o governo do Paraná exercia essa função por meio do Departamento de Atendimento Socioeducativo (Dease), vinculado à Secretaria de Estado, Justiça, Família e Trabalho (Sejuf).

No início de 2021, o Paraná possuía oito casas de semiliberdade e dezenove centros de socioeducação (Cense). As meninas recebiam atendimento em seis destas unidades: Cense Ponta Grossa, Cense Curitiba, Cense Londrina 1, Cense Foz do Iguaçu – no caso de Internação Provisória¹; Semiliberdade Feminina de Curitiba; e o Cense Joana Richa, também localizado na capital, nos casos de internação.

A diferença entre essas unidades estava no fato de que as internações provisórias não ofereciam as mesmas atividades que os locais de internação e semiliberdade, o único estabelecimento que colocava em prática ações de profissionalização e educação era a

¹ De acordo com o art. 108 do ECA, a internação antes da sentença judicial poderá ser decretada por até 45 dias. Neste caso, o/a jovem é provisoriamente internado em um centro de socioeducação.

unidade de internação de Curitiba. Por isso, o foco desta análise concentra-se no Cense Joana Richa.

O Centro Joana Richa, atendia as adolescentes em conflito com a lei desde 1985. A construção estava localizada em Curitiba, em um amplo terreno que desde os anos 50 já recebia o público feminino. Em um cenário anterior ao ECA, a propriedade fazia parte da propriedade do Lar Escola Hermínia Lupion² ou Lar das Meninas, administrado pela Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula.

O lar tinha sido construído nos anos 1950 e era parte de um lote de quase 12 mil m² que antigamente funcionava como um internato para o acolhimento de meninas entre zero e dezoito anos. Meninas que “fossem abandonadas, órfãs, estivessem em situação de risco, possuíssem deficiências físicas ou mentais ou problemas de comportamento” (MUSEU DA VIDA, 2014) eram encaminhadas pelo Juizado de Menores e Secretaria do Trabalho e Assistência Social, para essa unidade.

Nos anos 50, o lar localizava-se fora do perímetro urbano de Curitiba, mas posteriormente passou a ser uma das unidades socioeducativas mais próximas do centro da cidade, no bairro Vista Alegre. Uma das casas deste complexo de construções era destinada à moradia das irmãs que atuavam na instituição. E foi exatamente esse espaço que o estado adquiriu por uma licitação trinta anos depois, e desde então, o antigo convento abrigava o Centro de Socioeducação Joana Miguel Richa.

Considerando que entre todas as medidas socioeducativas existentes havia uma prevalência das medidas de internação, de acordo com as informações do Levantamento Anual do Sinase (2019) e conforme os dados os Relatórios de Gestão produzidos pelo Dease, a existência de apenas uma única unidade feminina chamava atenção. Isso era problematizado pelo Ministério Público, que há alguns anos pleiteava a ampliação do número de atendimentos. Isso também impactava a vida das meninas, uma vez internada, elas eram obrigatoriamente deslocadas para a capital, muitas vezes distante da sua cidade de origem. Na ausência de recursos próprios por parte das famílias para cobrir o descolamento até a unidade, ou sem apoio oferecido pela secretaria, a relação entre as jovens e suas famílias poderia ser prejudicada, se resumindo a contatos por telefone.

² O “Lar Escola Hermínia Lupion” recebeu esse nome em homenagem a esposa do Governador, Moyses Lupion (1947 – 1951; 1956-1961), que exercia o cargo na época da aquisição do terreno. Atualmente, o antigo Lar Hermínia Lupion abriga o Museu da Vida e é administrado pela Pastoral da Criança (MUSEU DA VIDA, 2014)

Também tinha influência na relação dos/as servidores/as, que acostumados a ter como parâmetro majoritário as unidades masculinas, enxergavam algumas questões do centro feminino não como parte do dia a dia, mas como exceção.

Apesar disso, as particularidades do atendimento das jovens poderiam ser acionada como algo positivo, que distinguia a unidade das demais por “realmente oferecer a socioeducação de verdade”, ora elas eram mencionadas como negativas. Há muitos anos a unidade – que originalmente não tinha esse fim – aguardava reformas e melhorias (de estrutura e equipe), pelo baixo número de atendimento e por sempre parecer uma “exceção” a unidade feminina não parecia receber a mesma atenção que as demais.

Minha pesquisa teve como foco o atendimento socioeducativo conferido depois da imposição da medida de internação. Desde os anos 80, o centro socioeducativo já tinha comportado um número variado de adolescentes, mas nunca mais do que 40 jovens concomitantemente. Em 2021, com a pandemia de Covid-19 o número de internas – uma das formas de se referir as meninas que cumpriam medida de internação – foi reduzido para 15. Isso representava 3,6% dos/as 415 jovens em atendimento em todo o Paraná entre abril e maio daquele ano.

As jovens em atendimento durante minhas visitas à unidade estavam internadas pelo cometimento de atos como: roubo (9 ocorrências); tráfico de drogas (8 ocorrências); homicídio qualificado³ (2 ocorrências), homicídio simples (2 ocorrências), ameaça (2 ocorrências) e vias de fato (2 ocorrências).

Estas informações não eram fornecidas por jovem atendida, mas sim pela somatória das práticas nas quais elas tinham sido enquadradas nos processos judiciais, ou seja, uma adolescente poderia estar respondendo por mais de uma prática ilícita. Para fins de comparação, as práticas de roubo, tráfico e homicídio (simples e qualificado), respectivamente, também foram as responsáveis pela internação da maior parte dos meninos.

Os meninos e meninas em atendimento no Paraná em fevereiro de 2021 possuíam em sua maioria 17 ou 16 anos de idade. Sendo 48,67% autodeclarados negros/as (pretos e pardos), e 40,24% autodeclarado brancos⁴. Quanto a renda, 54,21% das famílias dos/as jovens percebiam entre um ou dois salários-mínimos. 51,3% das famílias eram compostas

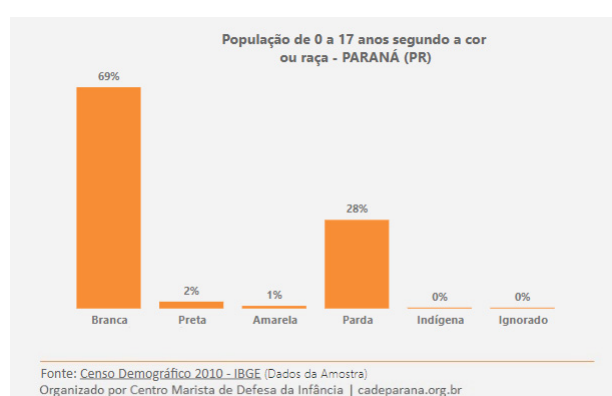
³ Quando o homicídio é praticado em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, por exemplo: motivo fútil, emprego de veneno, motivado por recompensa. Segundo o art. 121 do Código Penal.

⁴ 10,12% dos/as adolescentes não informaram. Dois adolescentes se autodeclaravam amarelos e dois indígenas.

de 4-6 pessoas, seguida dos arranjos familiares formados por até 3 indivíduos. Pelo menos 31% dos/as adolescentes residiam apenas com a mãe, outras formas de convívio como residir com outros familiares; morar com pai e mãe e morar com mãe e padrasto representavam, 13% cada um.

Esse panorama, mesmo que reduzido devido a pandemia, permitia a percepção sobre qual era o segmento mais comum dentro da socioeducação. Em consulta aos Relatórios de Gestão do Dease, entre 2015 e 2019, as características mais frequentes dos/as jovens em conflito com a lei que se perpetuavam ao longo dos anos. Analisando esses dados e as estimativas do IBGE, ainda que referentes ao ano de 2010, constatou-se que apesar de majoritários dentro dos centros de socioeducação, a população não branca constitui 30% dos/as jovens no estado:

Gráfico 1 - População de 0 a 17 anos segundo a cor ou raça - PARANÁ (PR)



Fonte: Centro Marista de Defesa da Infância - Cadê-PR

Trago essas considerações aqui, pois entendo que ao longo da pesquisa elas serão relevantes para entender a complexidade das histórias das meninas atendidas que chegaram a mim pelos registros dos/as servidores/as atuantes na unidade e pelos documentos. Se era neste espaço que projetos de vida e trajetórias eram avaliadas e construídos, isso levantava a questão sobre quais tipos de futuro essas meninas poderiam efetivamente ter e quais espaços poderiam ocupar fora da unidade. Algo que darei atenção quando for expor os casos práticos.

O trabalho em socioeducação era o resultado da influência de várias legislações⁵ que passaram a entender os jovens como “pessoas em desenvolvimento” que precisavam ser tutelados sob a perspectiva da “proteção integral”.

Esse novo referencial teórico-pragmático significou a introdução de “novos valores civilizatórios e humanitários em prol da plenitude da infância e da adolescência, enquanto condições existenciais do ser humano” (RAMIDOFF ML; RAMIDOFF LMB; RAMIDOFF HMB, 2020, p. 714). Mas também inovou as formas de intervenção nas vidas de crianças e adolescentes (trazendo outros desafios para a efetivação dos direitos).

A “proteção integral” surgiu como novo “instrumento jurídico-legal protetivo especial” para confirmar o reforço constitucional dos direitos das crianças e adolescentes. Isso significava uma ruptura com o modelo anterior, pois a “doutrina da situação irregular” era marcada pela banalização das intervenções estatais sem a devida solução dos problemas dos/as jovens (DIAGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, p, 2020, p.05). Desde então, o grande desafio era dar efetividade as novas regras visando a integração social do/a adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais.

Dentro da unidade, isso era executado a partir de um conjunto de relações que se adaptaram e compuseram uma realidade específica: adolescentes privadas de liberdade que eram incentivadas a criar projetos de vida, que precisavam ser traçados por regras não claras; profissionais de diferentes áreas que desempenhavam funções não imaginadas quando contratados/as; e um espaço não planejado para ser uma unidade de segurança.

As diretrizes legais para o tratamento socioeducativo estavam contidas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e na Lei nº 12.594/2012 (que se convencionou chamar de Sinase) e nas outras legislações internacionais sobre o tema, mas a forma como eram acionadas e valorizadas pelos/as servidores ocorriam de diferentes maneiras. Apesar do arcabouço normativo, parecia sempre existir situações que não estavam previstas nos manuais e diretrizes, a regulação completa era impossível.

Se a socioeducação significava “resgate da cidadania e oportunidade para uma nova vida” – frase estampada no site do Dease - as formas de se realizar isso eram disputadas pelos diferentes atores que compunham a política. Diferentes formas de

⁵ A Convenção dos Direitos da Criança e Adolescente foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, e reforçava a necessidade dos direitos de as crianças terem força cogente ao invés de apenas recomendações (CAVICHIOLO, 2019). A partir desta Convenção, somaram esforços para viabilizar este objetivo o art. 227 da Constituição da República Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, também influenciados pelos movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas em situação de Rua (RAMIDOFF ML; RAMIDOFF LMB; RAMIDOFF HMB, 2020).

perceber o progresso das meninas e o resguardo de seus direitos, a concepção de como fazer isso se alternava dependendo da sua posição no fluxo de atendimento.

Por parte da unidade, existia um esforço em mostrar o que tinha sido feito com a jovem durante sua internação, apesar das limitações institucionais (de serviços, atividades, cursos e servidores/as). Por parte do Ministério Público existia a obrigação de fiscalizar a aplicação da lei, e o esforço em cobrar das instituições do estado que o melhor atendimento socioeducativo estivesse sendo ofertado (o que poderia culminar em mais tempo de internação).

Apesar de serem sempre enfatizadas a necessidade de “evolução” e o desenvolvimento da “autonomia” por parte das meninas, parecia que em determinados momentos elas eram mantidas dentro das unidades por questões que não diziam respeito diretamente a elas, mas dependiam de circunstâncias que as ultrapassavam, como as decisões institucionais de competência da secretaria; orçamentos; falta de acordos de cooperação para desenvolvimento de atividades dentro da unidade, algo que pretendo expor nos próximos capítulos.

1.2 SOBRE O CAMINHO DA PESQUISA

Meu contato com essa temática iniciou em 2015, quando eu ainda era estagiária de Ciências Sociais da Escola de Educação em Direitos Humanos do Paraná (Esedh), vinculada à Secretaria de Estado, Justiça, Família e Trabalho (Sejuf). Por dois anos, fiz parte da equipe de quatro pessoas responsáveis por organizar a formação técnica dos/as servidores/as do estado, incluindo os/as da socioeducação.

Os processos formativos poderiam tratar de temas diversos, como otimização do desempenho de atividades administrativas, boas práticas no ambiente de trabalho, manejo e controle do estresse e palestras sobre a valorização dos direitos humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Esses processos educativos poderiam ocorrer de forma concentrada, na própria Esedh ou nos escritórios regionais mantidos pela Sejuf distribuídos pelo estado. Periodicamente, os funcionários se deslocavam para um desses espaços para a realização de imersões formativas e depois retornavam para suas unidades de origem para replicação dos conceitos e procedimentos aprendidos.

Como estagiária, acompanhei de perto as várias levadas de diretores, técnicos (profissionais concursados da área de psicologia, serviço social, terapia ocupacional e

pedagogia) e os/as agentes socioeducativos/as que se formaram na Esedh. Também foi através da presença na Secretaria que soube da existência de um Programa de Residência Técnica, executado a cada dois anos pelas secretarias de estado do estado em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

A residência técnica se assemelhava a um estágio de pós-graduação, e os novos contratados ocupavam posições temporárias em alguma área das secretarias do estado. Entre 2017 e 2019, fiz parte da equipe do Departamento de Atendimento Socioeducativo (Dease) responsável por executar a política a partir de Curitiba e gerir as várias unidades espalhadas pelo estado.

Relembro esse histórico, pois durante a pesquisa, em alguns momentos, essa convivência prévia era acionada pelos meus interlocutores da pesquisa como forma de reforçar laços de confiança comigo, principalmente quando compartilhavam informações sensíveis, mas que “eu iria entender”, como críticas à execução da política. Mas também eram acionadas para reforçar desconfianças, como no caso de servidores que ainda me viam como pertencente ao corpo executivo da política e não como alguém que conhecia a realidade da unidade.

Era comum existir uma diferenciação entre profissionais que executavam a política na ponta, os que encontravam as meninas periodicamente e os profissionais que ficavam na sede longe das unidades. Questões referentes a essas diferenciações entre profissionais foram exploradas por outras pesquisas, como Vinuto, Domingues e Signorini (2021). Ao longo da pesquisa, foi visível que existia uma diferenciação entre agentes e técnicos, embora a contraposição com os funcionários da sede fosse mais perceptível.

Inserida neste meio, que percebi como era comum afirmações sobre as adolescentes institucionalizadas. Com frequência, funcionários da unidade ou do próprio Dease mencionavam, como se fosse de conhecimento comum, que as jovens “demandavam mais atenção” do que os meninos e que muitas vezes elas eram “mais difíceis de lidar”.

Em uma reunião de equipe com as direções das várias unidades do Paraná, em 2016, presenciei a reclamação da então diretora do Cense Joana Richa, que relatou que as meninas da sua unidade ficavam “muito mais tempo internadas do que os meninos”, mesmo diante do cometimento do mesmo ato infracional, algo que ela entendia ser prejudicial às jovens.

Quando ingressei no programa de mestrado da UFPR, meu objetivo era investigar esse rumor sobre as meninas. Resumi em “rumor” os comentários que insinuavam que atendê-las nas unidades socioeducativas era mais difícil do que atender os meninos. Chamava minha atenção, que mesmo representando menos de 5% da população em atendimento, por alguma razão, pareciam demandar mais da instituição do que os meninos.

Esse questionamento apontava para questões que perpassam os estereótipos de gênero, especialmente quando consideradas as experiências da criminalidade estudados pela perspectiva masculina, como em Zaluar (1994; 2004) e Misse (1999). Sinalizo isso, pois esse era um dos limites do meu trabalho. Tinha como objetivo abordar os rumores, ou como posteriormente passei a enunciar, as dinâmicas institucionais do atendimento das meninas do Centro Socioeducativo Joana Miguel Richa, mas não pelo enfoque dos papéis de gênero, ainda que entenda que esse tipo de análise seja inerente a qualquer estudo social.

Meu intuito era entender como era desenvolvido o atendimento na única unidade feminina do estado, e quais eram suas particularidades em relação aos demais centros socioeducativos. Além do Paraná, outros estados também reproduziam as mesmas características encontradas no cense Joana Richa: apenas uma unidade feminina, normalmente localizada na capital, com capacidade de atendimento reduzida em relação as unidades destinadas aos meninos⁶.

A respeito dos rumores, encontrei produções que indicavam essa diferenciação do atendimento com base no gênero, como em Diniz (2017) a respeito da unidade em Santa Maria/DF, por Mendes e Rufino (2017), também no mesmo estado; por Machado (2010) que realizou uma pesquisa na unidade de internação provisória de Ponta Grossa/PR; em Assis e Constantino (2000), entre outras referências que se somaram a esse estudo ao longo da pesquisa. Inclusive, o relatório do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) que incluiu a pergunta “as meninas são mais difíceis?” no Relatório Executivo “Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras” (IBAM, 2021). E que como forma de “resposta” a essa pergunta, listou as principais dificuldades vivenciadas pelas unidades femininas,

⁶ Mapiei 27 unidades femininas no Brasil de internação. Com exceção de Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, os demais estados realizavam os atendimentos socioeducativos das meninas com apenas uma única unidade. Pelo menos dez unidades foram descritas como casas antigas, abrigos ou creches que foram adaptados para atender a socioeducação.

como: gestão dos relacionamentos entre as jovens e expressão mais intensa de seus sentimento e necessidade de atender as especificidades das jovens.

O segundo limite da pesquisa referia-se o acesso as adolescentes em atendimento por conta da pandemia de Covid-19. As meninas não estavam tendo acesso nem aos próprios familiares, e não era claro como poderiam prosseguir os pedidos de pesquisa que visassem isso. Somado a isso, devido a minha experiência dentro do Dease, eu tinha ciência que qualquer investigação que envolvessem diretamente as jovens demandaria a aprovação da pesquisa por um comitê de ética, algo que não seria possível realizar com o tempo disponível para finalizar o mestrado.

Diante das possibilidades, entendi que era possível analisar as dinâmicas institucionais pelos documentos e pela entrevista com os/as servidores/as (que não demandavam a mesma formalidade), assim como realizado por várias outras referências que conduziram estudos semelhantes, como Munhoz (2013) e Otto (2017).

Além destas produções, menciono outras que serviram como base para o desenvolvimento dessa pesquisa. Como a produção de Patrice Schuch (2005), que investigou as alterações jurídico-estatais em relação aos adolescentes em conflito com a lei a partir do advento do ECA, e apresentou-me reflexões sobre como o “mundo do direito” se organizava por uma lógica de que é necessário existir uma teoria para que depois as ações sejam postas em prática.

Claudia Fonseca (1999a; 1999b) que possui uma vasta análise sobre os direitos das crianças e adolescentes, especialmente a infância em situação de rua, acolhimento e institucionalizada, destacou as consequências não programadas das categorias que reificam sujeitos, no intuito de defender seus direitos, mas que também podem produzir movimentos de exclusão.

Carla Vilatta (2013) que abordou os instrumentos de regulamentação da infância e das famílias, e como essas inovações acabavam recaindo no campo da política e da moral familiar. Maria Gabriela Lugones (2009) que estudou o poder administrativo judicial dos tribunais de Córdoba e abordou as formas de aconselhamento, de produção de compromisso e identificou as técnicas administrativas de menorização e dimensões extra normativas que informavam as decisões dos juízes. E Adriana Vianna (2002; 2014) que além de analisar os documentos, também apresenta uma análise sobre a administração dos “menores” pelos aparatos jurídicos.

Outro ponto importante da pesquisa foi a delimitação de quais seriam os documentos solicitados. Após algumas conversas com servidores que atuavam em outras

unidades pelo estado, entendi que os locais privilegiados para entender como eram feitas as avaliações das meninas eram os relatórios técnicos e os relatórios dos conselhos disciplinares.

Ainda pensando nos rumores, entendi que seriam nestes locais que qualquer avaliação moral das jovens seria formalizada. Semelhante à Munhoz (2013) que entendeu que a circulação dos documentos seria uma boa forma de condução da pesquisa no corredor das medidas, busquei conciliar a produção dos documentos com os vários relatos dos profissionais responsáveis por fazê-lo.

Os relatórios técnicos eram documentos apresentados ao processo judicial a cada seis meses e eram um dos elementos analisados pelo Juiz para encerrar ou manter a medida socioeducativa de uma menina. Os relatórios do conselho disciplinar eram produzidos quando uma menina desrespeitava alguma das normas internas da unidade e era avaliada por um grupo multidisciplinar de servidores/as da unidade que decidia qual seria a sanção imposta. Quanto mais ocorrências a menina acumulasse, menor era chance de sucesso de pedido de desligamento ou progressão da medida socioeducativa, teoricamente. Ao todo, tive acesso a 14 relatórios técnicos (datados de 2015 a 2021) e 12 conselhos disciplinares (datados de 2019 e 2020). Também consultei parcialmente um processo judicial, na sua fase final, em que uma jovem estava saindo da unidade, em 2020.

Meus principais interlocutores foram os/as servidores da unidade feminina Cense Joana Richa, conversei com um total de 14 pessoas, sendo: oito pessoas da equipe de segurança, cinco pessoas da equipe técnica e duas pessoas da direção da unidade. Também conversei com duas antigas diretoras da unidade, sendo que uma já estava aposentada e outra atuava em outro Cense.

Também entrei em contato com os demais atores da política socioeducativa, mas que atuavam fora da unidade. Conversei com uma servidora do Dease que participou da inauguração do Cense Joana Miguel Richa, já aposentada. Como a promotora da Vara de Adolescente em Conflito com a Lei e com a assessora do Juiz responsável pelos casos de Curitiba. E, por fim, contei com o apoio de outros três servidores do sistema socioeducativo, mas que não eram vinculados a unidade feminina: dois agentes socioeducativos e uma psicóloga.

Por ter indicado que pretendia entrevistar os/as servidores/as e ter acesso aos documentos produzidos no âmbito da unidade socioeducativa, e que tratavam de informações tidas como sigilosas por se referirem a pessoas menores de 18 anos, o Dease

solicitou que eu apresentasse meu pedido para o juiz especializado na temática, bem como a relação de perguntas que fariam parte da entrevista.

Para o Dease, enviei um projeto expondo a justificativa, o tema, relevância social da pesquisa, contribuição para a área e para a política da criança e do adolescente; os fundamentos teóricos e éticos que sustentavam o estudo a ser realizada; o interesse da pesquisadora, revisão de literatura, objetivos gerais e específicos e a metodologia da pesquisa, de acordo com a Portaria interna do Dease, nº 04/2015.

Para o poder judiciário, também enviei uma cópia do projeto, mas diferente do solicitado pelo Dease, precisei ser bem mais específica sobre quais documentos eu pretendia acessar, exemplificando nome por nome o número exato de exemplares.

Meu pedido foi formalizado pela assessoria por meio do software Processo Judicial Digital (Projudi) e, em seguida, recebi um e-mail com as informações do meu login e senha. Durante alguns meses, acompanhei o trâmite da minha solicitação, tal como um processo judicial. Após a análise por parte do Ministério Público e da Defensoria Pública, o juiz finalmente aceitou a minha proposta. Foram 141 dias de espera para começar a frequentar a unidade feminina de internação. No começo de 2021, finalmente fiz minha primeira visita a unidade do Cense Joana Miguel Richa.

No início de 2021, Curitiba estava em bandeira vermelha devido ao alto número de casos de contaminação e a falta de leitos nos hospitais. Além disso, a campanha de vacinação havia recém começado e somente os públicos prioritários estavam sendo chamados. Durante minha primeira semana frequentando a unidade, Curitiba decretou seu primeiro lockdown, no dia 12 de março de 2021, logo após eu sair do Cense. Devido ao tempo disponível para terminar a dissertação optei por seguir apenas com as entrevistas com os/as servidores/as, pois também poderia continuar os contatos de maneira remota.

O relato sobre o que os/as servidores/as faziam e como faziam sempre colocava a arquitetura da unidade no centro. Ela ditava as dificuldades, como também enaltecia os diferenciais positivos. Isso poderia ser observado na dimensão física, mas também ultrapassa as dependências do centro socioeducativo. A organização da unidade favorecia a maior ocorrência de contato visual por quem circulava, por ser um espaço pequeno e a forma como tinha sido construído. Isso intensificava as convivências entre meninas e servidores/as, e era um disparador para os problemas dentro da unidade, como ocorrência de brigas, casos de ciúmes e namoros.

Existia a percepção de que as meninas permitiam uma maior abertura no atendimento e, por isso, produziam *vínculos* mais profundos com os/as servidores/as, isso

também gerava outros desafios para a gestão da unidade: a necessidade de equilibrar intimidade e autoridade.

Percebi que os estereótipos vinculados às meninas se misturavam com as questões administrativas. Ainda que nem todos que atuassem no Cense Joana Miguel Richa concordassem com a ideia de que as jovens eram “mais difíceis”, persistiam certas ideias que diferenciavam a realidade do atendimento das meninas em relação aos meninos, como a suposta influência dos hormônios, ou o fato de elas serem tidas como mais briguentas e manipuladoras ou, inversamente, serem mais frágeis e carentes.

O atendimento socioeducativo, dentro do Cense Joana Miguel Richa, movia-se por incertezas e impasses. O comprimento de uma boa medida por parte de uma jovem ia de encontro com o desenvolvimento da sua autonomia, e desta tensão derivavam vários fatores que poderiam prejudicá-la na busca por uma progressão ou suspensão da medida.

O equilíbrio entre segurança e pedagogia, implícito à medida, abria muitas frentes de reflexão. O risco do perigo iminente desequilibrava essa relação, fazendo com que os/as funcionários/as tomassem medidas para reforçar a sensação de controle, ainda que historicamente nenhuma tenha sido bem-sucedida e poucas ocorrências tivessem sido registradas.

Já o caráter pedagógico da medida, o qual nunca ficou expressamente explicado de forma objetiva se misturava a estas ações e deixava a dúvida até que ponto este era realmente o centro de reflexão da medida socioeducativa.

De fato, alguns elementos foram mencionados como parte dessa característica pedagógica, como por exemplo a construção de *vínculos* por parte das internas. Espera-se que elas refizessem seus laços com a sociedade, uma vez que o cometimento do ilícito representa o enfraquecimento disso, por outro lado, nunca era claro como isso poderia ser feito. Existia (ou pensava ter) um controle destas relações, nem todos os *vínculos* eram bem-vindos, como os sexuais e os familiares (estabelecidos dentro da unidade).

Outra característica também mencionada foi o desenvolvimento da consciência, da autopercepção do que era correto ou errado por parte da jovem. Como se a construção do senso de ponderação, cálculo, noção de causa e consequência fosse um caminho para reavaliar seu passado forma de evitar que incorre nas mesmas ações no futuro. Mas se a autonomia demonstrada fosse em excesso, também poderia prejudicá-la.

O caminho para a construção de novos projetos de vida, uma das maneiras de se referir ao que se esperava da jovem dentro da instituição, exigia um controle de si muito grande por parte das meninas, elas deveriam moldar suas emoções e frustrações. De certa

maneira, essa pesquisa visou questionar qual era o tipo de sujeito que estava sendo presumido pela lógica dual entre pedagogia e segurança. Não era claro em que momento as meninas eram tidas como sujeitos completos, pois apesar de cobradas a executar os novos projetos de vida, nunca pareciam ter total controle para exercê-los, era necessário sempre um mediador, um aval, algo que não era observado no caso de meninos.

Ao longo da pesquisa, entendi que essas particularidades do atendimento se somavam a outros elementos de avaliação das jovens, coisas que não eram óbvias e não necessariamente estavam contidas nas legislações pertinentes, como o controle dos nervos, dos afetos e do corpo. Essas imposições também se refletiam nos/as próprios servidores/as que também se viam obrigados a seguir essas lógicas.

Para contemplar a diversidade e complexidade da pesquisa, optei por abordar minha análise a partir do conceito de infraestrutura de Brian Larkin (2013). De acordo com esse autor, a infraestrutura possuía uma dualidade, era ao mesmo tempo coisa e relação. Colocá-la no centro da análise permitia perceber como as infraestruturas ofereciam *insights* a respeito de outros domínios, “como práticas de governo, de religião ou de socialidade” (2013, p. 328). Elas poderiam ser formas materiais que permitiam trocas, como também coisas que moldavam temporalidades, constituíam redes que promoviam a circulação, interação de diferentes pessoas, objetos e espaços, além de também serem veículos semióticos e estéticos (*ibid*, p. 329).

Neste trabalho, por infraestrutura refiro-me a noção que não separa de antemão a norma e sua aplicação; as instalações físicas e as práticas que nelas ocorrem; o que se passava no Cense Joana e a atuação dos atores externos da política; diretrizes explicitamente vinculadas à socioeducação e decisões administrativas aparentemente alheias a ela. Assim como mencionado por Larkin, parto da hipótese de que as infraestruturas são coisas definidas e caracterizadas por um compromisso epistemológico e político. O que se vê como infraestrutura e o que se deixa de fora dela, faz parte de uma decisão ativa por parte da pesquisa.

Por isso, ao me referir à infraestrutura do Cense Joana Richa, quero também incorporar os elementos não óbvios da política socioeducativa, como decisões orçamentárias, legislações ambientais, códigos de condutas escritos e subentendidos que moldavam o atendimento dado às jovens. Isso não se confunde com a utilização nativa do termo, utilizada pelos/as servidores/as que faziam isso para se referir estritamente à instalação física da unidade.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, descrevi a unidade, na tentativa de coincidir a condução pelo espaço com a familiarização das principais tensões durante o atendimento. Aqui, destaco especialmente o discurso da “inadequação” em decorrência da adaptação da unidade e para as consequências do projeto idealizado nos anos 80 que, ao longo dos anos, foi influenciado por diferentes decisões administrativas e governamentais.

No segundo capítulo, destaquei o *vínculo* e as situações de conselho disciplinar. Esse conceito, fundamental para o entendimento da política e da pesquisa, possuía diferentes camadas, podendo ser ao mesmo tempo positivo e negativo para o trabalho socioeducativo: alguns *vínculos* eram desejados, necessários e outros problemáticos. Aqui, como nos capítulos subsequentes, início a reflexão sobre a dualidade desta relação: a necessidade em se estabelecer uma proximidade entre equipe e as jovens, ao mesmo tempo em que a hierarquia não poderia ser esquecida.

No terceiro capítulo apresento os relatórios técnicos. Um dos principais documentos produzidos dentro da unidade e responsáveis por oferecer subsídio para a decisão do judiciário a respeito permanência ou saída da jovem da unidade. Aqui, apresento as estratégias de escrita e o desafio em se produzir uma visão coerente a respeito da menina diante de diferentes saberes especializados que se combinavam.

Por fim, no quarto capítulo, apresento um caso prático de uma jovem em um processo de desinternação. Aqui, apresento os atores externos da política e como, dentro do processo, era resguardado o melhor interesse da adolescente pelas diferentes visões sobre como conceber o que era um atendimento socioeducativo adequado.

CAPÍTULO 1 – CENSE JOANA MIGUEL RICHA: DE CONVENTO À UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

O objetivo deste capítulo é apresentar a unidade feminina e descrever como o atendimento socioeducativo estava organizado durante a realização da pesquisa. Por ser um convento que passou a servir de espaço de privação de liberdade, o Cense Joana Richa possuía certas particularidades no seu funcionamento e isso influenciava nas atividades desenvolvidas pelo/as servidores/as que oscilava entre uma perspectiva de segurança ou uma abordagem mais pedagógica. Nas próximas páginas, quero apresentar como essas diferentes perspectivas coexistiam e se opunham dentro da unidade.

Essa percepção não se dava por um fato específico, mas era efeito de dinâmicas diversas: como mudanças de diretrizes político e administrativas de governo, como restrições orçamentárias e de recursos humanos destinados à unidade; e consequências dos efeitos de relações entre diferentes instituições. Relações que não pareciam diretamente vinculadas à socioeducação, mas que impactavam as ações do dia a dia.

Havia a percepção de que o Cense Joana Richa, por ser um antigo convento que não tinha sofrido alterações muito radicais, era inadequada como unidade de segurança. Essa inadequação me foi relatada de várias formas, e até soava como ambígua em alguns momentos. Era possível ouvir que “justamente por não parecer uma prisão” a unidade era um local agradável para se trabalhar e que realmente ali “ocorria o processo socioeducativo”. Como também era possível ouvir que a “inadequação dos espaços” gerava os principais obstáculos para o atendimento como o convívio intenso de meninas e servidores/as e a existências de pontos cegos que intensificavam a insegurança por parte dos/as funcionários/as.

Como consequência, movimentar as jovens internamente era sempre um momento de tensão para a equipe segurança, por isso a equipe planejava estes deslocamentos como se as jovens estivessem na iminência de fazer algo ilícito.

Para entender como acontecia o atendimento socioeducativo das jovens era importante considerar a dimensão material e mais óbvia, a unidade socioeducativa. Afinal, como formas físicas, as infraestruturas moldam a natureza, as velocidades, as circulações e temporalidades das relações desenvolvidas (Larkin, 2013). E reconhecer que elas operavam em vários níveis simultaneamente, como no tom de voz, na produção de normas e na organização dos ritmos das atividades do dia a dia da unidade. A todo

momento as explicações sobre o que os/as servidores/as faziam e como faziam retornava a isso, como será explorado nas próximas seções.

Quando iniciei minhas atividades no Cense Joana era comum ouvir que a situação estava mais tranquila devido à redução de meninas internadas. A unidade chegava atender entre vinte e quatro a trinta meninas simultaneamente, mas com a pandemia de Covid-19, os atendimentos foram reduzidos para doze jovens ao longo de 2020.

Eu já conhecia o espaço desde 2017 e sabia que a rotina era agitada. Mesmo já tendo frequentado algumas vezes o Cense, não conseguia descrevê-lo de forma precisa. Por várias vezes, tentei rascunhar plantas de como a unidade estava organizada. Percebi que esse também era um ponto importante para meus interlocutores, as reflexões sobre como ocorria a circulação das pessoas e informações dentro da unidade era crucial em nossas conversas.

A infraestrutura do atendimento socioeducativo do Cense Joana Richa estava marcada pela adoção progressiva de medidas de segurança para regulamentar a convivência e manter uma ordem. Como consequência mudanças nas instalações físicas foram adotadas, como: colocação de grades, portas de ferro e formas de controle na retirada das meninas dos alojamentos.

Mas essas alterações não reduziram as expectativas de “crises”. Ainda que de fato tenham ocorrido rebeliões/motins no passado, foram raras as vezes que ouvi os funcionários mencionarem algum caso mais recente de violência dentro da unidade feminina. Pelo contrário, o episódio mais frequentes nos diálogos era uma ocorrência no Cense São Francisco, localizado em Piraquara, município na região metropolitana de Curitiba, ao lado de um dos principais presídios do estado: a Colônia Penal Agrícola e Industrial.

Essa unidade era famosa pois havia sido palco de uma rebelião em 2004 que culminou na morte de sete adolescentes e deixou seis feridos (FOLHA..., 2004). Com exceção deste episódio mencionado por vários/as servidores/as do Joana Richa (seja porque atuavam na unidade na época ou porque ficaram sabendo), a observação mais comum que ouvi era de que algo precisava ser feito para sempre estar preparado para evitar uma crise iminente.

Pensando na ideia da movimentação pela unidade, vou apresentar quais eram as principais tensões durante o deslocamento das meninas e, a partir disso, analisar como a arquitetura sustentava, obrigava e impedia certas práticas e formas de relação. O capítulo

está organizado em três partes. Na primeira, vou apresentar um panorama sobre a rotina da unidade e sua descrição física. Com isso, quero ressaltar como os pontos de tensão do dia a dia apareciam na rotina da unidade e como interferiam no atendimento socioeducativo.

Na segunda parte, vou aprofundar essa descrição sobre atendimento das meninas, dando atenção para os elementos não evidentes (ou invisíveis) que influenciavam no trabalho dos/as funcionários da unidade, a partir do depoimento de três técnicas. Na terceira parte do capítulo, vou retomar parte do histórico da construção da unidade e analisar como elementos heterogêneos passaram compunham a infraestrutura do atendimento socioeducativo.

1.1 CONHECENDO A UNIDADE

“Um labirinto”, foi a percepção da diretora do Cense Joana Richa, a pedagoga Livia, quando chegou para ocupar a posição em 2019. A nova diretora vinha do interior do estado e na época morava sozinha na cidade. Aquele não era seu primeiro cargo de direção, ela já havia chefiado uma unidade masculina antes, mas aquela era sua primeira experiência à frente de uma unidade feminina.

A arquitetura do antigo convento confundia quem ainda não tinha familiaridade devido à organização de seus corredores, modificada para os novos usos e pela dinâmica das diretrizes administrativas ao longo do tempo. À primeira vista, a construção não remetia a um espaço de privação de liberdade. A unidade era uma casa verde clara que ficava nos fundos de um terreno bem arborizado, localizada no bairro Vista Alegre, próximo à região central de Curitiba, em uma rua sem saída.

A parcela do terreno adquirida nos anos 80 pelo governo do estado era extensa, as instalações da unidade socioeducativa contavam com: uma quadra de esportes, uma casa de madeira que abrigava a equipe técnica e direção, uma garagem e a ala de segurança – local em que ficavam as meninas que cumpriam a medida socioeducativa. O terreno era rodeado por várias árvores, o que favorecia a presença de pássaros, saguis e galinhas que pulavam o pequeno muro que marcava os limites da propriedade.

No meu primeiro dia na unidade, em março de 2021, entrei na casa que abrigava a equipe técnica para encontrar a diretora. Ao todo, eram oito profissionais: um pedagogo, uma terapeuta ocupacional, dois psicólogos, uma assistente social (que estava em

teletrabalho, por ser de grupo de risco da Covid-19) e três agentes socioeducativos que ocupavam os cargos de direção, vice direção e administrativo.

Assim que entrei na sala principal, a diretora imediatamente se levantou e falou que queria me apresentar logo para a equipe de segurança para que todos me conhecessem. Essa outra equipe era composta pelos/as funcionários/as que atuavam na ala de segurança, os agentes socioeducativos.

A primeira diferença destes/as profissionais para a equipe técnica era a forma como ingressavam na carreira. Para ser agente socioeducativo você precisava comprovar que concluiu o nível médio, já os técnicos precisavam completar o ensino superior.

A segunda diferença se refletia no tipo de trabalho desenvolvido com as meninas internadas. Os/as técnicos/as – detentores de um conhecimento especializado – encontravam-se com as meninas em horários agendados previamente. Já os/as agentes socioeducativos – responsáveis pela segurança – passavam a maior parte do tempo com as jovens, movimentando-as pela unidade, levando-as para atendimentos e administrando as “crises”, como será explorado mais a diante.

Enquanto a diretora me conduzia para a saída da pequena casa de madeira, foi descrevendo o espaço. A falta de servidores/as apareceu entre os comentários, como a ausência de uma segunda assistente social, o remanejamento dos servidores pertencentes ao grupo de risco para o teletrabalho e a ausência de profissionais que estavam de férias.

De acordo com a Portaria nº 01/2020, elaborada pelo Departamento de Atendimento Socioeducativo, as pessoas que pertenciam ao grupo de risco deveriam trabalhar remotamente. Outra medida tomada com o advento da pandemia foi a suspensão da concessão de férias. Este direito somente voltou a ser usufruído em 2021. Quando comecei a frequentar a unidade estava ocorrendo um rodízio para que os/as servidores/as saíssem de férias de forma escalonada para evitar mais desfalques.

De acordo com Lívia, desde o começo da pandemia a unidade estava tendo dificuldades para se adaptar. Além dos afastamentos, muitos/as servidores/as não conseguiam lidar com as tecnologias do teletrabalho e, por consequência, os demais precisavam redistribuir as tarefas.

Isso também afetava a diretora, cujo tempo era dividido entre audiências online, elaboração de relatórios, reuniões, trabalhos administrativos e ronda pela unidade. As comparações de Lívia sobre a dinâmica do Cense Joana Richa com outras unidades vinham da experiência da sua própria família. Sua irmã também era agente socioeducativa e seu noivo era diretor de uma unidade, ambos no interior do estado. As outras unidades

conseguiram cumprir a jornada “meio a meio” e alternavam entre o trabalho presencial e o on-line, o que não era posto em prática na sua unidade.

Por essas e outras particularidades, Livia dizia que “admirava muito quem trabalhava no Joana, porque era difícil”. Este não era o único desafio em dirigir a unidade feminina, Livia entendia o processo de mudança para a Curitiba como parte da complexidade do desempenho da função. Mesmo estando há dois anos na região não tinha conseguido fazer muitos amigos, algo que só piorou com a pandemia. Assim como o trabalho na unidade, morar e se adaptar a rotina da capital era “difícil”.

Saindo da casa de madeira, andamos para o fundo do terreno onde ficava a entrada da ala de segurança. Tanto os alojamentos das meninas como as salas de atendimentos técnicos ficavam dentro desse local. Durante as minhas visitas, era comum eu chegar na casa de madeira e não encontrar ninguém, já que a maior parte das ações da unidade aconteciam dentro da parte de segurança. Nessas horas, eu ficava esperando do lado de fora, até que alguém aparecesse e avisasse a diretora, já que era ela que me direcionava para as entrevistas.

Durante minhas visitas, não cheguei a conhecer os demais espaços, como a quadra de esportes ou a garagem, talvez pela falta de tempo ou falta de iniciativa. Fato é que minha presença direcionada pela pesquisa concentrava-se sempre na ala de segurança com alguns episódios dentro da casa de madeira da equipe técnica.

Retornando a descrição do espaço, ao chegar na frente da ala de segurança você enxergava duas entradas, a primeira era o acesso padrão dos/as servidores/as, porta pela qual eu passei todos os dias que visitei o local. A segunda era destinada exclusivamente para as meninas que “davam entrada” na unidade após a sentença judicial de internação. Quando uma menina entrava por essa segunda porta, era o início do processo denominado de “triagem/recepção”: um período de sete dias em que a jovem ficava isolada e recebia atendimento médico, psicológico e era definido em quais atividades seria inserida.

A “recepção”, como também era chamado esse espaço, era formada por dois alojamentos individuais e um banheiro externo. O pé direito era alto e possuía uma janela no topo de tal forma que permitia a entrada da luz externa, mas não possibilitava que quem estivesse dentro conseguisse ver o que estava fora.

Após os sete primeiros dias, a adolescente era transferida para a “área residencial” formada por vinte e quatro alojamentos individuais distribuídos por um corredor que permitia o contato entre todas as jovens que estavam internadas.

Diferentemente do ambiente anterior, a adolescente poderia se comunicar com outras garotas e era permitido improvisar bancos para acessar a vista para fora da janela.

Geograficamente falando, estes dois ambientes eram muito próximos, mas quem estava passando pela recepção não tinha noção disso até ser transferida. Isso ocorria porque existia uma grossa porta de ferro que bloqueava a comunicação do espaço da “recepção” com os demais.

Retornando para a primeira entrada utilizada para as movimentações do dia a dia, um pequeno painel digital servia como chave para destrancar uma grande porta de metal. Perguntei para a diretora se era possível obter algumas fotos da unidade, visto que era proibido entrar com celular. Em troca a diretora me encaminhou alguns registros ‘legendados’, que foram usados para compor as explicações deste capítulo, como a fator a seguir:

Figura 1 - Entrada área de segurança



FONTE: Livia (2021)

Ao passar por essa porta, você se deparava com um pequeno corredor: imediatamente à direita, ficava a sala da enfermagem, que permitia que seu interior fosse visto pela janela por quem estava passando pelo lado de fora. Um detalhe que ganhou mais relevância à medida que a pesquisa foi desenvolvida.

Figura 2 – Acesso para área residencial e pedagógico



FONTE: Livia (2021)

Mais adiante, um corredor levava para a área pedagógica onde as atividades de escola, cursos profissionais e atendimento técnico eram realizados. Essa outra área era composta por um salão de beleza, espaço que somente existia na unidade feminina de internação, de acordo com a informação das servidoras de segurança.

A área pedagógica também era formada por uma sala de visita que estava desativada, uma sala de atendimento odontológico, duas salas de atendimento técnico e

um banheiro. Esses cômodos, semelhante aos alojamentos, possuíam um pé direito alto e eram bem estreitas, de tal forma que facilmente se poderia ouvir o que estava sendo dito na sala ao lado.

Figura 3 – Área pedagógica



FONTE: Livia (2021)

As adaptações da unidade causavam estranhamento para os/as profissionais que vinham de outros Censes, como a psicóloga Flávia, que trabalhava em uma unidade masculina do interior e tinha sido transferida para a feminina no início da pandemia. Essa servidora mencionou que uma das diferenças em atuar no Cense Joana Richa era a necessidade de cuidar com o que você dizia durante os atendimentos, pois outros

poderiam ouvir o que você dizia: “as pessoas se organizam e se adaptam, mas tem que cuidar com o tom de voz porque dá para ouvir tudo. Você precisa ser neutro”.

A área pedagógica também contava com três salas para escolarização, uma biblioteca, duas salas destinadas para cursos de profissionalização e um quarto adaptado para a realização do procedimento de revista íntima.

Este procedimento era realizado sempre que as adolescentes “saíam dos seus alojamentos” e visava “coibir o porte e circulação de objetos e substâncias não permitidos e a manutenção da ordem e segurança na unidade”⁷. Quando as meninas saíam da “área residencial” e eram encaminhadas para um dos espaços descritos anteriormente ou levadas para um atendimento técnico, precisavam ser submetidas a revista íntima para retornar aos alojamentos. Esta era uma das medidas adotadas para evitar situações de tensão em que uma falta disciplinar poderia ser cometida, como carregar algo ilícito em seu corpo.

Ao longo das minhas conversas com os/as servidores/as, entendi que esse procedimento era realizado praticamente todos os dias, pelo menos uma vez, já que qualquer saída para atendimento técnico que não fosse realizado dentro do próprio alojamento se encaixava na regra mencionada acima.

Diferentes formas de controlar os riscos foram sendo criadas ao longo dos mais de trinta anos de existência da unidade. Normalmente, estes procedimentos eram justificados como formas de melhorar o controle por parte dos/as servidores/as devido a “inadequação” do espaço, algo que será repetido várias vezes ao longo deste capítulo.

O Cense Joana Richa não tinha passado por grandes obras, mas várias intervenções tinham sido realizadas com os anos. Locais de passagem que antes permitiam que os cômodos do antigo convento fossem acessados por diferentes lados foram gradualmente sendo bloqueados.

Os aparatos de segurança também passaram por um incremento. Várias janelas tiveram grades instaladas e portas foram substituídas. Por exemplo, em 2020, as portas de *drywall* das salas de aula foram trocadas por grades de metal, como pode ser visto na imagem a seguir:

⁷ Como explica os artigos 107 e 111 da Resolução nº 44/2016 da Sejuf, um documento de quase cem páginas que apresenta regulamentações gerais sobre a política socioeducativa, como a definição da abrangência do atendimento, direitos e deveres de servidores/as, adolescentes, as etapas do atendimento.

Figura 4 – Porta das salas de aula



FONTE: Livia (2021)

Segundo a diretora, o material antigo era um grande problema e afetava a movimentação das meninas pelos profissionais de segurança. Diante da ocorrência de uma briga em um dos ambientes era difícil conter e isolar as garotas. O procedimento anteriormente seguido para deslocá-las era dividir as jovens em pequenos grupos e realizar a movimentação de forma que se evitassem os encontros entre as jovens, o que mobilizava quase toda a equipe de segurança.

De acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP)⁸ da unidade, produzido em 2021, “o deslocamento de adolescentes para as atividades será feito sempre em grupos pequenos a fim de se garantir a segurança.” O objetivo era evitar uma “crise”, sendo que crise poderia significar qualquer situação que saísse do planejado, como: brigas, trocas de objetos, tentativa de fuga, agressão etc. Nem sempre estes episódios se concretizavam, parte das “crises” existiam como eventos enunciados e riscos invisíveis que sempre poderia se tornar uma realidade quando as meninas saiam do alojamento e eram “movimentadas” pela unidade.

Por isso, era necessário observar a relação numérica de agentes e de meninas. Como previsto nesse mesmo documento, “em situações normais”, deveria ser respeitada a relação de um/a agente para cada cinco adolescentes e “em situações que envolviam alto risco de fuga, de autoagressão ou agressão a outros”, a relação numérica deveria ser de dois agentes para cada adolescente.

Devido a pandemia de Covid-19, o número de atendimentos havia reduzido. O Cense Joana Richa atendia doze meninas e contava com uma equipe de segurança de vinte e quatro pessoas, que se revezavam em plantões com quatro a cinco integrantes. Esse era um dos motivos que fazia os/as servidores/as afirmarem que a unidade estava “mais tranquila”, como me foi dito várias vezes durante a realização da pesquisa.

Conversando com estes/as servidores/as ficou claro que o as movimentações geravam grande tensão, pois era nessas horas eventos inesperados poderiam ocorrer, como: obtenção/trocas de objetos perigosos e brigas.

Isolar pequenos grupos para realizar os deslocamentos era entendido como algo que contribuía para a boa condução do trabalho e controle da unidade. Mas, ao contrário do que essas preocupações levariam a esperar, os tipos de crise mais frequentes (ou ocorrências) dentro da unidade era a troca de presentes e cartas entre as meninas⁹ e não a tentativa de acúmulo de “estoque”, como eram denominadas as armas improvisadas.

A diretora descreveu um dos casos mais corriqueiros: as meninas achavam pontas de lápis quebradas, normalmente dentro da parte pedagógica, e usavam os pedaços de papel higiênico, um dos itens que elas tinham permissão de ter dentro dos

⁸ Este documento não estava disponível de forma pública, a diretora me deu acesso ao PPP produzido para em 2021 e me informou que uma nova versão estava sendo elaborada. A cada dois anos, as unidades precisavam elaborar um novo PPP. Nele, deveriam constar quais eram os objetivos e metas que cada unidade pretendia alcançar as formas para realizá-las.

⁹ Vou retornar às trocas de cartas e presentes quando abordar a questão do namoro entre as meninas no capítulo dois.

alojamentos¹⁰, para escrever mensagens. As trocas de bilhetes eram feitas nos momentos de movimentação, quando poderiam ser jogados para dentro do alojamento da destinatária ou escondidos em locais combinados no banheiro.

Seu conteúdo poderia variar desde trocas de mensagens de afeto a ofensas e ameaças. Em um dos dias, ela me mostrou um exemplo de bilhete que a equipe de segurança tinha recém apreendido. Era uma mensagem de afeto de uma menina para outra, escrita à lápis em um pedaço de papel higiênico. Era difícil entender o conteúdo do bilhete, mas mencionava como era penoso o tempo dentro da unidade e como o afeto da destinatária do bilhete era importante para ajudar a passar por aquele momento.

Retornando ao corredor da entrada e virando à esquerda, chegava-se ao refeitório. Devido à pandemia, as meninas estavam realizando as refeições nos próprios alojamentos. O espaço acabava sendo usado para outras funções. Em uma das minhas visitas, o refeitório estava sendo usado para a realização de uma oficina pela equipe da saúde, por ser um espaço amplo que permitia que as paredes fossem usadas para projeção:

¹⁰ De acordo com o Código de Conduta da Unidade, eram disponibilizados até 3 rolos.

Figura 5 - Refeitório, porta para ala residencial



FONTE: Livia (2021)

Atravessando este espaço você chegava na entrada para os alojamentos. A parte residencial era composta por um salão quadrado que continha uma televisão fixada na parede e sofás encostados no extremo oposto destinado a recreação das jovens. Do lado direito deste salão havia a entrada para alojamentos das meninas, e do lado esquerdo, ficava a sala de plantão dos/as agentes de segurança.

Figura 6 - Entrada área residencial



FONTE: Livia (2021)

Figura 7 - Sala de televisão, ala residencial



FONTE: DEASE (2020b)

Os vinte e quatro alojamentos individuais, os antigos quartos das freiras, acomodavam a maior parte das jovens. Além destes, as instalações também contavam com um berçário (no caso de atendimento de jovens grávidas) e um quarto coletivo com capacidade para cinco adolescentes. Era para esse corredor que as meninas eram direcionadas após o período na “recepção”.

Apesar da permissão da convivência coletiva, um desnível indicava com quem as jovens poderiam conversar. Os quartos antes do degrau indicavam as meninas da “fase um” e os quartos após eram da “fase dois”. Na prática, a primeira fase era composta pelas meninas recém-chegadas ou aquelas que precisavam ficar mais facilmente acessíveis por algum motivo particular, como nos casos de ideação suicida. E a fase dois eram as jovens mais antigas na unidade que já conheciam as regras e, em teoria, demandavam menor intervenção por parte da equipe.

O arranjo arquitetônico original foi construído de tal forma que os antigos quartos ficavam de frente um para o outro ao longo do corredor. Com o passar dos anos

e a mudança de função, as portas de madeira foram substituídas por portas de ferro totalmente fechadas, exceto por uma pequena abertura um pouco maior do que uma de caixa de correio. Era através destas aberturas que as meninas conversavam entre si e conseguiam estabelecer um mínimo de contato visual quando estavam dentro dos alojamentos. Elas poderiam ser controladas por dentro e por fora, mas era raro algum/a agente fazer isso.

Em todas as minhas visitas na unidade, nunca entrei nesse corredor até o final. Na verdade, isso não foi explicitamente negado, mas de alguma forma, todas as vezes em que eu estive dentro da ala de segurança, foi evitado ao máximo meu encontro com as meninas e, por isso, não tive acesso ao alojamento por dentro.

Era como se as meninas fossem invisíveis em todos os momentos, mesmo que tudo fosse organizado e regido pensando nelas, nas suas ações e movimentações. Raras vezes encontrei com uma jovem dentro da unidade. Por outro lado, elas se faziam presente nos cuidados extras que os/as servidores/as adotavam. Era como uma grande *outra* que aparecia na premissa do cuidado, da precaução, nos sons e nos cheiros, mas nunca frente a frente.

Como não tive acesso aos alojamentos padrões das meninas, pedi para a diretora descrever o espaço em uma das nossas conversas no final das minhas visitas à unidade. Esse tema era recorrente, quase todos os dias a diretora mencionava algo sobre melhorias e reformas almejadas para o Cense Joana. Há pelo menos cinco anos existia um grande projeto de reforma para o local.

Basicamente, os alojamentos das meninas eram um espaço com menos que 9m², com um pequeno armário para guardar peças de roupas e uma cama que fica sobre um bloco de concreto bem próximo do chão. Devido à falta de ventilação, era necessário levantar os colchões para que pegassem um pouco de ar que entrava pela janela no topo das altas paredes. Nestes dormitórios, ao contrário dos da recepção mencionados no início, elas podiam fazer apoios improvisados para visualizar a parte externa dos alojamentos.

Se infraestruturas eram redes físicas através das quais pessoas e coisas circulam, como aponta Larkin (2018), podemos pensar nos casos em que essas redes visavam controlar e evitar esses fluxos, como na realidade das unidades de segurança. Com isso, refiro-me não apenas à minha presença na área dos alojamentos, que sempre precisava ser mediada por algum/a funcionário/a em razão de normas institucionais, mas também às informações que se procurava conter. Caso chegasse ao conhecimento de uma menina

a presença de uma pesquisadora na unidade, poderia rapidamente ser de conhecimento das demais, o que poderia deixar as jovens agitadas. Isso poderia demandar a mobilização de um certo número de servidores para realizar o controle, algo que queria ser evitado.

Durante minhas idas à unidade, que ocorreram entre março e abril de 2021, entendi que eram poucas coisas que escapavam do conhecimento das jovens. Por exemplo, no último dia em que frequentei a unidade, descobri que a vice-diretora, Augusta, estava sendo transferida para a semiliberdade feminina, uma unidade que ficava ao lado do Cense Joana Richa.

Os demais agentes e técnicos estavam organizando uma festa surpresa e ficaram surpresos quando constataram que nenhuma adolescente havia descoberto. Alguns ainda chegaram a brincar que era a primeira vez que eles sabiam algo que as jovens não tinham conhecimento anterior.

A festa havia sido organizada no refeitório, dentro da ala de segurança, mas quase que a surpresa foi cancelada devido a um vazamento de gás na cozinha da unidade. Quatro mesas de plástico decoradas com uma toalha colorida foram posicionadas no centro do refeitório. Sobre as mesas havia vários tipos de comidas que a equipe tinha comprado escondido da vice diretora, como bolos e salgados de padaria.

Devido as medidas sanitárias impostas pela pandemia de Covid-19, era necessário manter uma certa distância entre as pessoas. A campanha de vacinação ainda estava no começo e algumas pessoas não tinham recebido a primeira dose em março de 2021, por isso, os cuidados eram reforçados ao extremo. Quando ia para a unidade, costumava colocar uma máscara PFF2 e somente retirava quando voltava para casa, não fazendo pausas para tomar água ou beber um café.

Durante a celebração, para poder comer alguma coisa, as pessoas se aproximavam da mesa, pegavam o que queriam e se afastavam para consumir de forma distanciada. O salão era relativamente arejado e possuía janelas grandes e duas portas para circulação do ar.

Foi estranho ver pela primeira vez os rostos das pessoas com quem eu estava convivendo há alguns dias. Ouvi de algumas servidoras que meu rosto era diferente do que imaginavam, pensamento que também tive em relação aos demais. E, por alguns minutos, ficamos conversando sobre os novos procedimentos que a pandemia nos obrigava a adotar.

A celebração também foi marcada por um momento especial. Após alguns discursos de despedida de outros agentes e alguns técnicos, tinha chegado a vez de Livia

falar. A diretora que havia me recepcionado com firmeza e objetividade tinha mudado totalmente de postura e assim que disse as primeiras palavras todos começaram a chorar.

Augusta tinha assumido a vice direção logo depois da chegada de Livia e as duas se tornaram muito próximas. Ela agradeceu a parceria e disse que tinha aprendido muito com Augusta. Apesar de estar acostumada, segundo disse, a não levar nada e nem ninguém com ela, “só passar pelos lugares”, a amizade com a vice-diretora era algo que ela queria preservar. Livia lamentou que mesmo após dois anos de gestão a unidade ainda permanecia com os mesmos problemas, mas que isso não era por falta de esforços. Augusta agradeceu as palavras da sua amiga e reforçou que, apesar dos desafios, a “equipe era muito unida”.

Após a confraternização os/as servidores/as rapidamente desmontaram as quatro mesas e em segundos parecia que nada havia ocorrido. Isso era necessário porque logo as movimentações da rotina do final do dia seriam iniciadas e alguma menina poderia ver que havia ocorrido uma festa, o que novamente poderia gerar agitação para tentar descobrir o que tinha ocorrido na unidade. A saída da vice-diretora seria mantida em segredo até o dia seguinte, quando Augusta se despediria diretamente das jovens em seu último dia.

Depois da confraternização, permaneci na ala de segurança mais um tempo, pois tinha sido avisada que mais uma agente conversaria comigo, a agente Angela. Pedi para ela se seria possível ver os alojamentos aproveitando que aquele era “um dia tranquilo”, como ouvi alguns dizerem durante a confraternização. Ela concordou e me levou até o local. Nas oportunidades anteriores ou eu estava fora da ala de segurança ou estava ocorrendo algum procedimento que impedia a minha circulação.

Quando chegamos no início do corredor dos alojamentos, os passos da agente se tornaram mais silenciosos e seu tom de voz baixou consideravelmente. O corredor era longo e estreito e havia, pelo menos, três grades de ferro em toda sua extensão. Paramos em frente do primeiro quarto que estava desocupado - o berçário – que ficava na frente de um dos banheiros.

Ela retirou o cadeado da pequena abertura da porta de ferro com muita delicadeza, como se não quisesse acordar alguém, novamente a tentativa de evitar qualquer “crise”. A passagem foi tão rápida que eu não consegui anotar nem desenhar nada para reproduzir posteriormente, mas consegui enxergar que havia uma cama, um berço e um móvel utilizado como fraldário e armário.

A agente também me mostrou o primeiro banheiro que ficava no início do corredor. Era um espaço amplo com 3 ou 4 pias e cabines com privadas de um lado, e chuveiros – apenas com as divisórias – do outro. Quando a agente me apresentou o espaço, ela demonstrou em que posição ela ficava para monitorar as meninas e ter o campo de visão mais amplo. Imagino que isso ocorreu devido ao tema que abordamos minutos antes, quando conversávamos sobre quais eram os momentos de maior tensão para os agentes de segurança: as movimentações das meninas dentro da unidade, que incluíam as idas ao banheiro¹¹.

Na verdade, essa era uma das características mais marcantes do Cense Joana Richa: a ausência de banheiros dentro dos alojamentos. Antes mesmo de eu começar a frequentar a unidade a vice-diretora já havia antecipado essa questão por telefone, referindo-se a este fator como um dos principais causadores de conflito e geradores de estresse para servidores/as e meninas.

Diferentemente de todas as outras unidades de internação no Paraná (todas masculinas), as adolescentes precisavam solicitar aos/às agentes para utilizar o banheiro, tanto para suas necessidades fisiológicas quanto para o banho higiênico no caso da troca de absorvente.

Durante a rotina do dia-a-dia, além dos horários fixos em que a equipe de segurança realizava essa movimentação, existiam os pedidos pontuais. Como consequência, a primeira coisa a ser definida para qualquer atividade dentro da unidade era a logística do banheiro. Dependendo do número de meninas, poderiam ser necessários três a quatro agentes para fazer essa movimentação. Isso poderia acabar mobilizando todos os integrantes do plantão, o que era visto como um problema por parte dos/as servidores/as.

Normalmente, a rotina das meninas começava entre 7 ou 8 horas da manhã. Os agentes socioeducativos que cumpriam o plantão da noite trocavam com os que estavam começando o turno matutino. Não havia muito tempo para conversas entre esses dois grupos, mas caso existisse alguma ocorrência, as informações eram registradas em um livro físico que ficava na sala de plantão.

As questões que não possuíam muito respaldo em normas institucionais, mas que a equipe sentia que era necessário “ficar esperto”, eram repassadas por WhatsApp, como relatado a mim pela agente Angela. Perguntei se ela se referia aos pequenos

¹¹ Isso será desenvolvido nos próximos capítulos, quando mencionar mais sobre as faltas disciplinares.

detalhes, ela disse que “sim, às vezes no relatório não faz sentido, daí mandamos áudio. Claro, se for algo muito sério, escrevemos. Mas escrever também tem um lado de respaldo. Então vamos escrever se for sério”.

Retornando à rotina diária, as primeiras ações a serem realizadas era a condução das jovens para o banheiro e a distribuição do café da manhã, normalmente composto por 300 ml de café com leite e duas opções de pães – um com algo doce e o outro salgado, como margarina ou frios.

Após isso, as meninas deveriam ser conduzidas novamente para o banheiro para escovarem os dentes, os/as agentes socioeducativas deveriam conferir o número e o estado de conservação dos utensílios utilizados. Durante a abertura dos alojamentos, fazia parte da rotina de monitoramento a verificação da organização dos quartos, era de responsabilidade da menina zelar pela preservação e organização dos ambientes e dos objetos que utilizavam. Caso não fizessem, poderiam receber uma sanção. Após isso, as meninas eram direcionadas para as atividades de escolarização.

A parte educacional da unidade ocorria na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os/as docentes eram provenientes da Secretaria de Educação estadual, encaminhados a partir de um acordo entre as diferentes secretarias. Jovens de diversas idades partilhavam a mesma sala de aula. Caso naquele dia a aula ministrada fosse conteúdo do nível fundamental, mas a menina estivesse cursando o ensino médio, ela poderia ou ficar em seu alojamento ou ser direcionada à biblioteca.

O período da tarde estava destinado para os atendimentos técnicos e atividades oferecidas pelos cursos de profissionalização ou oficinas realizadas por grupos de voluntários. Durante a realização da pesquisa, fui informada que devido à pandemia de Covid-19, as atividades da tarde estavam quase todas paralisadas.

Mas alguns servidores/as mencionaram que estas atividades já estavam prejudicadas antes mesmo das restrições de circulação. Estes serviços não era incumbência direta da unidade, eram decisões que precisavam ser tomadas dentro da sede do Dease. Como consequência, as meninas estavam ficando mais tempo em seus alojamentos.

A rotina das meninas encerrava cedo, por isso era importante eu terminar minhas entrevistas antes das 17h30. Nesse horário os/as agentes se organizavam para realizar o procedimento do banho, higiene bucal, utilização do banheiro e entrega da janta. O Dease mantinha um contrato com uma empresa privada que era responsável pela produção e

entrega das refeições. As marmitas chegavam todos os dias nos mesmos horários e eram distribuídas imediatamente.

Quanto ao banho, as meninas tinham em média seis minutos de chuveiro ligado. O aquecimento da água dentro da unidade era por uma caldeira, ou seja, existia uma quantidade limitada de água quente disponível. Se as primeiras jovens demorassem muito, as últimas poderiam tomar banho frio. Essa regra só era flexibilizada aos domingos, quando as jovens poderiam usufruir de 10 minutos de banho, por ser o dia que poderia fazer o procedimento de depilação.

Todos os itens utilizados durante esse processo: toalha, roupão, giletes, pentes de cabelo e escovas deveriam colhidos e contatos pelas agentes socioeducativas. Este procedimento deveria ser realizado prioritariamente pelas agentes mulheres, mas caso houvesse algum agente homem, as portinhas dos alojamentos deveriam permanecer fechadas, sendo que o servidor deveria entrar no corredor perguntando se a menina estava pronta para ir ao banheiro.

Já no meu segundo dia frequentando a unidade a diretora chamou minha atenção sobre a duração das entrevistas com os/as servidores/as. Normalmente as conversas estavam durando cerca de 30 minutos, mas na minha última entrevista desse dia acabei me estendendo e fiquei mais de uma hora conversando com um agente socioeducativo.

Antes de ir embora, fui me despedir da diretora e confirmar se poderia retornar no dia seguinte, ritual que realizei todos os dias enquanto frequentei a unidade. Ela autorizou, mas me pediu para ser mais concisa nas conversas, pois, o final do dia demandava uma movimentação intensa. Ela reconheceu que era obrigação do servidor saber o horário das atividades, mas que era bom eu administrar os tempos. Passei a utilizar um relógio de pulso, mas algumas vezes ele nem era necessário. Eu sabia que o fim do dia estava se aproximando durante as entrevistas pela quantidade de vezes que o rádio do/a agente tocava. Não era possível identificar exatamente o que diziam, pois normalmente as comunicações em código ou abreviações, mas quanto mais próximo do final da tarde, mais vezes o rádio era acionado.

Como afirmei na introdução, cada dia de campo foi negociado, pois sempre era possível ocorrer algo que inviabilizasse minha presença. Alguns dias era recomendado que eu fosse de tarde, em outros eu poderia ir pela manhã. Dependia da disponibilidade da pessoa com quem eu conversaria, mas também da ocorrência inesperada de situações que impediam a minha visita, como atendimentos técnicos de emergência ou a falta de algum servidor que reduzia a equipe de segurança.

As relações dentro da unidade eram muito dinâmicas, não se sabia como seria o dia seguinte, não se sabia quem poderia faltar, ou se ocorreriam crises. Apesar disso, a julgar pelos comentários na despedida da vice-diretora, eram raras as vezes que as meninas passavam alheias à realidade da unidade. O domínio do controle da unidade não era estável, ela um negociado a cada instante e isso não se restringia somente a relação com as jovens.

Ao longo desta seção busquei descrever como a unidade estava organizada e apresentar brevemente como o atendimento era articulado, ressaltando alguns pontos de tensão elencados pelos/as servidores/as. A ênfase na “estrutura”, no sentido de arquitetura e organização do espaço físico (um termo também empregado pelos/as servidores/as) foi proposital, para que aos poucos a infraestrutura, como articulação de elementos visíveis e invisíveis, passasse a ser percebida. Na próxima seção, vou aprofundar algumas dessas questões do dia a dia vividas pelos agentes socioeducativos e técnicos.

1.2 É “TUDO É MUITO JUNTO”

Pelo fato de a construção ter sido adaptada para o atendimento socioeducativo existia sempre a sensação de inadequação dos espaços por parte dos/as servidores/as, como se tudo fosse precário e, como se esperava há muitos anos, provisório.

Todo o deslocamento das meninas era cuidadosamente pensado pela equipe para evitar aglomerações e para que elas não ficassem em “pontos cegos”, que seriam locais da edificação que dificultavam o monitoramento que demandavam mais profissionais para realizar a vigilância.

O objetivo era evitar as brigas e a circulação de objetos não autorizados para dentro dos alojamentos. A lógica era: tudo que não fosse permitido era proibido. A jovem poderia manusear um objeto na área pedagógica, mas este não poderia ser transportado para dentro da parte residencial, como no caso dos papéis e dos lápis. Por isso, outro trabalho da equipe de segurança era verificar a quantidade de materiais utilizados antes e depois das atividades pedagógicas.

A forma como a unidade estava organizada permitia que as meninas circulassem próximo às mesas de funcionários/as que poderiam conter itens de segurança ou possivelmente cortantes, potencialmente usadas para automutilação, tentativa de suicídio ou agressão de outra jovem.

Por exemplo, no meu primeiro dia na unidade, acompanhei a recomendação da diretora sobre a necessidade de se retirar os arames de dentro da máscara de proteção contra a Covid-19, visto que algumas meninas estavam usando o item para se machucar. A lista de coisas proibidas não era taxativa, os objetos eram definidos à medida em que as situações ocorriam. Outra consequência da arquitetura era a possibilidade das meninas conseguirem identificar quais profissionais estavam na unidade enquanto eram deslocadas, o que era posto como um problema pelos/as funcionários/as.

Nesta seção, vou apresentar a percepção das técnicas que atuavam no Cense e um pouco sobre como eles entendiam as particularidades do trabalho nesse ambiente específico. Vou relatar a percepção de três técnicas: a enfermeira, a terapeuta ocupacional e a assistente social. Todas possuíam algo em comum: tinham atuado em outras unidades masculinas e entendiam que a atuação dentro do Cense Joana Richa impactava no seu atendimento de diferentes maneiras.

Como apontado por Susan Star (1999), quando falamos sobre infraestrutura é comum as pessoas imaginarem “um sistema de substratos”, como linhas ferroviárias, canos e encanamentos, usinas de energia elétrica e fios, coisas que parecem invisíveis ou que não ganham tanta relevância. Como por exemplo, quando se abre a torneira para beber água, não se pensa na vasta estrutura de encanamento e regulação de água que é necessária (1999, p. 380).

Ainda que o exemplo possa parecer distante, meu objetivo aqui é reforçar como essas “outras” coisas passaram a compor o atendimento socioeducativo. Uma dimensão não óbvia e ausente dos manuais e leis, mas apreendida pela prática dos/as servidores/as.

A importância dessas coisas apareceu para mim vinculada a uma frase repetida por algumas servidoras de que “tudo era muito junto”, em dois sentidos: no sentido físico (pela falta de espaço e impacto da inadequação arquitetônica no atendimento); e no sentido de tudo acontecer ao mesmo tempo, como as situações de pressão na rotina, principalmente para as mulheres.

Eu já havia ouvido alguns rumores sobre a unidade, por ter conhecido uma das diretoras entre 2017 e 2019. Antes de começar as minhas idas ao Cense, enquanto aguardava minha autorização por parte do Juiz, conversei por vídeo chamada com essa diretora, a assistente social Gabriela, que já havia exercido várias funções no Cense Joana, desde estagiária, técnica até direção.

No período da pesquisa, ela trabalhava em uma unidade masculina em São José dos Pinhais, mas lembrava das peculiaridades do atendimento feminino:

“como é uma unidade menor, você convive muito mais com as meninas, mesmo fazendo o trabalho administrativo, você as vê mais. Aqui no Cense São José, por exemplo, se você fica só no administrativo, você nem vê os meninos.”

Essa capacidade de “ver mais as meninas” – cujo reverso, como descrevi na seção anterior, é a potencialidade de que todos os movimentos dos/as servidores sejam percebidos e vistos por elas – apareceu também na minha primeira entrevista presencial através dos relatos da enfermeira Cláudia, uma senhora loira de cabelos curtos e olhos claros.

Setor de Saúde:

Além dela, também faziam parte da equipe uma auxiliar e uma técnica de enfermagem. A vaga do profissional da medicina era preenchida de forma temporária, mediante a processo seletivo simplificado (PSS). Enquanto realizei as visitas, a posição não estava ocupada, mas em abril de 2021 fui informada de que havia um profissional recém-contratado.

Na opinião de Cláudia, era essa característica que tornava o trabalho no Cense Joana totalmente diferente das demais unidades. E aqui foi possível entender um pouco mais sobre como estes pequenos detalhes iam ganhando relevância e tornando visível a composição da infraestrutura do atendimento socioeducativo da unidade feminina de Curitiba.

A sala de saúde, uma das primeiras coisas que você enxergava quando entrava na ala de segurança, possuía janelas grandes. Por isso, qualquer menina que estivesse sendo deslocada para outra atividade poderia ter noção de qual profissional estava no local. Esse maior “contato visual” gerava um aumento nas solicitações de atendimento, na percepção da enfermeira.

A proximidade entre os alojamentos fazia com que a notícia se espalhasse rápido, e logo todas sabiam quem estava ou não na unidade. Cláudia fez uma analogia a um comportamento epidêmico: se uma menina faz uma solicitação, certamente as demais também vão fazer, algo que ela chamou também de “um comportamento por *levas*”.

A enfermeira iniciou sua trajetória no Joana Richa há sete anos e teve algumas experiências dentro de unidades masculinas. Chegou a atuar três meses no Cense Cascavel e no Cense São José dos Pinhais. Na sua visão, entre as meninas predominava

a supervalorização de qualquer sintoma, já entre os meninos ocorria o extremo oposto. Entre eles, Cláudia percebeu existir menos interação, algo que ela atribuiu à localização dos alojamentos¹², além da menor ocorrência de solicitações de atendimentos fora da rotina.

Ainda que fosse bem-vista a prática do cuidado entre as meninas, era necessário um equilíbrio. De acordo com a profissional, muitas vezes os pedidos para irem à enfermaria eram motivados pela vontade de sair do alojamento ou para “matar tempo”, o que contribuía para construção de estereótipos sobre as meninas e nas desconfiças por parte dos agentes quanto a veracidade dos pedidos.

Além dos atendimentos da rotina, como coleta de material para exame ginecológico, vacinas e orientações sobre saúde e autocuidado, era muito comum as meninas solicitarem a presença da enfermeira para verificar o que ela qualificou como “queixas subjetivas”, por exemplo: azia, dor de cabeça, manchas na pele quase imperceptíveis.

Claudia disse que aproveitava essas aproximações espontâneas das jovens para dar continuidade ao seu atendimento¹³ e aprofundá-lo para além de uma parte técnica, como: mencionar a importância do auto cuidado, a necessidade de procurar as unidades de saúde pública quando saíssem da unidade e utilizar os serviços ofertados. Claudia dizia que recomendava as meninas olharem para as paredes do postinho quando saíssem do Cense e estivessem em atendimento: “mando olhar para as paredes das unidades de saúde quando saírem, para ficarem atentas às oportunidades dos programas”, referindo-se as ofertas do Sistema Único de Saúde nos Centros de Saúde Comunitários.

A enfermeira explicava de forma enérgica a lógica das suas orientações. Para ela, se cuidar significava criar uma rotina de procedimentos e uma independência por parte da menina: “como algumas famílias não têm essa cultura do cuidado, ou por estarem ausentes mesmo, as meninas precisam estar preparadas para se cuidar”, afirmou.

Apesar de poucas interações, pude presenciar dois destes momentos mencionados pela enfermeira. A primeira foi uma palestra sobre saúde promovida pela enfermeira com informações gerais sobre o Sistema Único de Saúde, como procurar uma unidade e acessar seus direitos.

¹² As unidades de atendimento que executam a internação deveriam observar a criação de diversos ambientes e obedecer a distância mínima de 5 metros entre si, entre outras previsões. (BRASIL, 2006).

¹³ Além das solicitações pontuais, todas as meninas passavam por uma rotina semanal de atendimento de saúde.

A segunda destinava-se para um grupo específico, tratava sobre o atendimento de três jovens que estavam participando de encontros para conversar sobre identidade de gênero e sexualidade¹⁴.

Como dito por Cláudia, “as meninas eram atendidas no tempo delas, porque às vezes você chamava para o atendimento e não tinha muita conversa, nem evolução, nem abertura. Mas quando elas vêm com as queixas subjetivas, aproveito e uso esse momento para conversar com a jovem”. Ainda que o atendimento melhorasse à medida que as meninas dessem mais abertura para a técnica, nem todas as interações eram tranquilas. Cláudia deu exemplos de momentos que seriam o oposto do ideal, situações em que as adolescentes ignoravam a autoridade da técnica e a tratavam de forma desrespeitosa, na sua visão.

Há algum tempo, relatou, passou pela unidade uma *leva* de meninas com uma posição muito diferente, que faziam comentários como: “você está aqui para trabalhar para mim. Você é funcionária pública. Você ganha dinheiro para me atender”. A ponto de uma menina apontar o dedo na sua cara e fazer o sinal com o dedo de “venha aqui”, exigindo que a enfermeira fosse atendê-la.

Trago esses exemplos, pois se por um lado existia o incentivo para que as jovens desenvolvessem sua autonomia para exercer fora da unidade – algo que estava presente em outras etapas do atendimento – existia um limite: as jovens não deveriam desafiar as hierarquias internas da casa. Práticas interpretadas como excessivas, poderiam prejudicar uma adolescente e até causarem um maior tempo de permanência no cumprimento da medida socioeducativa.

Setor de Terapia Ocupacional

A terapeuta ocupacional, Débora, possuía um histórico de atuação de mais de dez anos na socioeducação. Ela já havia atuado em outros estados e em 2018 passou a atender na unidade feminina. Diferente da enfermeira, Débora ficava na sala de atendimento dentro da casa de madeira e se deslocava para as salas de atendimento quando ia atender alguma jovem.

Esta era uma das profissionais que utilizava as salas de atendimento técnico – localizada dentro da ala pedagógica na parte da segurança. Estes agendamentos

¹⁴ Fui informada que havia um menino trans e duas adolescentes que queriam receber mais informações sobre questões referentes a identidade de gênero e sexualidade. A diretora procurou uma profissional voluntária (não vinculada ao Cense Joana Richa) para realizar encontros *on-line* com as meninas.

precisavam ser organizando considerando as demandas dos outros profissionais e número de meninas a serem atendidas. Outro detalhe que influenciava nisso era que somente uma das salas possuía telefone, o que tornava mais conturbada a organização para atendimento das jovens, quando por exemplo, se realizava a ligação para conversar com as famílias.

Na visão de Débora, “a estrutura física do Cense Joana Richa dificultava muita coisa”. A rotina das jovens e as regras as quais eram submetidas eram totalmente diferentes das unidades anteriores em que havia atuado. A servidora estranhou a necessidade de deslocamento das jovens para a realização de atividades banais, como ir ao banheiro e escovar os dentes.

Se as movimentações diárias eram momentos de tensão, pois poderiam representar potenciais oportunidades de “crises”, as consequências disto também poderiam ser apreendidas nos atendimentos.

A terapeuta ocupacional entendia que “ter espaços adequados” para realizar as funções dentro da unidade era importante para fazer com que os cronogramas funcionassem melhor, e isso incluía a movimentação mais facilitada das meninas.

Diferentemente da sua experiência passada, uma unidade masculina do interior em que o foco do trabalho da terapeuta ocupacional eram as atividades externas, como pensar no momento pós medida, a inserção profissional e como acessar os diferentes serviços públicos, dentro do Cense Joana havia uma atenção mais predominante das situações internas da unidade.

Entendi que para a Débora, os vários detalhes que poderiam desestabilizar a rotina dentro da unidade – que separados pareciam pequenas coisas, mas que juntos ganhavam outra proporção – monopolizavam as atenções do atendimento.

Como exemplo, Débora mencionou que as regras as quais as meninas estavam submetidas eram totalmente diferentes e que dentro da unidade feminina havia uma proximidade mais forte, tanto entre as próprias meninas quanto em relação aos/as servidores/as.

Chamava atenção da servidora o fato de as jovens brigarem muito e a tendência da unidade tratar as coisas como “não pode” de forma generalizada. Débora não especificou em quais detalhes, mas entendi que isso poderia se referir as situações do dia a dia que imediatamente eram proibidas, com medo de eventuais crises.

A assistente social Samira, uma senhora que estava fazendo teletrabalho há quase um ano por fazer parte do grupo de risco, era uma das técnicas mais antigas entre essa classe de servidores/as e, por isso, fui incentivada por quase todos os técnicos a entrar em contato com ela. Conversamos em março de 2021 por vídeo chamada, entre minhas idas à unidade e os momentos em casa devido ao lockdown.

Ela começou a atuar na socioeducação 2007 e em 2012 passou a atuar no Cense Joana Richa. Na sua visão a unidade também carecia de locais adequados para realizar as atividades, como a falta de um espaço específico para atender as famílias.

A “sala de visitas” mencionada anteriormente que fazia parte da ala pedagógica estava desativada durante a realização da minha pesquisa. Inicialmente, achei que era devido a Covid-19 e a suspensão das visitas dos familiares. Mas a não utilização do espaço se dava por outro motivo. Samira me explicou que a “sala de visitas” não servia ao propósito destinado por não comportar todos os/as visitantes e por dificultar o monitoramento das jovens. Por isso, a interação familiar estava sendo realizada em um pátio coberto que também ficava dentro da área de segurança.

A inadequação da unidade também era percebida em outro sentido, Samira expressou a dificuldade em atender as particularidades das jovens. A assistente social relatou um caso em que a técnica constatou que uma adolescente estava com depressão e precisava receber um tratamento diferenciado. Devido à falta de um espaço adequado existia um obstáculo para a realização do atendimento:

é difícil atender as particularidades das meninas, porque se uma está com depressão, você tenta deixar ela mais tempo fora do alojamento, mas daí as outras reclamam... Isso prejudica a individualidade e a coletividade, as outras reivindicam o mesmo direito.

Nem todas as jovens poderiam receber o mesmo tratamento – ficar mais tempo fora do alojamento – e por isso, o encaminhamento da jovem com depressão precisava ser cuidadosamente pensado para não desencadear outros problemas com as demais meninas. Existia uma limitação no atendimento: falta de agentes de segurança e a possibilidade de eventual “crise” caso uma jovem fosse “favorecida” com um tratamento diferenciado.

A fala de Samira se somava as demais que reforçavam que a “inadequação” também se referia a falta de controle por parte dos/as servidores/as de seus próprios

movimentos dentro da unidade, algo que também estará presente no capítulo dois, quando os conselhos disciplinares foram abordados.

Para agendar seus atendimentos, Samira levava em consideração vários fatores. Por exemplo, quando era necessário o contato com a família da jovem, ela precisava coincidir as agendas. Como só existia uma unidade de internação, era comum as jovens virem de municípios do interior, isso impactava em decisões como: se havia recurso para visitar ou trazer a família ou se havia acesso regular a um telefone¹⁵.

Samira também tentava agendar seus atendimentos levando em consideração as atividades que as jovens estavam realizando, ela entendia que elas já eram prejudicadas por “saírem pouco” de seus alojamentos, então buscava propor seus encontros em momentos que não coincidissem com as atividades de lazer.

A assistente social considerava a movimentação interna da própria unidade, Samira dizia que tentava “aproveitar a movimentação da menina” para “perturbar menos os agentes socioeducativos”:

Tem dias que eles [agentes] falam hoje não tem. Só se a menina estiver muito agitada daí, mesmo com desfalques ou qualquer outra situação que dificulte o trabalho da segurança, realizamos o atendimento. As coisas vão mudando com o tempo; a unidade não tem liberdade para fazer a socioeducação mesmo. Depende da gestão.

Como me foi dito, Samira era uma das funcionárias técnicas mais antigas da unidade e tinha uma percepção crítica sobre as mudanças ao longo do tempo. Se a unidade “não tinha liberdade para fazer a socioeducação mesmo” isso estava sujeito a várias mudanças institucionais ao longo dos anos e não dependiam somente de um acontecimento.

A assistente social reforçou como isso impactava na vida das meninas que estavam internadas. A funcionária me contou que em épocas passadas, quando havia um maior número de agentes de segurança, existia mais liberdade para os técnicos em propor ações com as meninas, como a realização de atividades noturnas, utilização da quadra de esportes: “quando fazia calor, elas podiam fazer atividades como usar a quadra e escorregar na lona [com água e sabão]”, mesmo que os agentes não concordassem – alegando a falta de segurança – era mais fácil para a equipe técnica propor as atividades.

¹⁵ Caso a família não possuísse recursos para visitar a jovem, a unidade poderia providenciar o dinheiro para o deslocamento ou levar a menina que tivesse permissão para atividade externa com o carro oficial da unidade.

Ao contrário de outros servidores, Samira entendia que o tempo em que “realmente ocorria a socioeducação” estava no passado, em uma época em que as meninas tinham mais liberdade e o atendimento respeitava mais suas “individualidades”. Ela se referia às necessidades pessoais de cada jovem que poderiam demandar uma atenção especial por parte do/a servidora. Como exemplo, ela citou que antes as meninas tinham a possibilidade de usar suas próprias roupas e faziam mais atividades dentro da unidade.

As mudanças institucionais, como alteração da gestão da unidade, da gestão do Dease, e até do próprio governo estadual ressoavam dentro das unidades. Por exemplo, se a política socioeducativa estivesse dentro da Secretaria da Criança, isso dava outro enfoque para a execução da política, não só em termos de recursos como em visão ideológica. Outra situação que impactava também era quem dirigia a unidade, como trajetória profissional (ter experiência de unidade) e formação profissional.¹⁶

Com o passar dos anos, a não realização de concursos e a defasagem do quadro de funcionários foi modelando a forma como o atendimento socioeducativo era realizado. Gradualmente, a unidade foi se tornando mais rígida e as meninas passaram a ficar mais tempo “trancadas” dentro de seus alojamentos saindo somente quando era necessário.

Isso revelava outra característica das infraestruturas: a possibilidade de serem entendidas em suas múltiplas temporalidades. Os “múltiplos futuros da infraestrutura”, como descrito por Gupta (2018) podem surgir, além da decadência dos materiais, mas também por causa da complexa interação das decisões técnicas, e ideológicas.

A predominância da visão da segurança sobre uma abordagem mais pedagógica também se devia à percepção de aumento das ocorrências dentro das unidades, embora a única rebelião registrada no Cense Joana tivesse ocorrido há três gestões passadas.

Samira, que na época já trabalhava na unidade, lembra do episódio que ocorreu logo após da saída da diretora Marise, que exerceu o cargo entre 2002 e 2014, sendo substituída na sequência por uma diretora que assumiu o posto de forma temporária.

A assistente lembra que na época essa diretora temporária agradou os agentes socioeducativos, por ter uma perspectiva “mais rígida” sobre como o trabalho deveria ser conduzido. As jovens, que estavam acostumadas com uma maior liberdade, passaram a ficar mais tempo em seus alojamentos, isso também aumentou o número de ocorrências de “crises”. E mesmo que medidas mais rígidas de segurança tivessem sido adotadas, a sensação de insegurança por parte dos/as agentes aumentou consideravelmente. Samira

¹⁶ Entendi que não era um critério vinculativo, mas era comum a direção da unidade ser alguém “da socioeducação”.

lembra que a primeira vez que presenciou situações mais radicais foi nessa época, como um caso de suicídio e a ocorrência de uma “rebelião”. Samira então me explicou que a ocorrência na unidade feminina “não tinha sido bem uma rebelião, mas as meninas começaram a jogar tudo que tinham para fora do alojamento”¹⁷.

Este era um ponto confuso quando eu conversava com funcionários mais antigos. Com frequência, eu ouvia sobre casos de rebelião, mas pelos relatos entendia que se referiam aos episódios nas unidades masculinas, mas que de alguma maneira influenciaram na forma como a socioeducação era executada nas demais unidades.

Mesmo assim, os poucos episódios no histórico da unidade geraram uma preocupação de que eventos semelhantes se repetissem e essa preocupação foi se perpetuando como parte da infraestrutura do atendimento, apesar de nunca mais ter acontecido nada nessa intensidade.

Além de mais rígido, o atendimento também foi ficando mais precarizado devido à saída de muitos funcionários, a aposentadoria de outro e a falta de reposição. Em seus 15 anos de experiência, a servidora entendia que “cada diretora entrava e retirava um pouco das atividades, porque ia encontrando um cenário mais prejudicado também”.

Durante as conversas com as servidoras, foi ficando claro que o atendimento socioeducativo do Cense Joana Miguel Richa precisava ser entendido como uma composição dinâmica de coisas que foram se agregando, como a combinação de elementos de épocas distintas. A infraestrutura do atendimento era consequência de uma formação incremental ao mesmo tempo ideológico e material (ANAND, 2015).

1.3 A INTEGRAÇÃO PROPOSITAL

Apesar das dificuldades, era frequente ouvir dos/as servidores/as que a unidade era um local agradável para se trabalhar. O que vim a descobrir é que foi justamente sua não caracterização como unidade de segurança que justificou a aquisição da propriedade pelo governo, no final dos anos 80, como me foi dito por uma das funcionárias responsável pela elaboração do projeto do Joana Richa, Cristiane Garcez Gomes de Sá.

¹⁷ Conforme a notícia, duas meninas que cumpriam medida no Cense Joana Richa agrediram a diretora da unidade “com chutes e puxões de cabelo”. Em contato com a Secretaria responsável na época, o jornal foi informado que “não houve rebelião na unidade, mas apenas um problema pontual (RIBEIRO, 2014).

Essa servidora iniciou suas atividades em 1982, quando entrou para antigo Instituto de Assistência ao Menor (IAM)¹⁸ como psicóloga e acompanhou as várias mudanças na gestão que deram origem ao atual Dease. Tive a oportunidade de conhecê-la em 2017, antes de se aposentar. Ela era referida pelos colegas como uma das pessoas que mais acompanhou a história da socioeducação no Paraná.

Entre as idas na unidade e a pesquisa documental consegui recuperar seu contato pelas redes sociais, e conversamos em maio de 2021 por uma ligação de vídeo. Eu me lembrava de Cristiane como uma senhora pequena de voz calma que adorava contar sobre suas primeiras experiências na administração pública antes mesmo da existência do Estatuto da Criança e Adolescente. Quando voltei a procurá-la por causa da pesquisa, ela respondeu de forma entusiasmada, pois era um projeto muito especial para ela.

Dando continuidade ao que foi mencionado na seção anterior, o objetivo desta terceira parte do capítulo é abordar a infraestrutura do atendimento socioeducativo como uma composição dinâmica que foi se agregando e recombinao elementos de épocas distintas.

Nikhil Anand (2015) destaca três características das infraestruturas que são úteis para pensar o presente caso: o entendimento das infraestruturas como coisas “criadas a partir de uma multiplicidade de formas históricas e relações tecnopolíticas que, embora unidas, raramente são totalmente coerentes”; a ideia de “acréscimos instáveis” que “se formam lentamente ao longo do tempo”, constituídos de diversas racionalidades políticas (do passado e do presente); e a ideia das infraestruturas como formas que exigem um constante gerenciamento de manutenção e reparo (2015, tradução nossa).

A instabilidade e fragilidade das infraestruturas também podem ser pensadas pela tensão entre a perspectiva de projeto de futuro e a luta entre renovação e ruína, como apresentado por Akhil Gupta (2018). Gupta dá especial atenção para a ideia de “suspensão”, uma forma de incorporar a dinamicidade temporal das infraestruturas. Essa condição “entre” [*in-between-ness*] futuro e ruína reforça um ponto fundamental: o constante processo de manutenção.

Meu intuito em encontrar alguém que conhecesse o histórico do Joana Richa desde “o início” era uma das formas de entender como a unidade foi se constituindo ao longo dos anos. Ainda que a busca pelo começo (quase como um mito) fosse mais para

¹⁸ O IAM foi criado pela Lei nº 4.167/1962. Alguns anos depois, entre transições da pasta por secretarias, o IAM passou a se chamar Instituto de Ação Social do Paraná, pelo Decreto nº 959/1985. (MOCELIN, 2007, p.75).

satisfação própria da pesquisadora do que pela sobrevivência da pesquisa, percebi que a lacuna persistia inclusive nas produções acadêmicas.

Encontrei alguns trabalhos que contavam partes da história do Cense, muitos escritos por servidoras do próprio sistema (FREIRE, M., 2013; MOCELIN, M. R., 2007; SABBAG, J. M., 2010; SILVA, E. G., 2010), mas existiam poucos registros que remetessem aos anos 1980. As narrativas normalmente contavam a história por fragmentos, ou tinham como marco temporal alguma gestão em específico.

Entendendo a gestão da política socioeducativa como um percurso contingente, busquei procurar como os “acrescimentos instáveis” – e até contraditórios – foram se agregando. Chamava minha atenção a ideia de que o Cense Joana Richa “promovia a socioeducação” e como essa percepção era deslocada no tempo: alguns entendiam que isso fazia parte do passado da unidade, outros entendiam que isso ainda era o que a distinguia das demais.

Iniciei minha conversa com Cristiane perguntando qual era o contexto que levou o governo do estado a adquirir o antigo convento. De acordo com servidora, entre os anos de 1984 e 1985, a configuração da administração estadual estava passando por várias alterações e alguns serviços de assistência social estavam sendo municipalizados. Com as mudanças institucionais e a separação das competências entre estado e município, Cristiane deixou de atender crianças e adolescentes de todas as idades e foi designada para atuar com as adolescentes em conflito com a lei.

Na época, o Instituto em que Cristiane trabalhava atendia a todas as faixas etárias e as diretrizes políticas eram diferentes das de hoje. Como foi destacado por Garcez, “era uma realidade diferente, atendia a situação da carência, só a carência financeira já era motivo de internação. Não existiam creches, não existia estrutura de atendimento social”. Com o advento do ECA a servidora passou a atuar em uma nova divisão do governo estadual, o Centro de Estudos Diagnósticos e Iniciação de Tratamento (Cedit)¹⁹, que reunia no mesmo espaço: vara da infância, delegacia e a unidade de atendimento para adolescentes, localizada no Tarumã, bairro da zona norte de Curitiba.

Desde então, a política socioeducativa passou por várias mudanças, tanto de gestão governamental, como também de “pasta”, circulando entre a antiga Secretaria da Criança e Juventude (SECJ), a Secretaria da Família e Desenvolvimento (SEDS), a

¹⁹ O Cedit era uma instituição que atendia jovens órfãos e abandonados que poderiam ficar internados por até noventa dias. Para mais informações, consultar Freire (2013).

Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) e, em 2019, finalmente, a Sejuf²⁰. Isso implicava em diferentes ênfases dadas por seus dirigentes, o que na visão dos servidores marcava as distinções na sua execução.

Quando mencionei a dificuldade de encontrar informações sobre o histórico da unidade feminina para Cristiane, ela mencionou que entre as várias mudanças alguém teria jogado descartado de forma indiscriminada vários documentos da Secretaria, dentre eles, os registros do planejamento do Joana Richa. E sugeriu que eu buscasse alguma informação na “casa da Hermes Fontes”, antiga sede do IAM, hoje uma associação civil sem fins lucrativos, com a finalidade de assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, saúde e geração de renda, a Provopar.

Finalmente pude fazer a tão desejada pergunta sobre a razão da aquisição daquele imóvel em específico e comentei sobre impressões da equipe sobre “tudo ser muito junto”. Cristiane respondeu de forma assertiva: “a ideia de integração foi proposital”. Segundo a servidora, quando o IAM adquiriu aquele imóvel, mesmo que não fosse o modelo imediatamente idealizado, entenderam que se encaixava nas expectativas planejadas: “nosso modelo arquitetônico não era para ser aquilo, mas acabamos conseguindo aquela casa. Em termos operacionais era isso mesmo, era não ter isolamento. A casa não era para ter aspecto agressivo para a unidade”.

O grupo responsável por planejar a unidade destinada ao atendimento das meninas era formado por Cristiane, da psicologia, e mais duas outras funcionárias da área de assistência social. A proposta pedagógica baseava-se nas ideias de Anton Makarenko²¹, um educador ucraniano nascido no século XIX, que propôs uma nova forma de educação para a formação de novos sujeitos.

Sua influência ainda se fazia presente, era um dos conhecimentos que resistiu ao tempo e as muitas mudanças na socioeducação no Paraná. Em 2018, quando o Dease publicou a atualização dos seus materiais técnicos de referência, a menção ao educador era citada:

Makarenko (1986), ao trabalhar com adolescentes e jovens que haviam cometido delitos evidência, já em seu tempo, que a educação deve ser instrumento capaz de influenciar na instituição de uma nova forma de convivência social - essa nova forma de convivência social não se restringe aos

²⁰ Para mais informações, consultar Oliveira (2018).

²¹ Anton Makarenko (1888-1939) foi um pedagogo ucraniano que se especializou no atendimento de jovens que viviam na marginalidade. Sua metodologia propunha a valorização da vida em comunidade, a participação da criança na organização da escola, o trabalho e a disciplina. (DIA A DIA EDUCAÇÃO, s.d)

sujeitos adolescentes, no sentido de adaptá-los, mas a toda a sociedade. Essa perspectiva deve estar presente em toda proposta político-pedagógica que se queira emancipadora (COSSETIN, 2018, p.21).

O projeto de unidade idealizado na época de Cristiane buscava combinar inspirações pedagógicas que encontraram correspondência com o momento político da redemocratização vivida no país. Como relatado por ela, o Brasil vivia os anos finais da ditadura civil-militar e os movimentos para a realização da Constituinte já estavam acontecendo. Especificamente no âmbito estadual, o governo da época era administrado por José Richa (PMDB)²², que na visão da servidora simbolizava um momento de abertura, propulsão de ideias e inovações.

Esses anseios foram transpostos para o projeto. Buscava-se uma instalação que promovesse a participação das meninas, que não tivesse um “aspecto agressivo”, que fosse “um modelo arquitetônico mais participativo” em que as “regras e as normas seriam decididas em assembleia com as meninas”, como previa a filosofia de Makarenko.

O investimento foi tão grande, que o governo do estado pagou para a equipe viajar pelo Brasil para conhecer iniciativas “consideradas de sucesso” para serem usadas como referência, como a unidade Stella Maris no Rio de Janeiro e a Escola-Febem Barão de Camargos, em Ouro Preto (MG), administrada por Antônio Carlos Gomes da Costa²³.

A unidade do Rio de Janeiro tinha sido inaugurada 1969, na época da administração da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FNBEM) e ficou conhecida pela sua estrutura arquitetônica arredondada, como na imagem a seguir:

²² Eleito em 1982, exerceu o cargo entre 1983 e 1986. Foi o primeiro governador depois da retomada das eleições diretas no âmbito estadual.

²³ Foi um pedagogo que dirigiu a Escola-Febem Barão de Camargo em Ouro Preto/MG. Atuou junto a projetos das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT); representou o Brasil no Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU); colaborou na elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. E foi um dos integrantes do grupo responsável pela redação Estatuto da Criança e Adolescente (CONSELHO DA CRIANÇA... 2011)

Figura 8 - Unidade Stella Maris - RJ



FONTE: CELESTINO (2015)

Quando pesquisei fotos da unidade na internet para entender qual era o modelo arquitetônico de referência, me deparei com um fato inusitado, os registros encontrados pareciam a descrição do modelo desenvolvido pelo filósofo inglês do século XVIII, Jeremy Bentham.

A perspectiva utilitarista de Bentham propunha um modelo de casa de correção que visava anular os prazeres das práticas criminais e promover a sensação de vigilância a partir de um edifício circular, em que os apartamentos dos prisioneiros ocupassem a circunferência ao redor de uma torre (TADEU, 2000). A torre de vigilância permitiria, a partir de um único lugar, a visualização do interior de cada cela. Esse formato auxiliaria no processo de monitoramento que deveria parecer constante.

De acordo com Michel Foucault, Bentham colocou o princípio do poder como “visível e inverificável” (2004, p. 167). Visível no sentido de o prisioneiro sempre estar ao alcance da torre central do vigilante, e inverificável, pois ele nunca saberá quando está

sendo observado, fabricando “efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, *loc. cit*). O benefício dessa organização seria um sistema prisional em que não seria necessário recorrer à força para gerar a coação do prisioneiro, o poder extremo aliviaria os fardos físicos das antigas casas de segurança britânicas.

Foucault retomou os estudos do filósofo britânico para apresentar as suas considerações sobre a sociedade disciplinar. De acordo com seu argumento a “antiguidade foi uma civilização do espetáculo”, e este fator predominava na vida pública e no aparelho policial do século XVIII. A diferença para a idade moderna estava na alteração dos elementos principais, não mais focados na “comunidade e a vida pública, mas [nos] indivíduos privados por um lado, e o Estado por outro” (2004, p. 178).

A sociedade da vigilância passava a fabricar cuidadosamente os indivíduos, os “corpos dóceis”, pela disciplina que visava aumentar as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade e pela obediência. Como consequência dessa transição, a figura do carrasco saía de cena para ser substituída por um corpo técnico multidisciplinar formado pelos “guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores” (2004, p. 14).

De forma paradoxal, o modelo da unidade socioeducativa do Rio de Janeiro, tomada como referência para a implantação do Cense Joana Richa, reproduzia essas duas características sob a lógica da garantia de direitos e com a perspectiva de dar um tratamento individualizado às jovens.

De acordo com a descrição técnica da construção de referência:

A Escola Stella Maris é a concretização de um sonho longamente acalentado pelo Dr. Mário Atenfelder, presidente da FNBEM, visando um tratamento individualizado de menores do sexo feminino, portadoras de problema de conduta ou de adequação social. Desde o local e o projeto arquitetônico, tudo foi pensado em função de sua finalidade. Situada na Ilha do Governador, a poucos metros do mar, oferece um clima saudável, uma natureza exuberante, um ambiente tranquilo. O prédio geometricamente hexagonal tem um grande salão redondo como centro, com uma área de circulação levando a 6 blocos independentes, que se intercomunicam no todo (...) (FNBEM, 1970, pp.75-76, citado por RIZZINI; CELESTINO, 2016, p.238)

Diferente do que tinha sido idealizado por Bentham, o modelo circular que permitia maior “vigilância” era preferido pela equipe do Paraná por facilitar a integração entre as jovens atendidas e os/as servidores, como descrito por Cristiane. Fazia parte da característica da infraestrutura do atendimento socioeducativo a combinação de

elementos aparentemente contraditórios e até sua inversão: a transformação inesperada do panóptico, agora sim no viés dos direitos.

A arquitetura do antigo convento ajudava a produzir este feito. Por permitir maior integração, os/as servidores se queixavam das coisas que escapava do poder da vigilância, como os pontos cegos e a comunicação facilitada entre as meninas. De algum modo, a inversão do panóptico – como ruína das concepções anteriores da unidade do Rio de Janeiro – serviram como inspiração para a elaboração do projeto do Cense Joana nos anos 80.

Pelas observações do trabalho de campo o que se constatou foi que os/as servidores/as modulavam seus comportamentos como se estivessem sendo vigiados/as pelas meninas, como visto pelo controle do tom de voz, o cuidado com os passos no corredor e o esforço em “manter segredos”, como mencionado na festa de despedida de Augusta.

Quanto ao outro referencial mencionado por Cristiane, o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, era conhecido devido a sua bem sucedida experiência como diretor da unidade Escola-Febem Barão de Camargos, em Ouro Preto (MG), também para meninas. Cristiane teve a oportunidade de conhecer a unidade em formato de casa aberta e sem grades: “a contenção era técnica, através do *vínculo*. Era isso que se dizia. Então, o nosso investimento pessoal foi muito forte. Isso me emociona muito. Era isso que segurava o trabalho, o *vínculo*”.

Antônio Carlos Gomes da Costa, além de ter sido um dos colaboradores do Estatuto da Criança e Adolescente, desenvolveu a ideia da “Pedagogia da Presença”, a partir das influências de Paulo Freire e de Anton Makarenko. Em sua obra publicada nos anos 1990, ele retrata os desafios e dificuldades de ocupar a posição durante a substituição das “práticas correccionais-repressivas” pelo novo modelo pedagógico “mais aberto e democrático”.

Diante das dificuldades para encontrar referenciais teóricos e respostas práticas aos problemas apresentados pelo atendimento das meninas – o que ele também constatou ser relatado na obra de Makarenko – Costa se propôs a escrever a sua própria “aventura pedagógica”, e mesmo com dificuldades, obteve muito sucesso. Em sua teoria, o autor enfatizava o *vínculo* – conceito fundamental para o processo socioeducativo – como algo

que somente poderia ser estabelecido pela presença, pois através dele era possível criar uma relação entre educador²⁴ e educado.

Também vale ressaltar que o *vínculo* foi agregando novas qualidades ao longo da trajetória do Cense Joana Richa. Ao mesmo tempo que era algo positivo, pois permitia uma relação de confiança com os/as jovens, também aparecia como obstáculo quando a segurança precisava limitá-lo para reforçar seus limites. Algo que pretendo aprofundar no próximo capítulo.

O resultado de todo esse esforço e troca de ideias progressistas foi a inauguração de uma casa para atendimento de internação feminina em Curitiba, em 1985. O nome da unidade foi escolhido pelo governador em homenagem a sua mãe, Joana Miguel Richa, já falecida, mas que tinha se dedicado a vida toda a causas sociais, segundo Cristiane.

A servidora lembra que na época da inauguração a unidade era muito diferente de hoje em dia, era uma unidade toda aberta, sem grades ou muros altos. A “contenção” das meninas, era realizada a partir do trabalho técnico pelo reforço do *vínculo*, assim como na unidade mineira. Mas Cristiane reconhece que com o passar dos anos a unidade foi sendo alterada, e novos equipamentos de segurança foram adicionados:

Depois a unidade foi sendo fechada com grades, pelas próprias rebeliões que houve. Não tínhamos estrutura física para segurar. Era a nossa presença a contenção. Tivemos sucesso? Sim, com muitas meninas. A tendência era não querer ficar na casa, elas eram encaminhadas pela polícia, a polícia as soltava lá e a maioria fugia, não tinha grade. Vinham algemadas, eram soltas e fugiam. A gente ia atrás, esse era o nosso trabalho. Encontrar onde estivessem, estabelecer *vínculo* e convencer a voltar para a casa. Íamos em prostíbulo, retomávamos o trabalho mesmo sem estar dentro da casa, continuávamos o trabalho onde elas estavam. E até conseguimos *desligamentos* sem a menina estar na casa.

Por “desligamentos”, Cristiane se referia à ação do magistrado que determina se os objetivos da medida socioeducativa foram alcançados, após avaliação dos relatórios técnicos. Ela relembra como o Cense Joana Richa era no começo: os muros baixos permitiam facilmente que as meninas fugissem assim que eram levadas pela polícia para a unidade. Nessas horas, a equipe de técnicas se deslocava para realizar o atendimento no local em que elas estivessem.

Não existia tanta cobrança caso as jovens fugissem e muitas acabavam retornando. Inclusive, algumas adolescentes foram “desligadas” da unidade, mesmo sem estar frequentando o local. A referência era o trabalho técnico, quando ocorria alguma

²⁴ Nomenclatura antiga da posição de agente socioeducativo ainda usada por algumas pessoas.

“crise” entre as meninas, a equipe de segurança acionava imediatamente estes profissionais. Diferente da prática que constatei, em que diante de qualquer ocorrência os agentes socioeducativos encarregados da segurança eram solicitados.

Na sua visão, o reforço da segurança foi se intensificado com a ocorrência de motins e a redução progressiva de efetivo na unidade: “começaram a acontecer as rebeliões dentro da casa e teve uma grande rebelião em que colocaram fogo em tudo”. Foi essa ocorrência²⁵, ainda antes dos anos 90, que marcou o ponto de mudança no Cense Joana Richa.

Cristiane relembra que foi necessário fechar a unidade por um tempo: “precisou fechar a casa, transferimos algumas meninas para outro local, ficamos com uma ala do Adauto Botelho, o hospital psiquiátrico”. E depois disso, no retorno à unidade após a reforma, as primeiras grades foram colocadas nas janelas.

Na época da inauguração as portas dos alojamentos eram as mesmas utilizadas pelas freiras (de madeira), o que acabava permitindo a livre circulação das meninas no corredor dos alojamentos. Após a rebelião em 1989, “colocaram gradinhas nas janelas, mas nada do que é hoje”. Na visão da servidora, naquela época, o maior problema era a parte dos quartos:

quando começavam as brigas, os namoros, disputas uma pela outra... A gente não tinha como impedir muito, principalmente durante a noite. A necessidade foi que as portas dos quartos fossem reforçadas e ter o quartinho de castigo... quarto de contenção. As grades fora não existiam inicialmente, porque não existia tanta cobrança se fugissem. Você ia atrás e às vezes ela voltava.

Os motivos dos desentendimentos desta época eram quase os mesmos dos que eu tive acesso: ciúmes, namoros e disputas. As relações entre as meninas, na visão da servidora, tinham mais o sentido de posse do que de relação sexual ou envolvimento afetivo²⁶: “as meninas disputam muito mais as namoradas do que os meninos. Eles tinham certo tabu, era escondido. As paixões das meninas eram declaradas, o namoro era explícito. É algo de posse mesmo... Paixão mesmo eu não tenho relato, era de posse”.

De acordo com o relato da servidora, naquela época os alojamentos não possuíam grades em suas portas, o que dava mais liberdade para a livre circulação das

²⁵ Cristiane estava se referindo à ocorrência registrada no dia 16 de janeiro de 1989, “Motim dura 5 horas e deixa 2 feridos”. Após essa data, a única ocorrência registrada foi o episódio de 2014, que não foi considerado uma rebelião pela Secretaria.

²⁶ Assim como Cristiane, os demais servidores/as entrevistados/as reforçaram a ideia de posse dos relacionamentos das meninas. Mais sobre isso será mencionado no capítulo dois.

jovens internadas. De certa forma, isso também amenizava a questão do banheiro, uma vez que não era necessário intervenção dos/as servidores/as.

Para Cristiane, o projeto do Joana foi um sucesso, pois atendeu aos anseios da época. Tinha sido planejado no mesmo contexto da discussão do ECA e permitiu um nível de liberdade e criatividade nunca antes visto. Ela reconhecia que a empreitada tinha sido ousada, feita por jovens, sem quase nenhuma interferência por parte da direção do IAM ou outro órgão, afinal, “era uma área política em que o governo não tinha interesse”, ainda que a administração estadual não tivesse economizado para implantá-la.

Em seus 30 anos de carreira, Cristiane via o panorama atual da política muito diferente. Para ela, com o passar dos anos o número de regras e leis havia aumentado muito, mas mesmo assim entendia que o Cense Joana Richa mantinha “alguma coisa dos tempos antigos”.

O tom nostálgico de uma época pretérita menos rígida quanto à segurança, também apareceu no relato de uma das antigas diretoras do Cense Joana Richa. Marise, que dirigiu a unidade entre 2004 e 2014, percebi que a gradual restrição da liberdade das meninas eram um dos efeitos de decisões administrativas que, aparentemente, não tinham nenhuma relação direta com a socioeducação, como: restrições orçamentárias, e a contratação por prazo determinado de profissionais essenciais ao invés de realizar concursos. As consequências a longo prazo dessas ações contribuíram para a preeminência da segurança em relação ao *duplo vínculo*.

Assim como Cristiane, a ex-diretora relatou que na sua época “as meninas ficavam mais soltas”, elas circulavam pela unidade sem tantos impedimentos e possuíam atividades até as 22h. Segundo Marise, hoje também aposentada, o trabalho desenvolvido na unidade já era voltado para “uma ideia de convivência e um trabalho mais humano” antes mesmo do Sinase (legislação de 2012 que regulamentou as medidas socioeducativas).

Marise entendia que o grande cuidado era não deixar que a ideia de segurança prevalecesse sobre a ideia da pedagogia, o que favorecia a produção do *vínculo* entre servidores e as meninas: “o *vínculo* é um grande responsável por segurar as meninas para que ela não faça besteira”, afirmou.

A preferência por uma abordagem mais pedagógica era também uma forma de resposta ao argumento acionado pelos agentes socioeducativos quando questionavam que algo ou alguma atividade não poderia ser executada por não ser segura. Na visão de

Marise essas falas normalmente não eram embasadas em comprovações, mas sim no “diz que me diz”.

A busca por pessoas que pudessem me contar sobre a história do Cense Joana me levou a conversar com os agentes socioeducativos mais antigos da unidade, uma recomendação de Lívia, que disse que eles poderiam me dar um relato mais qualificado. Uma destas pessoas foi Rodrigo, um agente que há 15 anos trabalhava na socioeducação.

Trago parte das suas impressões aqui, pois entendo que boa parte da tensão entre abordagem pedagógica e de segurança é creditada a diferença entre tipos de profissionais: os técnicos e os agentes. Em outros trabalhos (VINUTO; DOMINGUES; SIGNORINI, 2021) essas questões apresentam nuances mais evidentes.

O que constatei da minha experiência, era que a relação entre técnicos e agentes era complexa, por exemplo, ouvi que dentro do Cense Joana Richa essa rivalidade era quase inexistente e isso facilitava o desenvolvimento das atividades dentro da unidade, ainda que vários/as servidores/as reconhecessem que era comum em outras unidades.

A prevalência de uma abordagem menos pedagógica não era unânime entre todos os/as profissionais da segurança e nem era óbvia para os/as servidores/as ou intencional, mas sim em decorrência de várias decisões e relações precárias de trabalho. No próximo capítulo darei mais atenção a essa diversidade das práticas entre os próprios servidores/as de segurança. Mas aqui, quero destacar as percepções do agente no início da sua trajetória profissional.

Rodrigo fazia parte do grupo que ingressou em um dos grandes concursos em 2006, e passou a atuar em uma das unidades mais antigas do estado, o Cense São Francisco. Na visão do agente, a política socioeducativa no início da profissão era muito diferente quando se chegava na unidade: “ler o ECA é uma coisa, mas fazer plantão é outra. Faltava entender a prática nas capacitações”.

Quando ingressou na socioeducação em 2006, era permitido que os/as jovens tivessem televisão dentro dos alojamentos, pudessem fumar e até comprar coisas, como engradado de refrigerante e armazenar dentro de seus quartos, coisas impensáveis hoje em dia.

Sobre as mudanças dentro da unidade feminina, desde a sua transferência em 2013, Rodrigo reconheceu que antes as meninas ficavam mais soltas entre os alojamentos e tinham mais liberdade de circulação pela unidade, podendo andar livremente entre o refeitório e ala pedagógica, o que também não era mais permitido no tempo da pesquisa.

Naquela época, mesmo com o atendimento em capacidade total, as 30 meninas chegavam a sair para atividades juntas. Isso se alterou com o tempo, de acordo com o agente “diminuiu o número de servidores, antes era uns quinze por plantão por exemplo, hoje são uns quatro ou cinco.”

Com a redução de funcionários também diminuiu a liberdades das jovens:

começamos a fazer grupos menores [de meninas] para serem movimentadas dentro da unidade... pensa, que antes, era um plantão com 15 pessoas. Tinha muita gente, mas foi saindo porque não teve mais concurso e muitos eram PSS. A rotatividade é grande, o último grande concurso foi em 2006. Acho que até teve outro depois, não lembro...

Os relatos das mudanças institucionais ao longo do tempo sempre me eram ditas como se fossem provisórias, ainda que as situações fossem antigas. Talvez o que mais alimentava a esperança da melhora do trabalho dentro do Joana Richa era a espera pela realização da “grande reforma”.

Desde 2015, projetos e propostas eram postos em negociação por parte da direção na unidade e apresentados para a equipe sede do Dease, Ministério Público Estadual e Judiciário. Os recursos necessários para a realização dessa obra, a princípio, viriam do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca). Todos os dias, ao final da minha visita na unidade, eu encerrava o dia conversando com a diretora e todos os dias ela me contava algo novo sobre a espera da obra.

Segundo seu relato, em 2020 sua equipe intensificou os esforços para que o projeto de reforma fosse aprovado, isso demandou a elaboração de relatórios de diagnóstico, solicitação da visita por parte da Assessoria Técnica de Arquitetura (ATA)²⁷ e vários encontros e apresentações de justificativas para as mudanças estruturais perante o Ministério Público e o Judiciário.

Por parte do Dease, o objetivo era reformar os alojamentos, dentre outras alterações, para que não existisse o problema do banheiro. Isso implicava a redução de 3 vagas na capacidade total da unidade e a redução da área dos alojamentos individuais, que possuiriam 7m² ao invés dos 9m², como previstos no Sinase (BRASIL, 2006, p. 96).

Inicialmente, o obstáculo era o impedimento devido à área de preservação ambiental dentro do terreno, próxima da construção. Posteriormente, a principal

²⁷ A ATA, é um setor Sejuf responsável por conceder autorização para os serviços de manutenção de bens imóveis, executados com recursos do Fundo Rotativo.

resistência vinha do Ministério Público, que se opunha à redução do número de vagas e do tamanho dos alojamentos.

A proposta também previa a alteração dos pisos dos alojamentos, outro detalhe importante que contribuía para a sensação de tensão dentro da unidade. Desde 1985 os pisos de tacos do antigo convento eram mantidos. Com o desgaste do tempo, as peças de madeira foram se soltando. Isso era visto com preocupação pelos agentes de segurança, pois poderiam ser utilizados como arma pelas meninas. Entretanto, contrariando as expectativas, muitas meninas acabavam entregando aos servidores os pedaços que se soltavam. Sendo que ninguém soube me informar sobre qualquer ocorrência de *estoque*.

A discussão com o Ministério Público somente teve um fim quando a sede do Dease encaminhou uma solicitação para a equipe que administra a política socioeducativa em âmbito nacional. E, para surpresa de todos, a proposta de reforma foi aprovada com pequenas recomendações.

Infelizmente, a permissão federal não coincidiu com a reunião do Cedca no nível estadual, o que culminou com o a devolução do recurso inicialmente empenhado para este destino. Durante a realização da pesquisa, o Dease estava aguardando o Conselho discutir novamente a questão.

CONCLUSÃO

Meu objetivo ao longo deste capítulo foi apresentar a unidade socioeducativa e uma breve contextualização sobre o atendimento desenvolvido pela perspectiva da infraestrutura. Ao fazer isso, quis demonstrar como a execução da política passou a incorporar elementos heterogêneos e coisas que inicialmente poderiam parecer distantes ou não tão evidentes, mas que acabavam incidindo umas sobre as outras.

Minha ênfase na instabilidade, transformação e até contradição de algumas características que foram se agregando a ideia da infraestrutura foi uma forma de tentar apresentar uma nova complexidade do atendimento socioeducativo.

As coisas visíveis e invisíveis, a sensação permanente de que algo poderia acontecer, as características arquitetônicas da unidade moldavam as ações tanto dos/as servidores/as quanto das meninas. E a integração, elemento que foi idealizado e ao mesmo tempo se tornou uma característica incidental, influenciava nas formas de controle, deixando quase em dúvida quem controlava quem.

Entendo que parte do que o Cense Joana Richa se tornou era resultado contingente da convergência de uma multiplicidade de decisões, tempos e intenções que se acumularam ao longo do tempo, e não o resultado de uma história linear ou um fato específico.

Durante minha entrevista com Marise, a pessoa que exerceu o cargo de direção por mais tempo, por algumas vezes ela mencionou “não existir” política socioeducativa, todo o trabalho desenvolvido dentro da unidade era construído a partir da experiência das pessoas que atuavam no local.

O sentido da sua frase em particular referia-se as circunstâncias da sua saída do cargo, depois de dez anos de experiência a servidora temia que tudo que ela tinha construído pudesse ser perdido com a mudança de gestão. Seu maior descontentamento era saber que após a sua exoneração, tudo poderia ser alterado “em dois, três meses [poderia] ser tudo perdido”.

Também é curioso ver que em meio as iniciativas “de sucesso” existiam projetos arquitetônicos aparentemente inspirados em modelos do século XVIII, como no caso da unidade do Rio de Janeiro, que quando importados para o cenário local eram entendidos por outros referenciais. O que contribui para a ideia de que infraestruturas são processos abertos que demandam uma constante manutenção.

Considerando os vários relatos das servidoras, que retomam pelo menos, 30 anos de política estadual, era possível identificar uma mudança entre a realidade inicialmente idealizada para uma política e as transformações ao longo do tempo.

A captação de servidores foi severamente prejudicada pela redução dos concursos e a introdução de formas mais precárias de contratação passou a ser frequente na socioeducação. Ainda que serviços pudessem ser divididos e os funcionários remanejassem as cargas de trabalho, as meninas eram as mais impactadas porque permaneciam mais tempo “trancadas” em seus alojamentos e isso também produzia outros desdobramentos, como será abordado nos capítulos a seguir.

Como forma de compensar o problema da falta de segurança, mais equipamentos de segurança eram adotados, como grades e restrição de atividades. Ainda que parte das justificativas das alterações fossem em decorrências dos casos de rebeliões e motins, era curioso como essas decisões coincidiam com o advento de legislações progressistas que reforçavam a necessidade de considerar os/as jovens como sujeitos de direitos em seu momento especial de desenvolvimento.

O fato de somente existir uma unidade feminina de internação do Paraná tinha, pelo menos, duas consequências. A primeira era a reunião de um grupo de meninas provenientes de diferentes regiões do estado todo que se concentravam na capital. Existia uma previsão da Resolução interna do Dease, nº 168/2018²⁸, que definia como parâmetro “a distância de 150 km percorridos por rodovias oficiais” entre unidade socioeducativa e domicílio dos responsáveis, mas este critério nem sempre poderia ser atendido no caso das meninas.

Como consequência, a unidade precisava providenciar formas de manter o contato da jovem com sua família. De acordo com os agentes socioeducativos, a saudade de casa era um dos fatores que poderia levá-la “a perder o foco da medida” e se envolverem em brigas.

A segunda consequência era a ausência de um espaço para transferir ou isolar as jovens, o que intensificava a importância do trabalho socioeducativo. Não havia o que se fazer, senão resolver os problemas que aparecessem durante o atendimento. O que demandava uma maior necessidade de negociação por parte dos/as servidores/as.

²⁸ Resolução foi publicada no Diário Oficial nº. 10347 de 4 de janeiro de 2019. Cria e regulamenta a Central de Vagas das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, disciplinando procedimentos administrativos para ingresso e transferência de adolescentes em conflito com a lei nas respectivas unidades e dá outras providências.

CAPÍTULO 2. OS DIFERENTES *VÍNCULOS*

No primeiro capítulo o objetivo foi apresentar o Centro de Socioeducação Joana Miguel Richa e nesse percurso mostrar um pouco sobre os fluxos e dinâmicas do atendimento. Como enfatizado, a ideia de integração era central para o projeto da unidade feminina formulado em meados dos anos 80. Três décadas depois da sua criação, essa característica era percebida de forma ambígua pelos grupos de funcionários que lá atuavam.

Havia o reconhecimento de que a unidade feminina promovia mais interação entre jovens e servidores/as. Isso era positivo porque proporcionava o maior desenvolvimento do *vínculo*, um tipo de relação entre funcionário/a e meninas que significava uma maior confiança de ambos os lados.

Isso também era considerado essencial para o trabalho socioeducativo e a individualização do atendimento. Em alguns casos, servidoras chegavam a afirmar que era o *vínculo* que assegurava que as jovens não “fizessem besteira”. Mas também havia a percepção de que a unidade favorecia o excesso de contato e convivência. Nessas horas, o nível de intimidade precisava ser regulado para que a autoridade do cargo fosse enfatizada.

As ações dos/as agentes eram idealizadas imaginando os momentos de “crise”, como se sempre estivessem sob a ameaça de um perigo iminente. Isso influenciava as práticas profissionais favorecendo uma abordagem que priorizava a segurança em detrimento de uma abordagem mais pedagógica.

Eu mesma cheguei a presenciar uma situação dessas. No meu terceiro dia frequentando a unidade, após passar a parte da manhã conversando com a terapeuta ocupacional, retornei no período da tarde para dar continuidade à pesquisa. Quando cheguei no Cense, a diretora me informou que era melhor eu voltar no dia seguinte, pois havia poucos agentes para o plantão.

Entendi que essa era uma das situações em que a unidade ficava em alerta. Ainda que nada tivesse efetivamente ocorrido – como fui informada posteriormente – era importante a equipe estar pronta para caso alguma emergência ocorresse. Este estado era alimentado pelas desconfianças entre servidores/as e menina, quando uma “crise” se realizava, validava as expectativas.

Neste segundo capítulo o *vínculo* permanece como elemento central para a análise, mas sob o foco das situações que o enfraqueciam ou deslocavam e, por consequência, davam origem às desconfianças e confusões.

Na impossibilidade de acompanhar o cotidiano das meninas devido à pandemia e aos desarranjos burocráticos²⁹, as próximas páginas baseiam-se nos documentos dos conselhos disciplinares a que tive acesso, sendo que em alguns casos as narrativas puderam ser complementadas com informações dos relatórios³⁰.

Estes dois documentos eram produzidos dentro da unidade e influenciavam nas avaliações das meninas. Os conselhos disciplinares eram registros formais de situações em que as jovens descumpriam alguma regra dentro da unidade e normalmente diziam respeito à rotina e convivência, como será explorado mais a diante pelos casos práticos.

Já os relatórios eram avaliações periódicas elaboradas pela equipe que atendia a jovem e que eram anexados aos processos judiciais: quanto melhor o comportamento, melhor seria a avaliação. Ambos os documentos tinham um peso importante na análise da “evolução” da menina dentro da medida. Por isso, sua elaboração também poderia ser usada como uma forma de negociação entre servidores/as e as jovens.

Antes, é necessário entender como um conselho disciplinar era aplicado. De acordo com o art. 71 da lei nº 12.594/2012, que regulamentava a execução das medidas socioeducativas, os regimes disciplinares ou os conselhos disciplinares, como mencionados pelos/as servidores/as, deveriam apurar as infrações dentro das próprias unidades, sendo que no final uma sanção era determinada. Quanto mais conselhos disciplinares a jovem fosse submetida mais prejudicada ficava em seu processo perante o judiciário, o que poderia retardar sua liberdade.

Quando ocorria algo percebido pelos/as servidores/as como transgressão, esse fato precisava ser notificado através de um “memorando” elaborado por quem presenciou a ação. Depois disso, era necessário preencher a “solicitação de conselho disciplinar”, que deveria conter a descrição do fato e qual o seu possível enquadramento, se era leve, médio ou grave. A equipe de segurança era a que mais passava tempo com as meninas, já que faziam as movimentações do dia a dia, e por isso, eram os que reportavam a maior parte dos casos.

²⁹ Para ter acesso as meninas, seria necessário submeter o projeto a análise do comitê de ética, essa era uma das exigências da equipe do Dease. Tendo em vista os prazos do mestrado e a suspensão de atividades de vários setores com a pandemia de Covid-19, segui a pesquisa somente com os/as servidores/as.

³⁰ Durante a descrição, vou indicar qual trecho foi retirado de cada documento.

Por existirem diferentes entendimentos por parte da equipe de segurança sobre como realizar seu trabalho, as meninas conseguiam mobilizar isso em suas reivindicações. Assim como destacado por Vinuto, Domingues, Signorini, (2021), profissionais que realizam as mesmas funções nem sempre estavam de acordo com a maneira de fazê-lo.

De acordo com as autoras, esses dilemas estavam presentes quando os/as funcionários/as desempenham funções que entendiam ser contraditórias – como no caso das instituições de ordem e controle que precisava equilibrar a segurança com a atividade educativa. No contexto do cense Joana Richa, entendo que algumas destas características também se faziam presentes, embora a contradição – tão denunciada pelas autoras – tenha sido explicitada de forma mais sutil por meus interlocutores.

Por diferentes formas de realizar seu trabalho, refiro-me à diversidade regulatória das ações sujeitas à conselho disciplinar. Por exemplo, caso um agente de segurança entendesse que determinada falta disciplinar poderia ser resolvida somente com uma conversa, a mesma conduta poderia ser cobrada pelas meninas dos/as demais servidores/as para abrandar os casos de punição e evitar o envio para conselho.

Após a notificação pelos/as agentes, as meninas passavam a ser atendidas pela equipe técnica no momento da “oitiva” (coleta de seu depoimento), o que gerava desconforto em alguns servidores, como expressado pelo psicólogo Alberto, que sentia que participar do processo disciplinar “prejudicava” seu *o vínculo*.

Na sequência, os profissionais de referência³¹ – ou da psicologia ou da assistência social – deveriam ser notificados para realizar a “oitiva”. Enquanto frequentei a unidade, somente desempenhavam essa função o psicólogo Alberto e a psicóloga Flávia, já que a assistente social estava em teletrabalho.

Na “oitiva” as palavras da jovem deveriam ser “reduzidas a termo” – isto é, seu relato da situação era escrito em uma folha – e elas deveriam assinar o documento. Como enfatizado por Alberto, “era importante ser literal nessa redução a termo, para ser fiel às palavras das jovens”, como uma forma de ser justo com a situação. Apesar disso, ao ler esses documentos, alguns depoimentos ou explicações poderiam soar prejudiciais às meninas, por transparecerem um descaso com a situação ou não explicar a ocorrência em

³¹ Termo nativo utilizado para se referir ao/a profissional que mantinha um contato maior com uma jovem. Os/as profissionais da psicologia e da assistência social se dividiam nesses atendimentos. Na prática estes/as servidores/as desempenhavam uma função a mais na hora da elaboração do relatório e eram prioritariamente solicitados diante de uma emergência com uma menina que atendessem.

seu contexto. Como por exemplo um caso de uma jovem que agrediu outra no corredor dos alojamentos. De acordo com a solicitação do conselho disciplinar o fato era narrado da seguinte maneira: “ao retornar para seu alojamento, após escovação de dentes, a adolescente V deu um soco no rosto da adolescente E ao passar pela portinhola do seu quarto”. Conforme documento de oitiva da jovem, a redução a termo de suas declarações foram transcritas como “sobre ter dado um soco em E no dia 25/01/2019 é verdade, porque esta adolescente é folgada”, sem demais explicações.

O outro lado da diversidade regulatória estava vinculado ao esforço de uniformização encabeçado pela diretora. Desde o seu ingresso na casa feminina, ela tinha como objetivo fortalecer a padronização do entendimento da Resolução nº44/2016³² do DEASE, que regulamentava quais eram casos de advertência e conselho disciplinar.

O que constatei ao longo da pesquisa, foi que além da diretora, as meninas também cobravam essa padronização dos atendimentos em relação aos/as servidores/as. Como as demais formas de controle dentro da unidade, as adolescentes também manejavam essas diversidades a seu favor, e cobravam que as regras fossem aplicadas da mesma forma para todas, fosse para cobrar por justiça e exigir a punição de alguém fosse para abrandar alguma punição. Essa diversidade dava chance para que as meninas manejassem a seu favor essas diferenças de interpretações.

Livia entendia que existia uma discrepância nas interpretações, o que era prejudicial para o desenvolvimento das atividades da unidade, pois banalizava a aplicação dos casos de conselho disciplinar. Desde o início da sua gestão, ela queria acabar com a cultura do “pode tudo”, como denominou, situações que as sanções não eram seriamente reprovadas. A ponto da diretora entender que era necessário “desempoderar as meninas e empoderar os agentes” o que deveria ser feito por meio dos *alinhamentos*.

Após a etapas anteriores, uma reunião era realizada com os demais profissionais (técnicos, da segurança e direção) para decidir qual seria a sanção aplicada. Nos casos de uma transgressão média ou grave, a Defensoria Pública deveria ser acionada, mas nem sempre existiam profissionais disponíveis ou não eram avisados a tempo. Ao final da reunião, esse encaminhamento era registrado na “ata do conselho”.

Os casos leves não eram escritos e, por isso, dizia-se que não “iam para o relatório”. De acordo o agente Rodrigo, que atuava na socioeducação desde 2006, e em

³² O conteúdo do Código de Normas (documento elaborado por cada unidade) resumia parte das informações da Resolução nº 44/2016 (documento elaborado pelo Dease). A diferença era que a resolução possuía mais de cem páginas e tratava sobre diversos temas, já o Código de Normas possuía 15 páginas.

2013 passou a atuar no Cense Joana Richa, algumas ações tinham consequências e outras não. Por “consequência” o servidor referia-se ao ato de formalizar uma ocorrência que posteriormente comporia o histórico de seu processo judicial:

Existe advertência e o conselho. Tem a relação de ações que geram uma consequência ou a outra, mas basicamente, tudo gera conselho. Tipo, as vezes são casos de advertência verbal que não iriam para o relatório, mas se for uma prática boba repetida de forma proposital, daí ganha conselho.

Nos casos em que as infrações eram escritas, era realizado uma reunião e uma sanção era aplicada. Estas sanções poderiam variar, por exemplo, a menina poderia ter a sua participação em atividades externas (como passeios) suspensa por um determinado número de dias; ou sofrer uma restrição das atividades de cultura e lazer (como o uso da televisão e a participação em projetos propostos por voluntários³³ durante a tarde) ou até atividades pedagógicas coletivas.

Dependendo da gravidade da infração da jovem existia a previsão de registro de Boletim de Ocorrência, mas não tive acesso e nem conhecimento de nenhuma situação tão extrema.

Para saber quais condutas ensejavam a aplicação do conselho ou não, um dos procedimentos realizados quando uma jovem começava a cumprir sua medida socioeducativa era a entrega de uma cópia das “Normas Gerais de Conduta”.

Uma das inovações da diretora, foi a realização periódica de leituras coletivas deste documento, as “oficinas”, como parte dos *alinhamentos*. Isso servia tanto para as meninas se acostumarem com as regras da instituição, como esforço para uniformizar as práticas dos/as servidores/as na hora de fiscalizar as condutas.

Esse documento era produzido dentro da unidade e compilava as principais informações para sua permanência e algumas proibições, como “provocar e/ou participar de situações que comprometessem a ordem no setor, como fazer ruídos, bater portas ou grades, bater palmas, cantar alto, gritar, assoviar, vaiar, falar alto ou similares” ou “comunicar-se sem autorização entre alas”.

Boa parte do seu conteúdo era proveniente da Resolução nº44/2016, mas alguns parágrafos foram adicionados ao longo do tempo pela própria equipe da unidade. O Código de Normas informava o que era o Cense Joana Richa, como funcionava a unidade,

³³ Essas atividades eram frequentes na unidade e normalmente eram propostas por grupos religiosos, estudantes de faculdade ou ONGs. Devido a Covid-19, tudo estava paralisado. Somente fiquei sabendo de uma ação de uma ONG de Curitiba que fez uma conversa *on-line* com as meninas na biblioteca, na oportunidade do dia da mulher, em março.

quais atividades eram realizadas por turno, quais e quantos itens de higiene a jovem deveria receber (como rolos de papel higiênico) e a quantidade de peças de vestuário oferecidas pela unidade que a jovem poderia manter em seu alojamento (o que fui informada de que era uma maior quantidade da permitida entre os meninos).

Quando ingressavam na unidade, as jovens passavam a usar um uniforme padronizado composto de uma calça ou short de poliéster azul e uma blusa branca. Para as épocas mais frias, também eram disponibilizados jaquetas e moletoms, todos da cor azul. As roupas íntimas também eram fornecidas pela unidade e era as únicas peças que apresentavam uma variação, já que as demais eram consideradas unissex. As unidades femininas recebiam um top esportivo, parecido com um sutiã e calcinhas. Já os meninos, somente recebiam cuecas. Essas diferenciações eram definidas nos contratos de compras e era decididas por licitação. Ou seja, poderiam variar com o tempo e ser fornecidas por diferentes empresas.

As roupas originais das meninas eram guardadas em um armário, dentro de um plástico e somente eram devolvidas quando ela era *desligada* da unidade.

O documento também mencionava quantas refeições eram oferecidas, como e quando ocorreriam as visitas de familiares e quando eram realizadas as revistas íntimas. A jovem tinha o direito de saber sobre suas garantias, como “ser informada da sua situação processual”, ser tratada com respeito, poder “peticionar diretamente qualquer autoridade”, “receber orientação sobre as normas de conduta e de convivência vigentes no Centro de Socioeducação”, “ser chamada pelo seu nome” e “ser protegida de qualquer forma de sensacionalismo”.

Durante o cumprimento da medida, ela poderia “conquistar” uma lista de benefícios pelo seu bom comportamento. Cada conquista era organizada pelo número de dias em que a menina não descumprisse alguma normativa e não recebesse advertência ou conselho disciplinar, um procedimento que tinha sido adicionado pela própria equipe da unidade. Por exemplo, a menina poderia conquistar a atividade de televisão e a possibilidade de realizar atividade externa. Para poder assistir TV “a adolescente deveria estar há 60 dias sem nenhuma advertência ou conselho disciplinar”. Para poder realizar alguma atividade externa a menina precisava estar há 6 meses na unidade, possuir três meses de conquista de direito a TV e não ter recebido nenhuma advertência ou conselho disciplinar nos últimos 30 dias.

Caso infringisse alguma regra, a jovem poderia receber uma “advertência”, que eram notificações verbais por situações cotidianas que não atrapalhavam o fluxo da

unidade e eram consideradas mais leves. Quando se considerava que a conduta da jovem colocava em risco a segurança, a disciplina e a ordem na unidade de atendimento, os casos médios ou graves, eram encaminhados para um conselho disciplinar.

A organização criada pela equipe também previa como as jovens poderiam perder os “benefícios” conquistados, por exemplo, caso uma menina recebesse uma advertência perderia o direito de comparecer na atividade no próximo dia em que faria parte, mas caso isso se repetisse cinco vezes, o direito era perdido de forma permanente. Para reconquistá-lo a menina precisava preencher os critérios iniciais novamente.

As avaliações das condutas transgressoras eram parecidas com a lógica do código penal, havia a previsão de situações em que a sanção poderia ser atenuada ou agravada. Caso fosse sua primeira falta disciplinar, ou sua participação tivesse sido pequena e ela tivesse tentado diminuir as consequências do seu ato, sua responsabilização seria atenuada.

Nos casos em que a jovem fosse “reincidente em falta disciplinar”, tivesse praticado a falta com o envolvimento de mais meninas, se identificasse como “líder da ação indisciplinar”, utilizado qualquer tipo de arma (de fogo, arma branca) ou tivesse “praticado a falta com abuso da confiança ou mediante dissimulação, traição ou emboscada” da equipe, sua sanção seria agravada.

Para a diretora, era importante estabelecer um processo aberto com as meninas, o que significava deixar claro qual era seu “percurso” dentro da unidade. A realização das oficinas servia para informar as jovens, mas também funcionava como uma técnica de *alinhamento* para os/as servidores/as para tentar amenizar os problemas da falta de uniformidade da aplicação das sanções.

Uma das coisas que surpreendeu Livia quando passou a exercer o cargo de diretora foi o número de conselhos disciplinares. Só em 2019, tinham sido registradas mais de 300 ocorrências. A banalidade com que os conselhos eram aplicados também fazia com que esse recurso não fosse considerado em sua seriedade, tanto pelas meninas quanto pelos demais atores do processo. Internamente, a banalização das conquistas implicava a não valorização da sua perda, de acordo com a diretora. Como exemplo, Livia mencionou que era comum ouvir de uma jovem frases como: “ah, ganhei atividade externa, que seja...”.

A falta de uniformização dos conselhos disciplinares permitia que situações parecidas tivessem desfechos totalmente diferentes. Essa característica me foi apresentado como um problema, afinal, existia um esforço interno para um maior

alinhamento das interpretações. O que percebi durante a pesquisa foi que essa diversidade era constitutiva da forma de se aplicar uma medida disciplinar.

Retomo novamente o que me foi relatado por Marise (diretora do Cense Joana Richa entre 2002 e 2014). Na sua visão, os conselhos disciplinares precisavam ser aplicados com cuidado: “tem que separar coisa de adolescente de coisa de briga séria, como briga mesmo ou agressão. A punição já é muito séria, né?”, referindo-se à medida socioeducativa de internamento.

Já para a atual diretora o desafio era organizar as sanções. Livia sentiu que precisava apresentar um padrão para a equipe quando chegou, mas aprendeu que esse padrão precisava ser construído, não dava para ser igual ao da sua antiga unidade, que era masculina. O desafio era impedir que os conselhos fossem aplicados de forma banal, a ponto de perderem a credibilidade. A tática da nova diretora tinha apresentado certo sucesso desde 2019, e o número de ocorrências havia diminuído.

Percebi que também havia uma tendência entre as agentes mulheres a valorizar as pequenas ocorrências do dia a dia, em contraste com uma visão mais liberal dos agentes masculinos. Por exemplo, uma ponta de lápis para eles poderia significar nada, já entre as mulheres era algo sério, que não poderia acontecer.

A razão da diferença na avaliação da gravidade das condutas não era, em si, devido a identidade de gênero dos e das agentes, mas estava vinculada a experiência profissional que os distinguia, e que daí sim poderia ser colocada como um problema de gênero e a paridade de vagas dentro das unidades. A maior parte dos agentes homens já tinham atuado em alguma unidade masculina antes, sendo que somente algumas mulheres tinham tido ambas as experiências. Essa distinção influenciava na percepção da gravidade dos atos praticados pelas meninas.

A atitude da diretora era reconhecida e celebrada por alguns agentes, que de fato viam diferença após a implementação do procedimento. Retomo o depoimento de Angela. Conversamos logo depois da despedida da vice-diretora: ela era uma mulher animada e constantemente pedia desculpas por estar falando demais. Agradei e disse que na verdade eu me beneficiava com isso, e graças a ela consegui entender melhor o que as outras servidoras estavam me falando.

A agente via com bons olhos a iniciativa da diretora. Em sua experiência, já tinha presenciado situações em que as meninas tinham tentado usar as diferentes formas de resolução dos conflitos para colocar um turno do plantão contra o outro:

ponta de lápis às vezes é algo sério para uns e para outros não. Não pode! Começa por aí, precisa padronizar!! Isso é importante para elas não usarem isso contra os plantões. Elas tentam colocar um plantão contra o outro. Então quando elas dizem que ganharam algo, nós mencionamos que vamos ler no livro e daí elas desistem. Somos cobradas pelas meninas.

Na visão dos/as servidores/as, o processo de *alinhamento* das sanções também era uma forma de facilitar ou legitimar o processo de cobrança por parte da equipe, como expressado por Angela:

Elas ganham uma cartilha dentro do quarto, a gente lê cada item da cartilha e debate... Isso é bom para não ter problema na hora de cobrar. E daí [a menina] não pode dizer que nunca tinham dito aquilo antes, sabe? Não era de surpresa.

Ainda assim, parte das mudanças de comportamento também eram atribuídas a diferentes *levas* de meninas, um efeito contingente. Angela disse que antigamente a ocorrência mais comum era a *bateria*, prática de bater na porta dos alojamentos. Quando a conduta passou a “dar mais medida”, as meninas passaram a bater na parede. E daí bater na parede começou a ser uma nova prática passível de advertência.

Caso determinada conduta levasse as jovens para conselho, outra passava a ser realizada até que se tornasse mais comum e institucionalmente punida, como um ciclo sem fim. O que também explicava a inclusão de novas alíneas no documento, mas não acessei nenhum conselho em que as ‘novas’ previsões adicionadas pela unidade tenham sido aplicadas.

Entre os demais atores do processo (Ministério Público e Judiciário), a consequência da banalização deste dispositivo descreditava a atuação da equipe socioeducativa. E, a longo prazo, prejudicava parte da estratégia de produzir um “bom relatório”, tema que irei abordar no próximo capítulo. Dentro da unidade, a aplicação dos conselhos disciplinares estava relacionada com ao estabelecimento do *vínculo* entre servidores/as e meninas. Ao longo deste capítulo, vou explorar os diferentes sentidos que essa relação poderia possibilitar. Começo explicando a perspectiva da diretora.

Na visão de Livia, a boa aplicação do conselho disciplinar era uma forma de criar uma “perspectiva” para as meninas e convencê-las a não se envolverem em infrações para saírem mais rápido da unidade. Principalmente, porque as meninas tinham fama de ficarem mais tempo internadas, o que era um desestímulo para as jovens em cumprimento de medida:

Havia a ideia de que como o Juiz deixava muito tempo, então não tinha muito o que ser feito. Por outro lado, os servidores também tinham o costume de deixar muita coisa acontecer, não reprimiam certos comportamentos. [As meninas] já que sabiam que ficariam 3 anos, então ficavam sem perspectiva. As coisas eram muito obscuras também dentro da unidade, não sabiam quais comportamentos levavam a conselho e quais não tinham sanção.

Fazia parte do senso comum dos atuantes na área que as jovens tendiam a permanecer mais tempo internadas. Por consequência, a unidade lançava mão de estratégias de evitar que isso se concretizasse. Livia entendia que uma maneira de fazer isso era aplicar de maneira “mais rígida” a Resolução nº44/2016 para reforçar a idoneidade do processo avaliativo.

Com suas mudanças – realização de oficinas e mais rigor da interpretação – ela identificou a redução dos casos. A maior rigidez, na visão da diretora, não significava ampliar o número de punições, mas seguir a lista taxativa de condutas proibidas. Isso também se revertia em uma estratégia de negociação com as meninas, pois a equipe poderia recorrer a ideia de que menos conselhos disciplinares poderiam levar a jovem mais rapidamente a sua liberdade como uma abordagem durante os atendimentos.

O que percebi foi que o trabalho possuía uma dupla dimensão. Na percepção dos/as servidores/as era necessário negociar os sentidos desses conselhos disciplinares dentro e fora da unidade, para que as meninas (e a equipe técnica) não tivessem suas expectativas frustradas pelos atores externos da política. Se era afirmado que menos conselhos disciplinares era uma forma de sair mais cedo da unidade, era necessário fazer isso acontecer, senão o *vínculo* com a menina poderia ser prejudicado.

Esse recurso era importante para a equipe de atendimento, já que o trabalho socioeducativo dentro do Cense Joana Richa demandava mais habilidades de mediação e conversa, uma vez que não existia outra instituição para encaminhar a jovem. Ao contrário do que poderia ocorrer entre os meninos, não existia a possibilidade de transferir uma jovem para outro Cense e propiciar o atendimento por uma nova equipe técnica. A ausência de recursos fazia com que não restassem muitas opções para a equipe, senão a inovação das abordagens e negociações.

O capítulo está organizado em três partes. Na primeira, apresento os *vínculos indesejados*, uma variação deste tipo de relação que era prejudicial para a menina, como nos casos de namoros e demonstrações de afeto. E aqui destaco a ambiguidade desta relação que parecia intrínseca ao atendimento: as meninas eram incentivadas a desenvolver novas relações, mas isso estava restrito a um limite.

Nas próximas seções, vou apresentar um pouco sobre quando essas situações de “crise” se efetivavam e confirmavam as desconfianças dos/as servidores/as, a partir de seis casos de conselhos disciplinares e alguns episódios narrados por cinco agentes socioeducativos.

Organizei as narrativas em categorias temáticas. Na primeira, destaco os *vínculos indesejados*, em que serão apresentadas as considerações sobre as relações afetivas entre as meninas. A segunda categoria são os *vínculos em crises*, situações em que a relação entre servidor/a e a menina era prejudicada e gerava desconfianças, como consequência, práticas mais rígidas de controle poderiam ser aplicadas. E a terceira categoria, os *vínculos confusos*, situações em que os/as agentes entendiam que as meninas burlavam a relação hierárquica, ainda que de forma não violenta.

A partir das narrativas, quero destacar que existia uma multiplicidade regulatória, o que em parte era devido a impossibilidade de se ter total compreensão do que ocorria dentro da unidade por parte da equipe de segurança. Esse era mais um dos elementos que reforçava a tensão entre os riscos enunciados e invisíveis, apesar disso, a maior parte das situações tratavam sobre desentendimentos do dia a dia.

2.1 VÍNCULOS INDESEJADOS

No início das minhas visitas ao Cense Joana Richa Livia me perguntou quais documentos eu desejava acessar. Respondi que queria ver os produzidos pela unidade, mas acabei enfatizando os relatórios técnicos e os do conselho disciplinar. Por uma semana negocieei como eu acessaria esses dados. A diretora expôs seu receio quanto ao vazamento das informações, mas finalmente chegamos a um acordo razoável: eu entregaria um *pendrive* e ela faria os uploads.

Tive acesso a doze casos de conselhos disciplinares ocorridos entre 2019 e 2020, organizados de várias maneiras: algumas pastas continham apenas o primeiro nome da jovem, outras possuíam o nome completo, algumas possuíam um numeral anterior ao nome e outras indicavam as datas das ocorrências.

Quando os analisei os documentos pela primeira vez, percebi que cada um poderia seguir um formato próprio, e por algum tempo tive dificuldade de interpretá-los. Mesmo informada com todas as resoluções, regulamentações e legislações pertinentes ao assunto, não encontrei nenhuma normativa que explicasse o procedimento passo a passo.

Fazendo jus à ideia de que a “etnografia é calcada numa ciência, por excelência, do concreto” (FONSECA, 1999a), levei essa questão para minhas interlocutoras.

Comentei sobre a sensação de ‘desordem’ com a psicóloga Flávia durante sua entrevista. Ela riu e disse entender o motivo da minha confusão. Ela mesma achava estranha a forma de organização da unidade, que destoava muito da sua antiga posição em outro Cense no interior do Paraná. Flávia descreveu o procedimento do Joana Richa como “muito burocrático”.

Diferentemente do que ocorria na sua antiga unidade, em que “aconteciam um conselho e logo resolviam”, dentro do Joana Richa o procedimento era mais demorado. A forma de organização diversa dos conselhos dentro da unidade feminina já era plena de significado (PEIRANO, 2006), cada unidade possuía uma forma de organização interna conforme sua direção e corpo de funcionários/as.

A análise dos casos do conselho disciplinar permitiu perceber uma dimensão mais rotineira da unidade à qual eu não tinha acesso direto, mas ouvia pelos relatos dos/as servidores/as. A forma como cada registro era feito, de algum modo, evocava a diversidade das perspectivas e práticas dos servidores.

Nem todas as pastas possuíam os mesmos documentos, por exemplo, a “oitiva” que reduzia a termo os fatos ocorridos nas palavras da adolescente, às vezes aparecia narrada como “solicitação de conselho” ou como “termo de declaração”. Algumas “solicitações de conselho” nem sempre apareciam na ata final, dando a entender que nem todas as condutas eram sancionadas do mesmo jeito.

Assim como os relatos dos/as servidores/as, os documentos dos conselhos disciplinares indicavam que havia um jogo entre o que se sabia e o que não se tinha conhecimento, o mesmo tipo de relação que alimentava as tensões servidores/as e meninas. Se estes/as servidores/as modulavam suas ações sempre à espera de “crises”, o cuidado com os perigos iminentes, parte disso era pela ciência do limite do seu conhecimento sobre as dinâmicas das relações entre as meninas.

Parte deste conhecimento e prática estava moldado pela própria configuração da unidade. Como destacado pela vice-diretora, que também era agente socioeducativa, “o ambiente e a estrutura afetavam muito”. O fato de os alojamentos serem um corredor para vinte e quatro adolescentes promovia a concentração de todas as movimentações num único corredor. A ausência de uma área isolada, que serviria como recurso de controle para os/as agentes não existia dentro do Cense Joana Richa. E por isso, entendia-se que a prática dentro da unidade feminina sempre gerava mais desgaste.

A preocupação de Augusta era a falta de reconhecimento da seriedade dessa tensão por parte da sede do Dease: “aqui as pessoas tratam como creche, até acontecer uma situação perigosa. Todos os dias a gente se expõe ali”. A vice-diretora se referia a algumas características físicas da área dos alojamentos que despertavam insegurança, como o piso de taco: “os pedaços descolam, os agentes vão guardando. Às vezes as meninas mesmo entregam, mas facilmente aquilo poderia ser usado como arma branca”. Trago essas considerações aqui, pois entendo que elas são essenciais para compreender a tensão gerada pelos *vínculos*.

A diretora também dava ênfase em como as relações ganhavam mais intensidade no corredor dos alojamentos:

quando você ingressa na parte dos alojamentos, começa a gritaria das meninas, que te chamam pelo apelido. Todos os dias é assim... pedindo coisa, reclamando de coisa. Daí, a gente tá lá fazendo o trabalho.... Daí uma pede para ir ao banheiro, daí você vai levar... a outra grita e você pede para esperar. Daí ela grita que vai se cagar nas calças.

De certa forma, entendi por que tive que fazer silêncio quando fui conhecer o berçário que ficava no corredor dos alojamentos. Todas as vezes que passei próximo do corredor dos alojamentos conseguia ouvir o som das vozes das meninas e do rádio. Na verdade, estranho era quando não havia barulho nenhum. A ausência de contato com as jovens criava um som sem imagem, para além dos cheiros, dos sons e claro, dos cuidados.

Outra característica que contribuía para as tensões destes *vínculos* era a ausência de agentes socioeducativas mulheres suficientes. Como era obrigatória a presença de uma agente mulher em cada turno, não raramente elas poderiam ser as únicas agentes femininas na equipe de plantão e isso gerava uma sobrecarga de trabalho.

Segundo a diretora, em um dos turnos: “teve uma agente mulher que ficou sozinha em um plantão. Ela queria fazer xixi, mas estava movimentando as jovens. Numa dessas, as meninas começaram a brigar e ela teve que conter a menina e fez xixi nas calças. É humilhante”. Esses detalhes chamaram a minha atenção para possíveis formas de entender a diferença da carga de trabalho, especialmente para as agentes socioeducativas.

Em uma unidade de atendimento feminino era curioso existirem menos agentes mulheres, principalmente porque cabia a elas a execução de certas atividades obrigatórias, como realizar os procedimentos de segurança mais invasivos – como revista íntima e escolta para o banho.

A equipe de segurança era formada por dez mulheres e quatorze homens. Cada plantão funcionava na escala 12 x 36 horas, “girava” com quatro a cinco pessoas, mas esse número poderia variar caso alguém estivesse de atestado ou usufruindo sua folga semanal. Tanto Livia quanto Augusta reforçaram que havia poucas mulheres na linha de frente e isso tornava o trabalho mais difícil. O problema não era só esse, não havia perspectiva de contratação de mais agentes femininas pela não realização de concursos e pela precariedade das contratações por Processo Seletivo Simplificado. Em nossas conversas foi constante a percepção de que as mulheres eram as grandes responsáveis por “puxar a rotina” da unidade, com exceção de um ou dois servidores homens.

De acordo com os relatos dos/as servidores/as, o último grande concurso para ingressar na socioeducação foi em 2015. Desde então, os demais servidores ingressaram no estado pela contratação do Processo Seletivo Simplificado (PSS). O problema dessa forma de contratação temporária era a alta rotatividade. Na visão de Augusta, “a socioeducação era um degrau para outras profissões”, o que acabava prejudicando a organização do atendimento. Mas, além da transitoriedade das contratações, existia também a decisão institucional da Sejuf de não direcionar uma quantidade maior de efetivo para o Cense Joana Richa, na sua visão.

Como já descrevi, os alojamentos estavam posicionados em um longo corredor e ficavam praticamente um de frente para o outro, separados por um desnível que marcava a fase 1 e a fase 2. Essas fases diferenciavam as meninas que estavam a mais tempo na unidade e as que ainda precisavam de mais atenção durante o período de ajuste as regras da instituição. Apesar da divisão, era muito fácil para as meninas se comunicarem. Apostava-se no *vínculo* com as meninas, mas fazia-se de tudo para que elas não se vinculassem entre si.

Essa situação se agravava quando meninas de alas diferentes estavam “de rolo”. Como relatado por Angela, que atuava na unidade desde 2013, primeiro como PSS e depois como concursada: “Namoro é *fechar um bonde*, às vezes está eu e você em um alojamento, uma de frente para o outra, a gente *fecha o bonde* e começa a namorar. Normalmente não tem contato físico.”

A própria arquitetura da unidade também contribuía para que os casos aparecessem de acordo com Angela, era fácil ouvir as conversas. De acordo com essa agente, a experiência ensinava a saber quando duas meninas começavam um “rolo”, ainda que ela atribuísse parte dessa habilidade à capacidade das mulheres em serem mais “sensitivas”:

A estrutura permite que a gente escute todas as conversas, então quem está na ala 1 consegue conversar com quem está na ala 2. É proibido conversar entre alas. Por exemplo, porque daí uma guria está de rolo com outra de outra fase, e daí começa a gritaria e a confusão. Ou quando duas brigam e outra tenta se intrometer. É tudo fechado ali, você escuta tudo, então se uma quer dormir, as outras começam a conversar, atrapalha. Você escuta tudo.

Outros agentes concordavam com essa diferença da percepção, como Rodrigo, que achava que as servidoras “sacavam” antes os namoros. Para ele, os casos eram percebidos quando ele precisava proibir mais vezes condutas como dar as mãos e conversas entre as meninas: “quando tem muita proximidade e casos de briga”, havia um namoro.

Existiam os profissionais que entendiam que antigamente as relações eram mais escondidas, e que hoje em dia os laços amorosos eram mais escancarados. Ainda que o tema sempre estivesse presente na instituição, a mudança de comportamento também era atribuída à *leva* de meninas³⁴.

A Agente Mayara era partidária dessa visão. Ela era uma das poucas que informou saber o que era socioeducação antes de ingressar pelo concurso. Seu conhecimento sobre a política veio de uma amiga da sua mãe, que atuava como professora em uma unidade. Mayara estava na socioeducação há seis anos; na sua experiência achava que as meninas namoravam hoje de forma mais “escancarada”, mesmo sabendo que a conduta poderia ter consequências.

Demorei um pouco para compreender o que os/as funcionários queriam dizer por namoro. Quando ouvi o termo pela primeira vez, pensei nas relações afetivas entre as jovens, mas com Mayara aprendi que para a unidade “namoro era uma relação de poder”. De fato, essa frase aparecia repetida várias vezes em meu caderno de campo.

Mas além de posse, namoro se revertia em mais trabalho para a equipe socioeducativa. Era uma questão de posse, disputa de quem iria conquistar primeiro a menina mais bonita da unidade, quando uma nova jovem dava entrada na unidade e era tida como bonita, gerava instabilidade nas outras. Ao desenvolverem novas relações, a capacidade de evitar “crises” e prever as ações das meninas por parte dos/as funcionários/as era prejudicada.

³⁴ Em 2017 o Dease assinou uma orientação técnica para adaptar a política de atendimento dos/as adolescentes para o atendimento de jovens LGBT pelas unidades. Essa política culminou na publicação de um material técnico informativo para os/as servidores/as, publicado no final de 2018. Pelo que fui informada, os esforços para capacitar a equipe sobre a temática foram iniciados em 2019, mas com a pandemia de Covid-19 a maior parte das ações tinham sido paralisadas.

Embora os episódios de namoro (e consequentemente, de ciúmes) fossem os mais mencionados para justificar as situações de conflitos dentro da unidade, não era comum encontrar referências explícitas a essa relação nos documentos do conselho disciplinar. Dos onze casos a que tive acesso, apenas dois eram mais diretos sobre a relação. Para fins de análise, vou reproduzir trechos dos documentos do conselho disciplinar:

CASO KAUANA:

No final do dia, perto das 20h30, a adolescente Kauana, vendo que a jovem Thaís havia saído de seu alojamento, teria dito para um agente que “estava apurada e com dor de barriga” e pediu para ir ao banheiro. Quando Kauana entrou no local, teria se trancado na mesma cabine que Thaís, onde “proferiram beijos”, mesmo sabendo que era errado, sem que a agente que estava de plantão pudesse impedir. Após o ocorrido, a agente fez um comunicado e solicitou a realização de conselho disciplinar de Kauana, por “impedir o desenvolvimento dos trabalhos e das rotinas da unidade”. A jovem acabou incorrendo numa falta média, sendo sancionada a oito dias de medida disciplinar.

Outra “oitiva” que não constava na sua “ata de conselho” mencionava o fato de Kauana ter sido repreendida por ter batido na porta de seu alojamento. A jovem tinha ficado preocupada, pois acreditou que a menina com quem estava *de rolo* tinha feito um corte no braço. Kauana também tinha agredido outra menina com três socos no rosto, pois tinha “perdido a paciência” após insistentes pedidos de namoro que ela não desejava.

Em situações como essa, parte do conflito, poderia ser resolvida com mudanças na organização dos alojamentos das meninas, de acordo com as informações dos/as agentes de segurança, que também realizavam uma abordagem mais intensa de conversas. Mas quando as condutas chegavam a um limite, precisavam ser formalizadas pelos conselhos disciplinares.

As relações amorosas entre jovens chegaram a ser explicitamente proibida em 2016, conforme a “Cartilha da Adolescente”, versão anterior do documento “Normas Gerais de Condutas”, que era entregue às jovens durante a “recepção”, que continha a previsão: “nenhuma manifestação afetiva homo e/ou homossexual será aceita”. Mas essa foi a única vez que vi menção direta sobre isso. Na versão mais atual das normas não havia mais a presença dessa regulamentação, apesar do amplo conhecimento que relacionamentos entre as jovens eram proibidos.

Eu havia sido informada que a equipe técnica reconhecia com mais facilidade os casos, e que haveria uma suposta resistência entre a equipe de segurança para mencionar isso. Ao longo da pesquisa, não senti que havia dificuldade em se abordar explicitamente o assunto, pelo contrário, a menção aos namoros foi unânime entre a equipe de segurança, mas eles eram justamente lidos pela competência que lhes incumbia: preservar a ordem da unidade.

Quando as primeiras referências aos “namoros” começaram a aparecer na pesquisa, normalmente utilizadas para explicar os motivos das brigas e desentendimentos, entendi que era por essa via que as intervenções ocorriam. Acabei entendendo o motivo disso com o agente socioeducativo Rodrigo:

O namoro é à distância, elas abrem a *bicuda* [portinhola dos alojamentos] e conversam entre elas. Elas se sentem como donas das outras, não pode olhar para outra menina, não pode sorrir, tudo é motivo para briga. Eu diria que 70...80% das brigas são por causa disso.

A existência dos namoros me foi apresentada como uma das características que mais diferenciavam o trabalho dentro da unidade feminina em relação às masculinas, todos os/as servidores/as com quem conversei que acumulavam esse tipo de experiência frisavam isso.

Também eram explicitamente definidos como relacionamentos à distância, “no máximo um beijo” poderia acontecer quando um/a agente não estivesse olhando. A negação da dimensão sexual dos namoros vinha em parte devido à configuração dos alojamentos serem individuais e, em parte porque elas sempre estavam sob constante vigilância. Quando os episódios ocorriam, apareciam como infrações disciplinares.

Os relatos dos namoros mencionados pelos/as agentes eram atrelados a uma descrição de estereótipos vinculados às meninas, caracterizadas como: mais passionais, emotivas, carentes e por demonstrarem mais seus sentimentos. Como já dito, facilitava o atendimento dar mais acesso ao que elas sentiam e pensavam, mas o excesso disso era visto como negativo: existiam outros tipos de *vínculos* e nem todos eram reconhecidos da mesma forma pela unidade.

Quando os namoros começavam a desencadear brigas ou manipulações, a equipe da unidade intervinha. A partir da análise dos documentos e conversando com os/as servidores, entendi que existia uma valorização da “autonomia” da menina. A capacidade de tomar suas próprias decisões, se responsabilizar pelos seus atos e não se deixar

influenciar pelas outras era importante durante seu percurso dentro da medida socioeducativa.

Os desentendimentos poderiam ser por causa de ciúmes, como narrado pela diretora: “quando chega alguém mais bonita na unidade, elas ficam perguntando se a menina que chegou é mais bonita do que ela”, ou por brigas e casos de ciúmes. Também fazia parte dos problemas por “tudo ser muito junto” dentro da unidade a necessidade de afastar as meninas.

Se uma nova adolescente na unidade era a possibilidade de novos conflitos, disputas e brigas, como consequência, toda a organização dos alojamentos poderia ser desestabilizada e reorganizada. A chegada de uma menina nova embaralhava a organização anterior dos afetos e conflitos, como descrito pela diretora: “Se A namora B. Nem A nem B podem falar com outras pessoas, senão tem ciúme e gera briga. E quem for a terceira pessoa será atacada.”³⁵

Era justamente pelo impacto de quem estava entrando em quem estava há mais tempo na unidade que a diferença entre fase 1 e 2, sutilmente reforçada por um desnível de degrau, era tão importante para os/as servidores/as da segurança. Isto servia como uma forma de proteção da maior demanda interna dos alojamentos, mas também como uma forma de controle dos casos.

Percebi que os conselhos disciplinares eram formas fragmentadas de contar essas histórias. Diante do relato de apenas um pedaço do acontecimento – a ocorrência da “crise” –, fazia sentido a confusão do documento para quem não estava acostumado.

Também comentei sobre a dificuldade de entender os documentos com o agente Rodrigo. Apesar de estar analisando os documentos do conselho, havia encontrado poucos casos que davam a entender que era pelo relacionamento afetivo. Rodrigo me respondeu que “às vezes você não sabe bem o motivo, mas aplica a medida quando pega uma infração”.

Os relatos mencionavam bilhetes sendo trocados, presentes sendo enviados e, claro, um caso ou outro de beijos entre as meninas. A impressão era que condutas muito

³⁵ Livia comentou sobre uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que tinha sido debatida recentemente que orientava “a não separação das meninas”. O tema foi debatido na 292ª Assembléia, em dezembro de 2020, na oportunidade da apresentação de um relatório das inspeções de unidades femininas de alguns estados brasileiros. Dentre as denúncias que ensejaram a fiscalização, estava a constatação de que meninas que tinham relacionamentos com outras dentro da unidade eram vítimas de maus-tratos. Disponível em: <https://bit.ly/3g2aJY8>. Acesso: 11.set. 2021.

pequenas ganhavam uma proporção enorme e resultavam em sanções muito mais sérias do que a conduta em si.

Como expressado pelo agente, ainda que ele não soubesse muito bem o que se passava, era necessário tomar uma providência, afinal era uma unidade de segurança. Mas também porque os/as servidores eram cobrados por isso pela diretora, que desde 2019 reforçava a interpretação *alinhada* da Resolução.

O namoro também estava nas “pequenas coisas”, como comentado pela Agente Laís, funcionária da área da segurança. Laís era agente socioeducativa desde 2015. Ela tinha se formado em pedagogia, e antes de passar no concurso trabalhava com telemarketing. Quando viu a vaga para “educador social” – nomenclatura utilizada para se referir à posição anteriormente – ela achou que seria uma vaga compatível com um concurso de professora. Somente após a aprovação, durante a visita técnica na unidade, ela entendeu o verdadeiro contexto do trabalho. Mesmo não sendo o que ela imaginava, ficou interessada e permaneceu na posição.

Ela me contou que os episódios de namoro vinham junto dos casos de ciúmes e fofocas e isso prejudicava as meninas, pois aumentava seu tempo de medida devido às sanções disciplinares: “elas trocam cartas, mesmo que não seja permitido. Uma deixa no banheiro para a outra pegar. Elas ganham 3 rolos de papel higiênico... e quando acham pontas de lápis no chão que quebram na sala de aula, elas guardam.”.

Pensando nas pequenas coisas, apresento o segundo caso de conselho disciplinar. Constatei que ser rigoroso com a aplicação da Resolução também poderia gerar situações discrepantes, em parte pela ausência do namoro como conduta institucionalmente reconhecida e em parte pelo medo das “crises”, como no caso a seguir:

CASO JÉSSICA:

Em um determinado dia, durante o turno diurno, Jéssica teria encontrado um ferrinho no chão da unidade e jogou para dentro do alojamento de Diana, para que a colega fizesse um artesanato de coração. Mesmo Jéssica afirmando que não estava planejando nada de errado, foi levada para conselho disciplinar. Após análise, recebeu uma medida de gravidade média, por “fabricar, possuir e/ou portar objeto que poderia ferir a integridade física de alguém ou ameaçar a segurança da unidade”.

Um tempo depois da ocorrência do conselho disciplinar, um relatório a respeito da menina foi elaborado. Estes documentos eram produzidos de forma periódica e eram

encaminhados para o judiciário para compor o processo judicial da menina. A partir deles, os demais atores da política avaliavam as evoluções das meninas.

A adolescente Jéssica estava enfrentando um período conturbado dentro da unidade. Sua mãe precisava trabalhar de forma integral e tinha um histórico de alcoolismo. Quando a jovem foi internada devido a prática de ameaça e tentativa de incêndio, o poder judiciário passou a interferir na sua relação familiar.

Jéssica temia que o juiz retirasse sua guarda, e depois de começar a frequentar o Cense chegou a ser levada para participar de uma audiência junto a Vara de Adoção, o que teve consequências negativas para a menina, conforme o relatório:

Sobre Jéssica nos atendimentos se mostra uma adolescente, irritada principalmente com parte do Judiciário, pois tem medo da genitora perder sua guarda, relatando a equipe que se voltar para abrigos não vai permanecer, que gostaria de ficar sobre os cuidados da genitora. Desde que a adolescente participou de uma audiência na Vara da Infância e Juventude de Adoção [...] vem apresentando problemas de comportamento dentro da unidade, não respeitando as normas, questionando que se sua mãe perder sua guarda, não tem muito mais com que se preocupar.

A jovem foi descrita como uma menina que tinha “dificuldade de manter um bom relacionamento com outras adolescentes” e por sempre se envolvendo em situações de conflito. Apesar disso, o único conselho disciplinar que encontrei relatava uma situação oposta.

Como encaminhamento desta avaliação, ficou acordado que a tanto a genitora como a menina se esforçariam para “poderem permanecer juntas, em convívio, quando ocorresse a desinternação da adolescente”, como descrito no relatório:

Com esse estímulo positivo (“esperançoso”), a possibilidade de a mãe manter sua guarda, acreditamos que talvez agora, a Jéssica consiga efetivamente cumprir, entender e participar do seu processo socioeducativo. Ficou acordado com a mesma, que de agora em diante, ela estará mais receptiva as mudanças, interessada e comprometida em suas atividades pedagógicas e também se propôs em buscar manter uma relação mais harmoniosa e tranquila tanto com as demais adolescentes e funcionários em geral da Instituição.

Além do destaque para complexidade dos vínculos, este caso também chama atenção para outro fator, o envolvimento da família – neste caso a mãe – da jovem no seu processo de “evolução” dentro da medida. Jessica também dependia, além das avaliações

internas da unidade, do sucesso da mãe. A importância da família no processo de disciplinamento das crianças e adolescentes já foi algo explorado por algumas produções, como Donzelot (1980), Fonseca (1999a; 1999b) e Schuch (2005). No futuro, esse fator poderia ser levantado por parte do magistrado para questionar se Jéssica tinha alguém para lhe dar respaldo fora da unidade, por exemplo.

Conforme a manifestação da equipe da unidade, a adolescente não tinha um bom *vínculo* com a equipe: “tem sido complicado o acesso a adolescente, poucas vezes ela se permite dialogar para que possamos compreender e poder ajudar nos seus conflitos pessoais e institucionais”.

Impedir que os reais sentimentos fossem acessados, ou demonstrar falta de gestão de suas emoções depunha contra a adolescente no processo de demonstrar autonomia. O não desejo do *vínculo* poderia prejudicar a jovem no processo de obtenção de sua liberdade.

Apesar disso, diante da descrição de seu conselho disciplinar, parecia até positivo Jéssica demonstrar afeto por outra pessoa. O problema era que as formas de se fazer isso deveriam respeitar a ordem institucional. A relação do *vínculo* era complexa: alguns eram problematizados, outros permitidos e outros negados. Parte do processo socioeducativo era manejar as diferentes expectativas de *vínculos* mantidos pela e para a jovem. Não só dentro da unidade, mas também com sua própria família.

2.2 VÍNCULOS EM CRISES

Se no Cense Joana era onde o “trabalho socioeducativo acontecia” parte disso era pela não necessidade de contenção física das meninas, ainda que alguns casos pudessem ocorrer.

A segunda classe de situações que apareciam nos conselhos eram os casos de agressões e brigas, quando o trabalho de conter as jovens na conversa não era suficiente e era necessário aplicar uma sanção. Vou apresentar quatro casos de conselho disciplinar. De todos os relatos que analisei, apenas um parecia se encaixar no estereótipo de situação extrema, em que foi aplicada força física para conter uma jovem, como relatado no episódio a seguir:

CASO THAÍS:

Durante o turno da noite, Thaís teria participado de uma *bateria*³⁶ junto com outras adolescentes e incitou as demais a realizarem a prática. Depois de algumas tentativas de abordagem verbal, em que os agentes pediram para que a “menina se acalmasse”, os agentes de segurança entraram em seu alojamento e realizaram o procedimento de contenção física com a aplicação de algemas. Durante o procedimento, segundo o que foi registrado, a menina tentou morder alguns servidores e acertou alguns chutes nas suas pernas, além de ter proferido xingamentos e ameaças.

Três dias mais tarde, Thaís voltou a ser repreendida pela equipe de segurança quando as jovens retornavam a seus alojamentos após uma atividade. Thaís estava saindo do banheiro e quando entrou no corredor saiu correndo com intenção de agredir a adolescente Fernanda. Thaís segurou Fernanda pelos cabelos e tentou chutá-la. Fernanda conseguiu se defender e logo os agentes conseguiram separar as duas.

O Conselho Disciplinar decidiu sancionar Thaís a uma falta leve, por ter dificultado os trabalhos da rotina da unidade e não ter acatado as orientações do servidor; a uma falta média por ameaçar qualquer pessoa. E a duas faltas graves: uma por agredir fisicamente qualquer pessoa durante o cumprimento de medida socioeducativa. O que resultou em um total de 23 dias de medida.

Foi considerado um agravante o fato de a jovem ter solicitado para ir ao banheiro no mesmo horário da outra menina agredida, fazendo a equipe crer que “a mesma pediu banheiro naquele momento, assim como demorou mais do que costume na saída do quarto, com a premeditação da agressão”.

Esse caso materializava várias coisas que os *conselhos disciplinares* pareciam significar: um episódio mais extremo que envolvia violência a desconfiança quanto aos pedidos de ir ao banheiro; e a necessidade de uma resposta rápida da equipe de segurança diante de uma “crise”.

Pela frequência das ocorrências envolvendo as idas ao banheiro, as agentes de segurança desenvolveram formas próprias para lidar com a gestão dos pedidos. Quando uma solicitação ocorria fora dos horários fixos, era possível que agentes buscassem formas de verificar se o pedido era legítimo, como: solicitar que as jovens não apertassem a descarga após saírem da cabine. Isso “inibia as mentiras”, como relatado pela agente Angela. A servidora não escondia a cara de desconforto em ter que impor esse tipo de

³⁶ Bateria é o termo nativo para a prática de ficar batendo com socos e pontapés nas portas dos alojamentos por parte das meninas.

controle às meninas, mas estas eram medidas que precisavam ser tomadas para se ampliar o controle da gestão da unidade:

Para o banho higiênico é a mesma coisa. Uma vez, oito meninas pediram para tomar banho higiênico, achei estranho oito meninas menstruando. Então pedi para ver o absorvente. Somente uma permaneceu querendo o banho.

Fazia parte da rotina de segurança reportar os casos ou as observações mais importantes no livro que era consultado pelos plantões, como mencionado no capítulo anterior. Isso era necessário, pois a rotina impedia realização de reuniões entre todos os integrantes da equipe de segurança, já que suas jornadas de trabalho funcionavam por escala. Angela me relatou que além desse processo de verificação dos pedidos de banheiro, qualquer situação que fugisse da normalidade deveria ser registrada ali.

Esta era mais uma forma de controle imposta as meninas que não estava presente nos regulamentos padrões da instituição, mas que tinham sido criados por parte da equipe da unidade. Mais um dos incrementos que se somavam aos cuidados com as coisas visíveis e invisíveis. A busca pela certeza de que se estava no domínio de uma situação poderia redundar até em formas não prescritas de controle.

Compartilho quais foram os outros acréscimos feitos pela equipe do Cense Joana Richa, que complementavam o rol de condutas proibidas da Resolução nº 44/2016. Estas inclusões tinham sido feitas a partir de 2016, devido a experiência da equipe. Apesar da redação estar no masculino, elas eram particulares da unidade feminina:

Leves:	Média:	Grave:
- comunicar-se com visitantes sem a devida autorização; - adentrar em alojamento alheio, sem autorização do agente; - improvisar varais, cortinas ou tapumes na ala de segurança e no alojamento; - dirigir-se ao referir-se ao servidor de forma inadequada, ou seja, grosseiramente ou inconveniente, com palavras de baixo calão; - chamar outros internos por apelidos vexatórios;	- possuir indevidamente instrumento capaz de ofender sua integridade física ou de outrem; - fabricar, guardar, portar ou fornecer objeto destinado à evasão; - atuar de maneira inconveniente, apresentando comportamentos inadequados aos padrões sociais frente as autoridades, visitantes, funcionários e outros adolescentes; - desviar ou ocultar objeto cuja guarda lhe tenha sido confiada;	- tomar posse de objeto dos funcionários ou de visitante; - bater grades; - divulgar notícia que possa perturbar a ordem ou a disciplina; - praticar ato infracional equivalente a qualquer crime ou contravenção prevista em lei; - fabricar, portar, fornecer ou concorrer para que haja na unidade substâncias que possam causar reações adversas às normas de conduta ou dependência física ou psíquica.

- utilizar gírias que fazem parte da cultura carcerária; - exceder o tempo estipulado para o banho; - utilizar-se de objetos de outros adolescentes (cobertor, copo, colchão, uniformes). - deixar materiais de uso pessoal em local indevido ou adverso do qual foi destinado; - realizar brincadeira de contato corporal, como brincadeiras de luta ou agarrarem-se, infelizmente essas “brincadeiras” podem transformar-se em agressões reais e podem provocar lesões; -trocar objetos sem autorização; - atrasar os procedimentos de alimentação;	- negociar alimentos; - impedir ou perturbar o repouso noturno; - não trocar roupas ou não devolvê-las na hora da troca. - Recusar-se a submeter à revista; - provocar perturbações com ruídos, gritos, assovios, vaias, bater nas paredes ou cama com mãos e objetos; - simular brigas; -induzir ou provocar o erro do servidor ou de outro adolescente em qualquer procedimento;	- praticar dano contra o patrimônio público; - recusar-se a realizar tratamento médico obrigatório; - praticar assédio ou atos libidinosos; - repassar ou guardar no alojamento medicamento de uso obrigatório;
---	--	--

No corpo do texto, as práticas somente foram adicionadas como novas alíneas de um artigo da resolução, como se fizessem parte da legislação existente. Essa relação de ações constava no documento entregue às jovens quando elas entravam na unidade e tinham por objetivo informar, tanto as meninas quanto a própria equipe, sobre as condutas não desejadas e que seriam (ou deveriam ser) reprovadas por parte da segurança.

O ato de deixar as normas explicitadas era algo positivo, tanto na visão dos/as agentes quanto das próprias meninas, pois tornava a aplicação da sanção mais “justa”, mas também deixava brechas para que as jovens inovassem em suas práticas não normatizadas. Isso surpreendia até a diretora: “elas até conseguem vender banho! Porque tem vários chuveiros, mas em um a água sai mais quentinha, então uma fica negociando isso. Nem eu acreditei quando ouvi”. Infelizmente, não tive oportunidade de discutir especificamente sobre isso com a diretora, não sendo possível auferir o nível de sucesso da inclusão destas novas previsões ou frequência de ocorrências.

Quando disse que a previsibilidade das regras era algo que dava segurança na relação entre meninas e servidores/as, me referi a prática comum dentro da unidade das meninas não gostarem de serem cobradas por coisas que não sabiam ser proibidas assim como fortalecia a segurança dos/as servidores/as ter as regras explicitadas.

Isso tornava a relação do vínculo mais complexa: as regras precisavam ser claras, para que um determinado tipo de comportamento pudesse ser esperado das jovens. A confiança aumentava à medida em que a obediência a regra se repetia e impedia as “crises”. Mas essa estabilidade era precária e demandava um esforço para ser mantida minimamente, quando o equilíbrio era balançado, as desconfianças se instauravam.

A forma de dosar essa relação de confiança e desconfiança somente poderia ser aprendida na prática, esse era o desafio do trabalho socioeducativo. Mesmo recebendo uma formação técnica anterior ao início da função, normalmente a duração destes processos eram curtos, no máximo três dias e tendiam a ser muito técnicos, como relatado por Angela. Na visão da agente, a percepção mais real do trabalho somente veio com o passar dos anos:

Aprendi que aqui não pode ser 8 ou 80. Você não pode ser bom demais nem mau demais. No começo eu era mais brava, mas aqui tem que ser justo, ser meio maternal, ainda que não seja igual a relação, mas você precisa fazer como faria com seu filho [fazendo um sinal de bronca com a mão].

A comparação do seu ofício ao trabalho materno foi curiosa, a servidora também era mãe de uma criança pequena. Assim como mencionado pela diretora, Angela dizia que o excesso de solicitações por parte das meninas, que ficavam constantemente a chamando quando ela passava pelo corredor, às vezes a deixava esgotada: “tem dias que eu chego em casa e não quero que ninguém chame meu nome”. O que poderia impactar os seus filhos, por consequência.

A sobrecarga das agentes mulheres aparecia nos pequenos detalhes, eram elas que “tomavam a frente” na maior parte das ações da unidade: como no deslocamento para o banho, na realização da revista íntima e na elaboração dos relatórios, como vou abordar no próximo capítulo. Eram poucos os funcionários de segurança homens que conseguiam desempenhar com firmeza esse mesmo papel.

Angela também descreveu outras funções que se somavam para responder à pergunta sobre o que tornava o atendimento no Cense Joana Richa diferente do das demais unidades. A outra dimensão do trabalho da equipe de segurança que a sobrecarregava e que também parecia fugir da sua função profissional.

Curiosamente, ela não se referiu as práticas não previstas de controle, como a verificação da veracidade dos pedidos para ir ao banheiro, mas sim a um possível

deslocamento de função no exercício de escuta e conversa com as meninas. Essas atribuições não escritas eram vistas como inapropriadas por parte dos/as agentes.

Angela relatava uma situação corriqueira do dia a dia que teve que aprender a administrar. As adolescentes demandavam explicações por parte dos/as funcionários/as, e esses pedidos normalmente ocorriam em momentos em que não era propício conversar, como durante dos procedimentos técnicos e revista e distribuição de alimentos:

As meninas falam muito “*vem aqui, quero conversar*”. Só que as vezes eu não quero conversar, eu também posso não estar bem. E daí falo que vou chamar a técnica. Elas pedem muito para conversar durante o procedimento. Você não pode falar que não vai dar... Essa resposta de forma grosseira pode acabar com o dia da menina. Você precisa dizer não vai dar para conversar e explicar o porquê...

Para evitar conflitos e não frustrar expectativas, Angela entendia que a melhor forma de lidar com as meninas era “nunca prometendo nada, porque você não sabia o que iria acontecer”. Fosse pela instabilidade das relações na unidade ou porque algo que acontecia no dia a dia da jovem e poderia rememorar traumas do passado e as deixar sensíveis.

Angela atrelava esse comportamento ao fato da maior parte das jovens internadas no Joana Richa não terem uma base familiar estável, e se questionava sobre como poderia cobrar limites de uma menina que nunca recebeu isso durante sua criação: “as meninas dizem, *ah minha mãe nunca falou assim comigo*”, isso tanto nos momentos de briga quanto nos momentos de atenção. As relações não eram tão simples, impor a ordem como agente de segurança demandava também saber até que ponto isso era possível.

Enfatizei o desenvolvimento das relações entre servidor/a e menina porque entendi que fazia parte do *vínculo* o esforço permanente de produzir alguma previsibilidade. Por outro lado, parecia ser constitutivo dessa relação os sentimentos de desconfianças. Mais do que abrir e fechar grades, fazia parte da rotina dos/as agentes socioeducativos uma relação intensa com as meninas, o que poderia gerar um desgaste emocional e era recebido de diferentes formas por cada funcionário/a. Algo que vou retomar no final do capítulo.

Essa maior proximidade e necessidade de diálogo também foi mencionada pelo agente Leonardo. Ele era um servidor conhecido por ser mais contestador em relação as práticas da unidade. Quando estávamos nos encaminhando para a sala em que iríamos conversar, passamos pela vice-diretora, que brincou dizendo que seria tranquilo conversar com ele, pois ele era “que nem a Karol Conka”, uma rapper curitibana que estava

participando de um reality show e que na época, além da carreira, chamou atenção por se envolver em conflitos dentro do programa.

Leonardo de fato já tinha se envolvido em uma polêmica quando fazia parte da gestão de uma unidade de internação provisória de Curitiba há alguns anos, devido a um desentendimento entre ele e representantes da sede do Dease. Apesar da advertência jocosa da vice-diretora, nossa conversa foi muito tranquila.

Ele ingressou na socioeducação em 2008 e passou a integrar a equipe do Cense Joana Richa a partir de 2020. Antes de entrar para a carreira, disse que trabalhava em uma penitenciária. Assim como a maioria dos servidores, não conhecia o que era socioeducação e achava que “seria possivelmente [o trabalho] de um instrutor, que iria dar aulas de instrução para os jovens”, mas na prática viu que era bem diferente.

Habitado com a realidade da penitenciária e por ter atuado em uma unidade socioeducativa conhecida pelos episódios mais famosos de violência (Cense São Francisco), Leonardo achava mais tranquilo atuar no Cense Joana Richa. Era um trabalho bem diferente na sua visão: “percebi que aqui elas conversavam com menos gírias; perguntavam sobre a sua família; o que você gosta de comer; qual sua comida favorita...”. O agente percebia que as meninas não partiam tanto para a violência – o que também tinha relação com a *leva* de meninas anterior - mas ficavam se ameaçando:

as meninas não partem tanto para a violência, talvez uns anos atrás você escutaria mais casos assim. Hoje em dia são raros. Mas rola muita ameaça, elas ficam sempre na ameaça. E os meninos não, nem tem essa etapa, é a agressão direto. Acho que é uma questão cultural, se provar machão.

A fala de Leonardo chamava atenção para uma particularidade dos casos de agressão dentro da unidade feminina: os motivos dos desentendimentos serem situações simples do dia a dia. E por isso, as expectativas dos perigos das “crises” não pareciam se confirmar, apesar de já terem ocorridos casos normalmente referidos a alguma *leva de meninas* do passado.

No próximo episódio de conselho disciplinar, quero destacar essa característica de desentendimentos corriqueiros e a forma diversa com que eram valorados; situações semelhantes poderiam ter desfechos discrepantes

CASO VITÓRIA:

No plantão da noite, ao retornar para seu alojamento após escovar os dentes, a adolescente Vitória deu um soco no rosto da adolescente Milena ao passar pela portinhola do seu quarto, além de ter participado de uma *bateria* junto com outras meninas.

Quando questionada sobre o assunto, durante a “oitiva”, Vitória confirmou a agressão e justificou sua atitude dizendo que a outra jovem “era folgada”. Quanto à participação na *bateria*, alegou que não sabia explicar por que tinha batido na porta, “apenas tinha ido na onda das outras meninas”. Como consequência, a jovem recebeu 15 dias de medida disciplinar por “agredir fisicamente qualquer pessoa durante o cumprimento da medida socioeducativa”, sendo sua atitude considerada grave pelo Conselho.

Novamente, a ida ou retorno ao banheiro era o contexto da ocorrência. Chamava a atenção a importância da autonomia, ou neste caso, a falta dela. Conseguir tomar suas próprias decisões era valorizado dentro da unidade, ainda que com certos limites. Parte do sucesso de uma medida socioeducativa estava na perspectiva da equipe técnica, do Ministério Público e do Judiciário, na capacidade da menina demonstrar que estava aprendendo com as oportunidades oferecidas. Por isso, “ir na onda das outras” era considerado algo problemático, pois representava falta de autonomia desta característica.

Eram situações como essa que me faziam questionar qual era de fato a situação mais grave que poderia ocorrer dentro da unidade. Quando tentava conversar com os/as atentes socioeducativos para entender (em vão) o padrão das “crises”, não recebia nenhuma resposta definitiva. Na verdade, a única referência quase unânime eram os casos de agressão, que normalmente apareciam como práticas extremas que iriam para *conselho*. Mas elas poderiam ser analisadas de maneiras diferentes, como por exemplo:

CASO NAOMI:

A adolescente Naomi estava no banheiro fazendo xixi quando a Aline chegou no local acendendo e apagando a luz duas vezes seguidas. Naomi, que não sabia quem tinha entrado no banheiro disse: “Eu odeio quando fazem isso”. Ao que Aline respondeu “o que foi que você disse?”. Ao repetir que não gostava que fizessem isso, Naomi foi surpreendida com Aline invadindo a cabine a chutes, e ainda sentada no vaso, recebeu um soco no rosto e um puxão de cabelo. As duas jovens rolaram para fora da cabine “trocando agressões, porém sem trocar xingamentos” – como frisado pelo documento. Quando questionada sobre os fatos, Naomi disse que estava com muita raiva e que iria matar a outra adolescente, pois sabia que iria “perder a TV, a atividade externa e a possibilidade de ir para semiliberdade”. A jovem

foi penalizada com uma medida disciplinar leve, “por dificultar o desenvolvimento dos trabalhos e das rotinas da unidade”.

Diferente do caso anterior, o fato da jovem reconhecer as consequências dos seus atos, saber – e mencionar – quais conquistas estavam em risco por se envolver em um conselho pareceram fundamentais para a aplicação da disciplina leve. Ainda que as motivações para cada caso de agressão tenham sido diferentes, a prática de agredir alguém (falta disciplinar grave) não foi o que predominou em seu conselho.

Chamava minha atenção essa diversidade, o que me fazia questionar se era possível de fato uniformizar a aplicação da resolução como orientado pela diretora. Trago o último caso disciplinar referente a esse tipo de sanção. Assim como o anterior, uma jovem que tinha se envolvido com uma situação de agressão era sancionada de forma diferente das anteriores. A particularidade deste caso está na sua resolução, apesar da sua reclamação por ter tido um bem seu violado, ganhou mais atenção a punição da jovem:

CASO LETÍCIA:

Durante a atividade de lazer no período da tarde, Letícia estava discutindo com uma adolescente por causa de suas escovas de dente, pois sabia que alguma das meninas tinha “sacaneado” a sua. Carla, que ouvia a conversa, se intrometeu dizendo que Letícia estava discutindo com a pessoa errada, pois era ela que tinha feito e faria novamente, e admitiu que fez xixi na escova de Letícia.

As duas começaram a discutir. Letícia foi tentar se proteger do chute que Carla tentou dar em sua costela e ambas acabaram machucadas. Sendo separadas pelos agentes que estavam de plantão na sequência. Quando questionada sobre os fatos, Letícia disse que não lembrava muito bem como tinha machucado a outra menina, “pois estava muito nervosa no momento”.

Letícia saiu com uma sanção atenuada de 3 dias, devido a jovem ter uma conduta de “assiduidade e bom aproveitamento nas atividades pedagógicas”. Recebeu uma medida que enquadrava como um caso de gravidade leve, por “desrespeitar qualquer pessoa”, e médio, por “comportar-se de maneira indisciplinada em sala de aula, oficinas e salas de atendimento.

Nem todas as justificativas surtiam o mesmo efeito diante do conselho. No caso das agressões e brigas, os motivos dos desentendimentos eram situações simples do dia a dia, sendo às vezes mais violenta a resposta institucional, do que o fato em si, como

sancionar uma jovem que estava reclamando por ter um dos poucos bens que possuía dentro da unidade violado.

A expectativa de reações agressivas por parte das meninas e o conhecimento parcial das situações fazia com que os/as agentes agissem com base no que podiam captar, somado ao enquadramento das infrações de alguma alínea do regulamento. Cada situação dependia do jogo de possibilidades entre ato e norma.

As incertezas do tempo de internação e a percepção da discricionariedade da avaliação dos acontecimentos se somavam. E essas coisas modulavam de forma negativa a experiência das meninas e realimentava o ciclo de tensões.

2.3 VÍNCULOS CONFUSOS

Nesta terceira parte do capítulo quero apresentar outra dimensão do *vínculo*, as ambiguidades da relação entre servidores/as e meninas que também geravam desconfiças. De forma geral, gerava *confusão* do *vínculo* quando a intimidade com a menina – positiva para o atendimento – se tornava prejudicial para a reafirmação da autoridade da posição profissional ou para a continuidade do trabalho. O problema era que isso borrava a relação hierárquica entre menina e funcionário/a.

Como consequência, ocorriam as *confusões*: as meninas poderiam mobilizar sua boa relação com o/a funcionário/a para conseguir alguma coisa; poderiam negligenciar a posição de autoridade do/a funcionário; e por fim, e somente entre os homens da unidade, havia o receio de que a jovem entendesse o *vínculo* como algo “romântico”.

Isso também poderia desencadear alianças inesperadas, algo que jamais aconteceria em unidades masculinas, de acordo com os/as próprios agentes. Diante de uma boa relação com um/a funcionário/a, a menina poderia defendê-lo/a e ficar contra as demais internadas. Relato aqui algumas *confusões* registradas durante a pesquisa:

RELAÇÕES DE FAMÍLIAS

Quando ocorria um conflito entre as meninas, era importante que a informação fosse partilhada com os/as demais funcionários/as da unidade, pois isso poderia afetar as outras atividades a serem desenvolvidas.

Essa era uma das preocupações de Márcio, o pedagogo da unidade. Ele não atendia diretamente as jovens, “somente organizava o tempo” delas, como frisado em

nossa conversa. O servidor que trabalha diariamente dentro da casa de madeira, precisava ficar atento ao que acontecia na ala de segurança para planejar os arranjos entre as meninas.

Márcio entendia que o olhar do pedagogo era importante para perceber os detalhes que poderia afetar o convívio da jovem, como por exemplo, relatou que existia uma tendência dentro da unidade das meninas se organizarem como famílias: “algumas ganham título de pai, mãe ou filha” e a partir desses arranjos estabelecidos pelas jovens, conflitos poderiam aparecer.

Isso interferia nas divisões em grupos para atividades internas, na formação de turmas escolares entre outras. E por isso, o planejamento do pedagogo deveria permitir uma flexibilidade: “tem que ter um planejamento, mas não pode ser ater muito fixamente a ele, as coisas podem mudar”.

Sua maior preocupação era com os casos em que existia “um excesso de poder” por parte de alguma adolescente. Muito semelhante a interpretação dos casos de namoro mencionados anteriormente, que tornavam as relações entre as meninas “perversas”. Nessas horas, alguma menina poderia ser levada a realizar ações não por escolha própria, mas por influência de outras (o que enfatizava a importância da autonomia nas escolhas das jovens). Essas situações ocorriam de maneiras muito sutis, Márcio descreveu um exemplo:

uma pega um gibi na biblioteca; a regra é que não pode ficar passando de uma para a outra. Você precisa devolver e na próxima retirada a menina interessada pode pegar. Mas daí uma pega e entrega para a outra. Pronto, está devendo um favor. Ou com comida, também rola isso. Isso gera uma relação de favor. Sabe o BBB? É a mesma coisa dos ciúmes e das trocas.

O comentário do pedagogo fez com que eu acabasse tocando nesse assunto sobre as famílias com os/as demais servidores/as, pois desconhecia outros trabalhos que tivessem mencionado algo parecido. Infelizmente, não pude aprofundar muito essa questão com as próprias jovens, pelos limites impostos à pesquisa. Mas parecia curioso como um ambiente marcado pela separação da família de origem despertar nas meninas a criação destas outras formas de parentesco.

As construções dos arranjos familiares não eram restritas às jovens, essa forma de organização também poderia incluir os/as funcionários/as, como por exemplo, querer chamar um agente de “pai” ou “mãe”. De acordo com Márcio, assim como frisado pelos

demais funcionários/as de forma unânime, a prática não era bem-vinda pela equipe da unidade tampouco incentivada, era um dos limites do *vínculo*.

Nesse quesito, os/as agentes socioeducativos eram os mais afetados. Como destacado pelo agente socioeducativo Rodrigo, que também reprovava a ação, era difícil não ter uma intimidade com as meninas: “você estabelece uma relação com a jovem, todos os dias passa dando o café e dando bom dia. Se num dia não responde direito, você percebe. E daí conversa, pergunta se foi atendida pela técnica, e daí vai sacando”.

Rodrigo, assim como Angela, equiparava a ação à criação de seus próprios filhos: “você estabelece relação com as meninas. Elas dependem de você, às vezes mais do que seus próprios filhos.” Apesar de necessário deixar claro os limites para elas não confundirem, a forma de gerenciar as meninas, chamar suas atenções se assemelhava à criação de uma criança. Mesmo que reprovável, era inevitável a comparação ao ambiente familiar.

O tipo de espaço, o tempo de convivência e as consequências do convívio poderia favorecer essas relações, mas uma melhor explicação sobre isso somente poderia ser acessada a partir de uma pesquisa diretamente com as meninas.

A proximidade era bem-vinda, contanto que não fosse confundida com uma relação que não poderia existir. Rodrigo entendia que isso diferenciava muito o trabalho desenvolvido dentro da unidade feminina em relação à unidade masculina em que havia atuado anteriormente.

Os meninos pareciam tratá-lo com mais educação, por sempre o chamarem de “senhor”, mas isso na verdade também era uma forma de diferenciar a relação:

eles chamam você de senhor, mas não por respeito, para demarcar a distância. Entre eles, eles se chamam de primo. Um dia eu chamei um deles de primo e o guri ficou super incomodado, dizendo que não, não era nada.

Entendi que incluir os/as servidores/as dentro das organizações familiares, além de uma prática afetiva, poderia ser entendido como uma forma de as jovens flexibilizarem a relação hierárquica, pois permitia que ao invés de uma sanção fossem acionadas outras formas de resolver eventuais conflitos ou transgressões, e talvez por isso o trabalho dentro da unidade feminina era tão particular. Como relatado pela vice-diretora, que também acumulava experiência semelhante:

Os meninos entendem os agentes de segurança como polícia. Ninguém fala com agente. Imagina! Isso não é admitido entre eles. Não tem muita coletividade entre os meninos também, se um se envolve em briga eles ficam quietos... tipo “não é comigo o problema”. As meninas são mais coletivas. Elas se defendem, defendem agente, não gostam do que é injusto.

A relação com as meninas parecia desafiar as hierarquias de uma maneira diferente do que ocorrida entre os meninos. Não que nas unidades masculinas não existisse movimentos semelhantes, de desafio à hierarquia, mas sim pela forma como isso era feito. Os meninos a desafiavam justamente quando acentuavam essa diferença.

Já entre as meninas, essas diferenciações não eram óbvias. O modo sutil e indireto como ocorriam em muitas situações reforçava a imprevisibilidade constitutiva das relações com os/as servidores/as, e talvez, por isso, tornasse “mais complexa” ou “mais difícil” o atendimento. As meninas não reproduziam a ideia de “regra cadeia”, como ouvi de alguns servidores/as.

Existir “regra cadeia” era reproduzir certos comportamentos comuns nas unidades masculinas, como: manter distância entre funcionário e meninos; tratá-los com mais formalidade; e não permitir um *vínculo* tão profundo.

Leones (2018), em sua dissertação também desenvolvida dentro de uma unidade feminina no Rio de Janeiro, se deparou com uma expressão parecida, mas em outro sentido. Entre suas interlocutoras ela ouviu que era “difícil segurar cadeia” e que fazer isso gerava experiências diferentes para meninos e meninas.

Em sua pesquisa, ela se dedicou a entender como as jovens davam sentido à sua experiência de institucionalização. Dentre as características que explicavam esse termo nativo, tornava difícil “segurar cadeia” a falta de apoio: da família de origem e pela família constituída no crime.

O que acho que aproxima nossos trabalhos, é o fato de as meninas desenvolviam trajetórias diferentes do que era esperado durante o processo dentro da instituição. Ao contrário dos meninos, que reforçavam as distâncias, as meninas do Cense Joana buscavam incluir os/as funcionários na sua rede de afetos.

Não falo isso no sentido de suspeitar de qualquer aproximação, como se fossem falsas, mas pelo fato questionarem as hierarquias. Trago como exemplo um caso relatado por uma agente socioeducativa, Laís. A servidora possuía uma boa relação com as jovens na sua visão. Essa era uma resposta comum quando eu questionava os/as servidores/as sobre como era o relacionamento deles/as com as meninas, visando entender o vínculo.

Normalmente, as respostas abordavam frases como “é bom, me respeitam”, “elas gostam de mim”.

O importante na relação com as meninas, de acordo com Laís, era saber impor o limite, algo que você só aprendia a balancear com o tempo. A agente relatou um exemplo de situação que poderia prejudicar essa organização, quando uma jovem acabou se envolvendo em uma briga para defender a servidora:

uma menina queria ir no banheiro porque estava apurada, daí tirei a menina do alojamento. Uma outra ficou revoltada dizendo que era a vez dela e me xingou. Quando a guria que estava no banheiro voltou e ouviu o xingamento deu um soco na porta da outra menina. Me defendeu, mas ela bateu na porta. Precisei dar medida, falei que não precisava me defender, mas ela tinha batido na porta.

Nessas horas, a própria profissional se via em situação complicada. Ainda que com uma intenção legítima – defender alguém – os meios não poderiam ser aqueles. A padronização dos atendimentos impunha que Laís tratasse a jovem de forma padrão.

Laís já tinha vivenciado situações em que a intimidade com as meninas foi acionada para evitar que uma sanção fosse aplicada: “elas entendem também... Elas pedem para não ganhar medida quando fazem algo errado, mas daí não tem como não dar, porque senão as outras sabem. Eu fico com dó, mas as outras cobram” o tratamento homogêneo, afinal, elas não gostam do “injusto”. Inclusive, era comum as jovens entregarem uma as outras, exigindo que os/as agentes tomassem alguma atitude. A uniformização do tratamento era solicitada, ainda que por motivos diversos ao da diretora.

A previsibilidade e expectativa de comportamento, fatores considerados importantes para o bom desenvolvimento dos trabalhos da segurança, também eram cobradas e desejadas pelas jovens, Laís relatou uma situação que materializava isso:

O combinado é que o rádio é ligado às 15h, mas um dia eu liguei 15 minutos antes porque uma menina me pediu e fui no banheiro. Quando voltei estava uma gritaria, porque uma se revoltou dizendo que não era momento ainda. E daí precisa colocar regra, para evitar briga, senão vira bagunça.

Laís entendia que a aplicação da Resolução nº 44/2016 conforme os *alinhamentos* poderia gerar prejuízos ao atendimento, isso afetava sua relação com as meninas. Uma interpretação mais rígida poderia ser ao mesmo tempo positiva e negativa. Uma das características do atendimento da unidade feminina era justamente a possibilidade de resolver as coisas pela conversa, e na sua perspectiva, uma forma mais pedagógica de se relacionar com as adolescentes:

Aqui a gente conversa, eu prefiro conversar, eu sei que alguns servidores não concordam. Aqui tem três que pensam de um jeito e dois que pensam de outro. Eu prefiro o diálogo do que dar medida, senão prejudica mais ainda. Eu percebo (falando em um tom mais baixo) que agora querem mais rigor.

A relação iniciada dentro da unidade também poderia ter uma continuidade, o *vínculo* poderia se prolongar para depois do cumprimento da medida. Por exemplo, era comum Laís aceitar a solicitação de amizade das meninas nas redes sociais quando elas saíam da unidade.

A permanência do vínculo poderia até levar a outros desdobramentos, que se prolongavam para além da medida. Laís relatou que era comum as meninas ligarem na unidade para agradecer um técnico ou outro, além da amizade nas redes sociais. Ao contrário dos limites impostos dentro da unidade, essa proximidade ficava à critério de cada um.

Ao contrário da agente, a diretora costumava manter uma distância das jovens atendidas, mas ficava feliz em saber das notícias positivas da jovens:

Muitas pedem para ser sua amiga no *facebook*, às vezes no dia seguinte após desinternação, mas eu não aceito. Muitas ligam, pedem para falar com funcionários, perguntam quem está trabalhando no plantão. Algumas contam coisas positivas que estão vivendo, outras pedem ajuda, orientações. Às vezes a gente consegue ajudar... É bom saber das trajetórias, quando deu algo positivo.

Existia uma forma de manejar os afetos com as meninas, e isso era algo que cada servidor/a desenvolvia à sua maneira. Uns poderia ser mais abertos e manter o contato após a medida, outros gostavam de deixar claro que era uma relação profissional.

RELAÇÕES ROMÂNTICAS

Tenho reforçado que parte dos obstáculos listados pelos agentes eram decorrentes da própria forma de relação desenvolvida pela unidade: a maior proximidade que também criava os desafios para limitá-la. Uma forma específica me chamou atenção, manifestada apenas pelos agentes masculinos com quem conversei.

Durante as várias descrições dos *vínculos* e das suas possibilidades, sempre havia a menção ao cuidado para que as meninas não *confundissem* a atenção derivada do trabalho com uma relação romântica. Na visão dos agentes, a maior proximidade com as meninas poderia ser utilizada como uma forma de burlar a sanção disciplinar, como

descrito por Leonardo: “você ser simpático com a menina e ela achar que não vai ganhar medida... Com os meninos não tem isso”.

Ainda que reconhecessem os benefícios ao atendimento do maior desenvolvimento do vínculo com as meninas, a proximidade também vinha acompanhada da com a cautela.

Retorno ao exemplo de Leonardo, na sua visão as jovens buscavam criar *vínculos* “de qualquer jeito”, e tentavam conversar com o servidor sobre qualquer assunto. O agente via isso como suspeito, pois entendia que as jovens “faziam de tudo” para obter bons relatórios. O limite era bem delineado na visão do agente, quando a menina tentava falar sobre seu ato infracional ele preferia interromper a conversa e chamar o apoio técnico:

O *vínculo* também é para ter um bom relatório. Estranho é quando elas não querem criar *vínculo*... tem também as que têm vergonha da vida lá fora, quando vêm de contextos de muita vulnerabilidade. Elas gostam muito de desabafar e tudo bem... só não deixa falar do ato infracional.

Diferentes dos outros servidores, Leonardo entendia que a posição da instituição na hora de produzir relatórios era a de “se livrar do adolescente”. Ele foi um dos poucos servidores que dizia entender o lado do Ministério Público e do Juiz – que tendiam a ser rigorosos com as avaliações das meninas, e por consequência, serem a favor de deixá-las mais tempo institucionalizadas. Inclusive, o agente acreditava que uma das razões por ter sido dispensado do cargo de gestão da unidade masculina em que atuou era “por ser próximo demais” das outras instituições.

A tensão se dava a respeito do que se daria mais ênfase, se seria sobre o ato praticado pela menina ou sua trajetória dentro da unidade socioeducativa e as conquistas realizadas:

é correta a posição de enxergar o ato da menina... Precisamos pensar que o trabalho do judiciário é cumprindo a lei e, do outro lado, está a unidade querendo se livrar do adolescente. Eu falo com propriedade, porque eu mesmo já vi servidor mentindo em relatório para mandar menino embora da unidade.

Mas até ele reconhecia que as jovens ficavam mais tempo internadas em comparação aos meninos. Para Leonardo isso não era necessariamente ruim, afinal, o processo socioeducativo delas era mais bem sucedido. Os meninos até saíam antes, mas

voltavam a ser institucionalizados com mais frequência. Já elas tinham “mais sucesso em mudar suas trajetórias depois da medida”.

O agente Rodrigo também era partidário da opinião que as jovens aproveitavam melhor a medida e tinham mais sucesso quando em liberdade. Em certo sentido, esses depoimentos pareciam reforçar que as jovens tinham como ser salvas da trajetória da ilicitude, diferente dos meninos, de acordo com o agente:

o menino é muito limitado, abandonam a escola mais cedo, raramente conseguem se expressar, verbalizar. Já as meninas são mais inteligentes, tem menina que lê um livro por dia ali dentro. São mais ligeiras. Por exemplo, o servidor sabe que mesmo que ele tenha todo esforço de ir à biblioteca e pegar um livro pro guri, ele não vai ler. É mais pelo passeio. As meninas leem, elas perguntam as coisas. São mais curiosas. Elas são mais fáceis de dialogar.

Mas essas descrições, e até elogios, normalmente vinham atrelados com caracterizações sobre as meninas que apesar de parecerem positivas, como “mais maduras, mais inteligentes”, pareciam ambíguas durante o atendimento.

Por serem mais “ligeiras”, a relação com as meninas parecia sempre possibilitar que elas fossem enganar os servidores, o que também poderia *confundir*. A alegada capacidade de manipulação das meninas normalmente vinha atrelada à necessidade de limitar o *vínculo* por parte do profissional. A maior parte dos agentes homens com quem conversei já tinham atuado em unidades masculinas, o que fez com que seus relatos fossem sempre narrados de forma comparativa.

O curioso disso era que constantemente os meninos eram descritos como mais propícios a episódios de “crises” por não permitirem uma interação tão profunda com os/as servidores. Ainda assim, eles pareciam ter mais credibilidade, como descrito por Rodrigo: “os meninos são mais transparentes. Por exemplo, eles são mais sinceros e mais verídicos. As meninas gostam de gambelar, elas pedem mais, elas tentam mais. Entre as meninas existem muita disputa interna, relação de posse”.

Os agentes entendiam como “mais transparente” o fato de os meninos não darem abertura para um diálogo, e pareciam naturalizar a vontade de “passar a perna” nos funcionários na primeira oportunidade possível. Mesmo assim, era delas que eles desconfiavam mais. Ainda de acordo com o agente Rodrigo:

Os meninos sempre querem te passar a perna... Você tem que ficar esperto. Mas as meninas têm uma lábia melhor, elas têm mais instrução geralmente,

sabem manipular... Elas vão perceber quem é mais maleável, para pedir coisas. Elas falam uma coisa para um servidor e outra para outro servidor.
[...]

Os meninos sempre querem se proteger, senão dos outros meninos, dos servidores, e por isso sempre tentam fazer estoque. As meninas não têm isso, não tenho medo de estoque... claro, pode acontecer, mas é menos comum.

O receio da má interpretação dessa maior proximidade fazia com que os agentes masculinos reforçassem que a atenção dada às jovens era limitada à relação de trabalho: “o *vínculo* precisa ser só profissional, você está aberto para conversas, mas não que comprometam”. Por “comprometimento” entendi que Rodrigo estava se referindo a uma possível acusação de assédio.

Este medo era fundamentado por duas razões: a existência de um precedente na unidade em que um profissional foi afastado após uma acusação de assédio; e a ocorrência de uma falsa acusação por parte uma jovem que somente foi esclarecida após envolvimento do judiciário e ministério público. Estes dois episódios, assim como os de rebelião, eram mencionados com frequência e moldavam como o atendimento socioeducativo era construído na unidade feminina.

Os agentes masculinos pareciam sempre ter o receio de serem vítimas de acusações de assédio. Isso se agravava na ausência dos meios necessários para se defender. Nesses casos, a assimetria das relações parecia se inverter.

Apesar da existência de câmeras de vigilância em toda a ala de segurança, o que, em tese, poderia servir como forma de garantia – tanto para meninas quanto para servidores – há tempos elas não funcionavam.

Até existia um projeto para adquirir novos equipamentos, mas devido a “uma questão burocrática” a compra acabou não sendo finalizada. O problema era que nas tratativas iniciais, tinha sido acordado que a empresa que venderia as câmeras seria a responsável por posicioná-las dentro das unidades e não a direção das casas socioeducativas.

Durante uma mudança na gestão do Dease, o novo diretor da sede acabou não concordando com o encaminhamento, “e daí, devolveram o dinheiro e tudo ficou como está”. Apesar da banalidade com que o problema foi encaminhado, Leonardo, que normalmente tinha uma opinião diferente da dos outros agentes, parecia não se importar com o desfecho da história. O agente era cético quanto à capacidade resolutiva do equipamento.

Na sua visão, a acusação de assédio, assim como a reclamação de agressão nas unidades masculinas, era mobilizada pelos adolescentes como ferramenta para atacar os agentes e provavelmente não iriam cessar, mesmo com câmeras. Apesar disso, a unidade tomava suas precauções, os trabalhos sempre eram desenvolvidos dois a dois. A vigilância viria dos próprios colegas de trabalho, que poderiam “testemunhar caso acontecesse algo”, nas palavras de Leonardo.

Mesmo com as dificuldades de manejar uma equipe desfalcada, os agentes sempre solicitavam a presença de outro durante os procedimentos de movimentação, mesmo que fosse olhando pelo final do corredor, à distância.

De forma geral, os agentes homens se sentiam “coagidos” devido a potenciais acusações de assédio. Algumas agentes mulheres pareciam ser solidárias aos colegas de trabalho. Ironicamente, as que mais ressaltaram a sobrecarga das agentes femininas foram as únicas que abordaram essa questão em seus depoimentos. A vice-diretora entendia que era correta a conduta dos agentes em fazer os procedimentos em duplas. “São nossos colegas, queremos que eles se sintam protegidos também”, me disse Angela, “por isso, evitamos que eles abram sozinhos os alojamentos”.

CONCLUSÃO

Durante esse capítulo busquei apresentar aspectos do cotidiano do Cense Joana Richa a partir dos documentos do conselho disciplinar, de trechos dos relatórios e dos depoimentos dos/as agentes de segurança. Com isso, quis ressaltar como as ambiguidades eram constitutivas do atendimento socioeducativo.

O *vínculo* era necessário e central para o desenvolvimento do atendimento, alguns eram permitidos, outros proibidos e alguns tornavam a relação entre servidor/a e menina *confusa*. Havia um empenho para fazer existir essas formas de relações, assim como limitá-las e desfazê-las.

A necessidade de *alinhar* as aplicações dos conselhos disciplinares era prejudicada devido as várias possibilidades interpretativas das ocorrências. Somado a isso, cumprir com rigor o enunciado pelas sanções poderia prejudicar o próprio atendimento, os agentes também tinham formas mais pedagógicas de resolver os conflitos: o que era feito pelas conversas.

A aplicação dos conselhos disciplinares estava sujeita a várias condições: o viés interpretativo de quem ocupava o cargo de direção, as formas de se relacionar dentro da

unidade e as experiências profissionais pretéritas dos/as agentes de segurança. Isso fazia com que as gravidades das práticas das meninas fossem percebidas de formas diferentes.

Havia a percepção de que as meninas eram manipuladoras, por tentarem conseguir o que queriam através do *vínculo*, ao mesmo tempo, era por este mesmo mecanismo que os/as agentes agiam: o *vínculo* também era um meio para um fim, o bom cumprimento da medida.

Por estas razões, ficava a dúvida sobre quem vigiava, quem manipulava e quem exercia autoridade sobre quem, tudo era potencialmente reversível. Ainda que as instituições permanecessem com o poder de decisão sobre o futuro das jovens.

Durante a realização da pesquisa, entendi que não existia um padrão na forma como estas situações eram levadas ao judiciário. Além das diferenças na percepção (entre unidades) sobre se uma conduta precisava ou não ser sancionada, entendi que o envio dos dados também não tinha uma forma definida. Por exemplo, em algumas épocas um relatório elaborado pelo técnico de referência era enviado pelo Projudi para o Judiciário; ou somente o documento da “oitiva” era anexado ao processo. Cada unidade tinha sua própria forma de se relacionar com esse instrumento e dentro do Cense Joana ele tendia a ser mais burocrático.

Parte do conteúdo dos conselhos disciplinares eram incorporados nos relatórios técnicos. Estes documentos tinham como o foco o estabelecimento da relação com demais instituições envolvidas no processo socioeducativo, para além da unidade, que influenciavam na decisão sobre as meninas. Como avaliações periódicas das jovens, os relatórios contemplavam as situações em que a jovem tinha se envolvido em algum conflito e quais as ações tomadas depois disso.

Entretanto, uma vez que este documento saía do Cense, as informações produzidas dentro da unidade sobre as meninas passavam a servir como testemunhos da qualidade do atendimento realizado pela equipe técnica. Ainda que o conselho disciplinar fosse um instrumento “pedagógico” inerente ao processo socioeducativo, ele poderia servir para outros fins quando na posse dos demais atores da política. Esse será o tema dos dois próximos capítulos, em que abordarei a produção do relatório técnico e a recepção deste documento pelos demais atores da política, Ministério Público e Judiciário.

CAPÍTULO 3. SOBRE OS RELATÓRIOS TÉCNICOS

Quando uma jovem era internada em uma unidade socioeducativa, seu *desligamento* estava condicionado a um *encaminhamento* por parte da equipe técnica da unidade que precisava ser aceito pelos demais atores da política (Judiciário e Ministério Público). Essas discussões eram feitas dentro do processo judicial, a partir do envio periódico dos relatórios técnicos elaborados dentro da unidade. Este documento dava início à discussão se uma menina tinha atingido ou não as condições necessárias para sair da internação.

O progresso da jovem era mensurado a partir dos combinados iniciais entre equipe da adolescente, assim que ela dava entrada na unidade, ainda na *recepção*, a partir do desenvolvimento do Plano Individual de Atendimento (PIA). Esse era o primeiro documento elaborado dentro da unidade, e servia como um “instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo” (BRASIL, 2006, p.48). Por garantia de equidade, entendia-se a capacidade de ofertar um atendimento adequado e individualizado aos/as jovens, uma das formas de respeitar sua condição em desenvolvimento como mencionado pelo artigo 3º do ECA.

O PIA era construído nos primeiros 45 dias de atendimento e servia como guia para as demais etapas de avaliação: os relatórios técnicos. Seu conteúdo deveria abordar quais atividades a jovem desejava realizar e quais metas poderiam ser estipuladas a curto e longo prazo. Uma vez estabelecidas as possíveis metas, as avaliações dos relatórios técnicos contemplariam uma atualização desse percurso, a “evolução” da menina durante a medida. Não tive acesso a nenhum PIA preenchido, somente um modelo disponibilizado pela psicóloga Flávia.

Considerando que durante o processo avaliativo das meninas ocorriam referências a este documento inicial e que a organização dos relatórios técnicos era muito semelhante, vou explicar brevemente como Plano Individual de Atendimento estava organizado.

O PIA era estruturado em 10 partes. Os dois primeiros tópicos deveriam ser preenchidos com informações para identificação da jovem e dados sobre sua medida socioeducativa, como: tempo total de privação/restrição de liberdade, data de apreensão, data da sentença, data da entrada na unidade e ato infracional.

O terceiro tópico, “introdução”, possuía um parágrafo em itálico que resumia as orientações para o preenchimento do documento elaboradas pela equipe do Dease: “para

a elaboração deste Plano, descrever as metodologias utilizadas (atendimentos individuais, atendimentos coletivos, reuniões, contato com familiares, contato com rede de atendimento, análise de documentação jurídica, etc.)”.

Era necessário instruir a jovem que as informações compartilhadas para o preenchimento do seu PIA eram confidenciais, frisando que “esse sigilo recaia sob a responsabilidade ética das pessoas que tiveram acesso a estas informações”.

A introdução também deveria contextualizar o percurso institucional da jovem, desde o cometimento do ato, dados sobre cumprimentos de medidas socioeducativas anteriores e o momento da apreensão, “uma vez que essa informação seria contextualizada nas avaliações técnicas”.

Parte das dissonâncias na concepção do processo socioeducativo pelos diferentes atores da política diziam respeito a estas questões: coisas que projetavam a menina para fora da unidade (seus futuros planos, seu progresso dentro da medida socioeducativa) contraposto as coisas que sugeriam que era necessário permanecer na medida socioeducativa (gravidade do ato e falta de suporte familiar).

O quarto item do documento, “Relatório Multidisciplinar”, deveria ser preenchido pela equipe da unidade. Esse tópico era subdividido em áreas que atendiam as meninas: serviço social, psicologia, pedagogia, terapia ocupacional, enfermagem, odontologia, medicina e equipe de segurança.

O quinto tópico, “Objetivos declarados pela adolescente”, destinava-se a elaboração de objetivos de curto e longo prazo. Novamente um parágrafo em itálico direcionava como o item deveria ser explorado.

A orientação incentivava a divisão em duas etapas para que os objetivos de longo prazo, que “*não necessariamente poderão ser cumpridos durante o período de cumprimento da medida*”, mas que deveriam servir como “*norte para os objetivos de curto prazo*” que poderiam ser contemplados. E dava uma sugestão do que poderia ser estipulado, como por exemplo, “*aqui os objetivos podem envolver educação formal, qualificação formal, cultura, espiritualidade, lazer, participação social e cuidados com a saúde*”).

No sexto tópico, os servidores das mesmas áreas do “Relatório Multidisciplinar” deveriam apresentar suas propostas de intervenções e encaminhamentos para cumprimento do PIA por parte das meninas: o que a equipe técnica entendia ser necessário para auxiliar as jovens a atingirem suas metas.

Estas propostas deveriam ser mais especificadas nos tópicos seguintes. No sétimo, contemplando as formas destas intervenções de forma mais explícita. E no oitavo, sugerindo como as famílias poderiam ser incluídas durante o processo.

No tópico nono, “Atividades Personalizadas”, referia-se aos objetivos que a jovem desejava alcançar dentro da unidade, como o que ela almejava dentro da área de escolarização, profissionalização, atividades culturais e quais tipos de atividade externa deseja conquistar.

O décimo tópico, “Designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida”, era uma observação para a equipe sobre essa possibilidade de encaminhamento, com uma orientação em itálico informando: “(quando possível)”.

Parte das informações apresentadas no PIA eram retomadas nos relatórios técnicos e ganhavam importância durante as avaliações posteriores. A partir da construção do Plano Individual de Atendimento a menina tinha um guia para orientar sua “evolução” dentro da medida socioeducativa. Periodicamente, seus progressos e retrocessos para alcançar estas metas eram registrados nos relatórios técnicos e encaminhados para o judiciário.

Trago essa explicação, pois era a partir deste ponto de referência que os trabalhos dentro da unidade eram estabelecidos. A depender dos objetivos listados pelas meninas, os/as servidores/as tinham como planejar quais ações fariam ou seriam possíveis de se fazer.

Ao final de cada período de seis meses, a unidade produzia a síntese informando quais tinham sido as conquistas da jovem e elaboravam o *encaminhamento* adequado. Em termos práticos, isso era um dispositivo no final do relatório, que após todas as manifestações das áreas técnica e de segurança informava se era possível a jovem sair da instituição. Este era registrada junto ao Judiciário pelo Projudi.

A partir da comprovação probatória apresentada pela unidade, resumida nos relatórios técnicos, o Ministério Público fazia a análise do encaminhamento sugerido e o magistrado tomava a decisão final. Neste capítulo, vou apresentar como esse documento era elaborado e quais eram as principais dificuldades em produzi-lo.

A manutenção e progressão da medida socioeducativa ainda significavam formas de responsabilização das jovens, só que numa perspectiva mais branda. Já a extinção significava que ela tinha sido *desligada* do processo socioeducativo porque teria atingido o seu fim, tanto como término como finalidade.

Para dentro da unidade, esses documentos significava avaliar o “progresso” da jovem a partir de um roteiro em que, basicamente, quanto mais dias sem se envolver em brigas e problemas, mais “conquistas” ela possuía e mais próxima de um *bom* relatório ela estava. A síntese das opiniões técnicas formava o *encaminhamento*.

A produção destes documentos também demandava que toda a equipe que realizava o atendimento chegasse a um consenso sobre qual era o melhor encaminhamento da jovem. A decisão em si era formalizada pelos/as profissionais de referência (a assistente social ou os psicólogos) responsáveis por escrever o dispositivo final.

Redigir o dispositivo final também tinha outro desdobramento, os/as profissionais de referência precisavam observar se existiam “discordâncias” entre as manifestações dos/as técnicos. Quanto mais coeso fosse o relatório, mais chances ele tinha de ser bem recebido pelos demais atores da política. Isso porque, embora se referindo-se a trajetória da adolescente, quando o documento saía do cense e passava a integrar o processo judicial era lido como uma “opinião técnica da unidade”.

Um *bom relatório* dependia da disponibilidade de oportunidades que visavam o “resgate da cidadania e oportunidade para uma nova vida”³⁷ por parte das meninas, como: cursos profissionalizantes, cursos educacionais, interlocução com a rede de atendimento municipalizada. Serviços que, por sua vez, também dependiam de diversas outras instâncias dos governos estaduais e municipais, que nem sempre eram resultado de decisões da unidade socioeducativa, sendo algumas articulações de incumbência da equipe sede do Dease.

Os relatórios registravam o histórico de esforços da equipe técnica para fazer com que as meninas atingissem os objetivos durante medida socioeducativa. O problema era fazer isso apesar das dificuldades em acessar os recursos necessários. Como comprovar que a jovem estava usufruindo do tempo da medida, mesmo sem a oferta de cursos profissionalizantes; ou exercendo seu direito à educação, mesmo sem turmas condizentes com sua idade. Cabia a equipe técnica, com as limitações da própria instituição, demonstrar os avanços da jovem. E isso colocava em prática a capacidade argumentativa por parte dos/as funcionários/as na produção dos relatórios.

As diferenças hierárquicas entre unidade e sede do Dease pouco importavam nessas horas, aos olhos externos da unidade. Mesmo que a falta de oferta de um serviço

³⁷ Frase reproduzida no site do Dease. A ideia da medida socioeducativa normalmente estava vinculada a oportunidade de um “novo projeto de vida”.

fosse responsabilidade da sede do Dease, e que ela também dependesse de decisões de outras instâncias, quando avaliado pela promotora passava a ser um encargo de quem executava a política na ponta.

Se o documento estivesse muito genérico ou com poucas iniciativas, seria mal avaliado e o pedido de progressão da menina seria negado. Uma *negativa* do pedido de progressão/fim da medida socioeducativa em um relatório, possuía efeitos diretos na jovem, mas também a equipe (que de alguma maneira também estavam sendo avaliados). Isso tornava a qualidade do documento uma preocupação constante, tanto para as meninas quanto para os/as servidores/as, que sentiam como se o esforço empenhado fosse considerado insuficiente.

Produzir estes relatórios também dava visibilidade às dimensões afetivas e estéticas desses documentos (HULL, 2012; RILES, 2006) manifestado pela angústia da equipe no momento da sua produção, que poderiam render respostas do Ministério Público, que dava ênfase a suas críticas utilizando de sinais gráficos, como frases em negrito e sublinhadas.

No início deste trabalho mencionei que uma das coisas que era de amplo conhecimento do mundo socioeducativo do Paraná, era que as jovens ficavam mais tempo internadas, e não raramente chegavam a completar o limite dos três anos. Isso ameaçava diretamente a produção de um bom relatório, pois cientes que nada as faria sair antes da internação, as jovens ficavam “sem perspectiva”.

Isso não era algo novo para a unidade feminina, retomo o depoimento de Gabriela, que exerceu a função entre 2015 e 2018. Na sua visão, existia um limite na capacidade do atendimento socioeducativo: “não estamos preparados para atender as meninas por tanto tempo, por exemplo, ela começa a repetir os cursos, vai perdendo a motivação”. A repetição de cursos ou “estagnação” dos benefícios da medida repercutiam de forma negativa em seus relatórios, como pretendo demonstrar durante o capítulo.

O que percebi ao longo da pesquisa foi que às vezes o foco de avaliação se concentrava em qualquer lugar, menos nas condutas das meninas, denominei essas situações como os outros fatores pertencentes ao processo socioeducativo, como: a dificuldade da equipe em redigir um bom relatório (por falta de *alinhamento* ou discordância); a relação prévia entre unidade e judiciário e seus desgastes; e a ausência de equipamentos públicos³⁸ externos à unidade para dar continuidade ao atendimento.

³⁸ Por equipamentos públicos, refiro-me aos serviços prestados pelos demais atores da rede de atendimento das crianças e adolescentes, executados à nível municipal, normalmente vinculados à assistência social.

Para fazer isso, dividi o capítulo em três partes. Primeiro, vou apresentar um panorama sobre a produção dos relatórios, os critérios de elaboração e as etapas. Na segunda parte, quero dar atenção a necessidade ao processo interno realizado pelos/as servidores/as de referência para enfatizar a coesão dos documentos. E na terceira, quero apresentar as estratégias argumentativas para demonstrar os avanços da menina dentro da medida socioeducativa apesar das limitações institucionais.

3.1 O DESAFIO EM SE FAZER UM *BOM* RELATÓRIO

Uma vez apresentado o PIA, o trabalho socioeducativo dentro da unidade se voltava para ações que auxiliariam as jovens a atingir os objetivos estabelecidos, os relatos deste processo eram registrados nos relatórios técnicos.

Este documento também possuía um modelo de referência, que assim como o PIA, orientava sobre o que deveria constar na sua avaliação periódica, publicado pela Portaria do Departamento de Atendimento Socioeducativo, nº 04/2018. O relatório técnico estava organizado em cinco partes, sendo as primeiras idênticas ao PIA: dados de identificação da jovem, dados sobre a medida socioeducativa, introdução e avaliação técnica multidisciplinar.

A diferença estava no desfecho, enquanto o PIA previa “objetivos” e “intervenções”, o relatório técnico previa: “encaminhamentos derivados dos estudos de casos”. Esse item demandava que a equipe da unidade socioeducativa apresentasse suas conclusões sobre determinado atendimento, manifestando-se sobre as possibilidades de manutenção, progressão e extinção da medida socioeducativa.

Estas conclusões eram produzidas no âmbito dos estudos de caso, reuniões realizadas com todos os profissionais que atendiam a jovem e que ocorriam na oportunidade da redação do relatório.

Após a realização dos estudos de caso, cada profissional escrevia um resumo das percepções da sua área técnica na seção correspondente. Esse documento era montado a partir de um word compartilhado pela rede interna dos computadores da unidade. A conclusão geral do relatório era redigida pelo/a profissional de referência e devia conter um dos encaminhamentos possíveis: manutenção, progressão ou extinção da medida socioeducativa.

Além da reunião coletiva da equipe, também era realizado um encontro só com a jovem para compartilhar o resultado das considerações. De acordo com a assistente

social Samira, as jovens “tinham ideia do que esperar” de seus relatórios a partir destes encontros com as equipes e os atendimentos individuais, assim como tinham ciência dos outros fatores que poderiam influenciar no seu julgamento.

A servidora mencionou que não era segredo para as adolescentes que o juiz responsável por julgar seus casos era famoso por deixar as jovens mais tempo internadas. Essa perspectiva era repassada quando elas eram apreendidas e levadas para o atendimento inicial na delegacia, fosse porque outras meninas comentavam ou porque os servidores mesmo falavam que “ela estava ferrada.”

Diferentemente dos documentos analisados no capítulo anterior, os relatórios eram padronizados e possuíam elementos formais bem definidos. Acessei quatorze documentos de 2016 a 2021, e mesmo com o passar dos anos, as alterações eram bem pequenas. Lendo os vários relatórios em sequência, era possível identificar quais parágrafos tinham sido alterados, recortados e suprimidos ao longo do tempo.

A relativa padronização do seu preenchimento também era devida à forma como os documentos eram elaborados. Quando Lívia assumiu a gestão da unidade, em 2019, além dos *alinhamentos* quanto à interpretação da Resolução nº 44/2016, a respeito dos conselhos disciplinares, também passou a exigir um *alinhamento* na produção dos relatórios técnicos.

A diretora estava colocando em prática uma incumbência definida pela sede do Dease em inserir um novo modelo de relatório técnico: “Modelo de Parecer Avaliativo de Medidas Socioeducativas de Internação”. Essa orientação funcionava como um “guia” sobre quais pontos a avaliação técnica deveria abordar e informava sobre a necessidade da inclusão do *encaminhamento* da menina, a principal inovação.

Essa era uma das respostas a alternativa de produzir melhores relatórios. Na visão da equipe sede do Dease, essa alteração era uma forma de obter resultados mais positivos junto ao judiciário. Por exemplo, antes da exigência por parte do Dease, os relatórios poderiam apresentar conclusões mais genéricas, como:

Diante do acima exposto verificamos que a adolescente K., necessita de um acompanhamento sistemático para revisão de conteúdos próprios, bem como para questões relacionadas à consciência do ato infracional praticado, nas suas responsabilidades enquanto pessoa e prospecção de um novo projeto de vida de maneira diferenciada. Desta forma, fica a cargo deste Juízo o melhor encaminhamento para a jovem em questão.

Relatório sobre K. 15 anos, dezembro de 2016.

Manifestações como a transcritas anteriormente corroboravam com a argumentação frequentemente mobilizada pela promotora: a de que o atendimento das meninas era *complexo* e, por isso, precisavam de mais tempo de internamento. Por outro lado, a incorporação dos *encaminhamentos* também permitia que novas exigências fossem cobradas por parte da Promotoria, que também passava a analisar criticamente a viabilidade das sugestões da unidade.

Na visão da atual diretora, o desafio da mudança era mexer com uma prática institucional corriqueira: a prática do *vai deixando*. Lívia se referia aos casos em que os/as servidores/as não queriam ser propositivos sobre o *encaminhamento* das meninas. Por outro lado, essa mesma prática poderia ser entendida como uma resposta ao cenário que a unidade enfrentava.

A reputação do Judiciário também impactava no trabalho técnico, a assistente social Samira via que isso de fato existia entre os/as funcionários: “nós também acabamos sendo influenciados. Debatermos às vezes, por que não pedir progressão, mesmo com cinco meses de medida socioeducativa? Só porque o judiciário nunca libera?”. Mesmo sendo contrária a inclusão do dispositivo, a servidora tinha consciência que cada direção administrava a política “do seu jeito”, e que mudanças institucionais eram comuns dentro da política.

Ter que se manifestar sobre as mudanças da medida socioeducativa significava mais responsabilidade por parte da equipe. Alguns técnicos não estavam contentes com essa inovação, por entenderem que existia um conflito entre o exercício da profissão e a tomada da decisão, afinal “não somos o judiciário”, como mencionado por uma das servidoras.

Apesar da expectativa de melhora dos resultados com a inclusão dos *encaminhamentos*, não havia nenhuma receita que garantisse que um relatório era bom, isso só era decidido depois que ele saía da unidade. Isso só era possível constatar após o parecer positivo do judiciário, algo que não se poderia prever.

Para implementação da mudança, a diretora Lívia realizava os *alinhamentos* e convocava os profissionais que “tinham mais sucesso com essa parte de fazer a conversa com a *rede*³⁹”. Na visão de Lívia, “o que mudava tudo era ter *encaminhamento*, pedir liberdade assistida, fazer parcerias com o meio aberto...”. A diretora relatou que as

³⁹ Termo nativo para se referir ao conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais necessárias para a política de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso poderia envolver: serviços de assistência social, sociedade civil e ONGs, por exemplo.

equipes dos municípios responsáveis pelas medidas em meio aberto tinham ficado mais fáceis de se contactar desde o começo da Covid-19, devido à utilização mais intensa dos meios eletrônicos de comunicação, mesmo que alguns locais tivessem suspenso os atendimentos diante da pandemia.

O termo mobilizado pela diretora não se restringia a uma posição da equipe, mas referia-se a uma estratégia de argumentação. Apesar das incertezas dos encaminhamentos e da avaliação dos relatórios, o que me parecia era que se supunha que as meninas precisavam estar em constante tutela.

Os alinhamentos eram importantes também pois muitos dos/as funcionários/as que atuavam na unidade só conheciam de fato a temática após sua aprovação no concurso, como enfatizado no capítulo anterior. Era comum cada servidor/a entender seu ofício de forma diversa, quando não deslocado da sua real função. Essa complexidade se somava à produção destes documentos e reforçava a importância dos *alinhamentos*, que mesmo com as várias orientações e modelos de referência, pareciam ser desafiadores na sua produção.

As capacitações não se restringiam à equipe técnica, a diretora também organizou a realização de oficinas para que as meninas e funcionários/as fossem informados como as avaliações eram feitas e qual era o processo a ser seguido. Produzir estes documentos também envolvia estabelecer um processo aberto com as jovens, e isso estava intimamente ligado à construção do *vínculo*. Lívia enfatizou que as jovens “precisavam saber o percurso”. Perguntei se a situação se assemelhava a um videogame, e ela respondeu que sim: “a menina vai conquistando coisas, evoluindo ou regredindo com base em faltas ou comportamentos. Vai passando de fases”. Para saber o percurso as normas precisam ser claras dentro da unidade – por isso, a importância das oficinas e dos alinhamentos mencionados no início.

Nos documentos que pude consultar, a maior parte dos relatórios que estavam sendo elaborados pela primeira vez, recomendavam a permanência das jovens da unidade. Dos 14 relatórios a que tive acesso, apenas quatro tinham encaminhamentos solicitando progressão ou extinção da medida, e nesses casos as meninas já tinham permanecido pelo menos um ano na unidade.

Uma vez que a produção de um *bom* relatório não possuía uma receita certa, a unidade lançava mão de diferentes alternativas. Para a diretora Lívia, a produção da coesão do documento estava na fase de aparar os excessos, referindo-se às

características/palavras que poderiam ser usadas para descrever as meninas e que, sem querer, poderiam ser usadas contra elas. Algo que será retomado mais tarde.

Lívia chamou atenção para outros fatores que poderiam influenciar a avaliação dos relatórios. Ela mencionou certa dificuldade da relação entre unidade e Judiciário. Como exemplo, a diretora narrou um caso em que a Defensoria Pública havia recorrido de uma decisão do Juiz de Curitiba, que tinha negado a extinção da medida socioeducativa de uma jovem. No Tribunal de Justiça, a decisão acabou sendo reformada e o pedido da Defensoria Pública foi acolhido.

O problema era que a disputa judicial acabou se revertendo em uma indisposição entre os diferentes atores da política. O Juiz de Curitiba “ficou descontente” com a decisão e como consequência, Lívia sabia que os próximos relatórios encaminhados para avaliação seriam negados, “mesmo que uma coisa não tivesse nada a ver com a outra”.

Apesar disso, essas frustrações não eram exclusivas da unidade. Os funcionários sabiam identificar esses descontentamentos. O psicólogo Alberto, por exemplo, entendia que era possível aferir esse sentimento por parte das outras autoridades nos encontros presenciais, na mudança do tom de voz, gestos e formas de gesticular, mas também através das manifestações escritas no processo, como os trechos em capslock, negrito, itálico que visavam dar ênfase.

Esse era mais um episódio que se somava a outros vividos pela unidade e que impactavam na avaliação dos relatórios das meninas, na visão de Lívia. Os processos avaliativos também se pautavam pela relação institucional entre os atores. Essa era outra particularidade do atendimento feminino.

Devido a localização do Cense feminino ser na capital, isso vinculava o atendimento do Cense Joana pelo mesmo grupo de atores que tendiam a permanecer em seus cargos por muitos anos. Ainda que as instituições fossem diversas, os atores eram específicos, sendo que nem sempre suas concepções sobre o que significava o processo socioeducativo eram convergentes, mesmo que todos estivessem zelando pelo melhor interesse da adolescente. Algo que vou aprofundar no próximo capítulo.

Em vários momentos também tive acesso a rumores que de que em tempos passados, quando os representantes Judiciário e Ministério Público eram outros, as meninas não ficavam tanto tempo internadas, pois existia “confiança no relatório técnico” e um canal aberto entre unidade e judiciário. Mesmo em casos de homicídio, as meninas ficavam menos tempo do que hoje em dia. O rigor do Juiz em proceder às avaliações atualmente teria se intensificado após um episódio em que, durante uma inspeção de

rotina, teria ocorrido um desentendimento e as meninas xingaram o magistrado. Desde então, ele teria ficado mais rigoroso nas avaliações dos relatórios.

Apesar da existência de critérios objetivos para que a menina pudesse ser considerada apta a progredir de medida: como ter bom comportamento, realizar as atividades da unidade e demonstrar maturidade na reflexão sobre seus atos, era necessário contar com outros fatores não tão óbvios.

Começo pelos critérios de mais fácil definição. Basicamente, as questões analisadas pela equipe para mensurar quando uma menina estava progredindo dentro da medida socioeducativa seguiam um roteiro. De acordo com a descrição da diretora eram avaliados: o comportamento da jovem em relação à equipe e às outras internas, o não envolvimento em casos de *conselho disciplinar* e o acúmulo de conquistas. Mas mesmo seguindo esse roteiro, nem sempre ele repercutia do mesmo jeito. De acordo com Livia:

precisa de um ano sem conselho disciplinar, pelo menos. Porque o juiz e a promotora pegam casos de um ano atrás, então mesmo que você tenha sido 'ok' nos últimos seis meses, não tenha pegado nenhuma medida disciplinar, eles revivem esse histórico de um ano atrás. E se você tiver pegado conselho, você está marcada.

A diretora também mencionou que essas questões dependiam da *leva* de meninas. Apesar do histórico de mais tempo de internação, durante a realização da pesquisa, a diretora informou que as jovens estavam sendo *desligadas* mais cedo da unidade, o que confirmava o sucesso das mudanças adotadas na visão de Livia, meninas com apenas seis meses ou um ano de medida socioeducativa tinham ganhado progressão.

Segundo a diretora “o que mais mudou era o discurso da equipe”. Sua ênfase chamou atenção para algo que se tornou mais relevante ao longo da pesquisa: parecia que o maior sucesso na obtenção de pareceres positivos perante o judiciário não era necessariamente consequência de um melhor desempenho por parte das meninas, mas de ações proferidas pelos/as servidores/as.

Mesmo resistência, a diretora entendia que o esforço dos *alinhamentos* estava sendo bem-sucedido, mesmo que isso não alterasse sua sensação de falta de controle. A desconfiança aqui passava a ser entre os demais atores da política e a unidade. A resposta aos relatórios sempre era um momento de incerteza. Às vezes, abarcavam coisas sobre as quais a unidade não tinha domínio direto.

Os fatores não óbvios que influenciavam no bom relatório eram mais bem percebidos pelos profissionais de referência. Durante a realização da pesquisa, tive mais

contato sobre esses atendimentos com Samira e Alberto, pois a psicóloga Flávia estava de férias. Por isso, vou focar em seus relatos para apresentar com o atendimento era feito.

Samira era uma das que estava em teletrabalho durante o período da pesquisa por ser do grupo de risco da Covid-19. Normalmente, ela e a área da psicologia alternavam os atendimentos das meninas. Antes da pandemia, essa escala de atendimento já era prejudicada devido à ausência de outro profissional de assistência social. Com seu remanejamento para teletrabalho, Alberto e Flávia acumulavam toda a carga de atendimento, mas depois de um arranjo, parte das responsabilidades passaram a ser desempenhadas pela Terapeuta Ocupacional, Débora.

Conversei com Samira por meio de vídeo chamada, em março de 2021. Uma coincidência entre as pessoas da equipe técnica com quem conversei era que todos definiam o que eles faziam mencionando as coisas que não caracterizavam (ou limitavam) seu trabalho. Por exemplo, Samira me explicou que como assistente técnica existia um “estigma de que só fazia ligação”, mas não era só isso. Parte do seu trabalho era ajudar a menina a “contar sua história”.

A assistente social era uma das servidoras que se incomodava com a necessidade de se posicionar sobre a possibilidade ou não de progressão da medida das meninas. Na sua visão, o esforço parecia desnecessário porque: “nunca se sabia o que o judiciário iria pensar. A gente se arrisca. Considera o bom comportamento, se a jovem refletiu sobre o ato, se refletiu e conversou sobre as dinâmicas familiares”. Em certa medida, a desmotivação também aparecia entre a equipe técnica, que pela falta de clareza nos critérios que estavam sendo avaliados também tinham que lidar com a angustia do desconhecimento.

Para Samira, fazer um *bom* relatório era valorizar o que a menina possuía de positivo. Por exemplo, mesmo nos casos em que as jovens não possuíam uma família nuclear, era importante considerar as dinâmicas de outras possibilidades de sua rede de apoio, como vizinhos.

Tanto a assistente social quanto o psicólogo tentavam agendar os atendimentos visando não coincidir com as poucas atividades da tarde disponíveis, por isso os encontros não eram fixos e poderiam ser realizados até nos finais de semana dependendo da rotina.

A função dos/as profissionais da psicologia e da assistência social era escutar as meninas para iniciar seus atendimentos: conhecer sua dinâmica familiar e amigos, atividades relacionadas ao lazer, vontades para o futuro e possibilidades de trabalho. E, claro, trabalhar as circunstâncias que levaram ao ato infracional. Ao contrário dos agentes

de segurança, que viam esse ofício como algo que desviava da sua função, o técnico tinha a missão de conhecer profundamente as meninas.

Samira me descreveu os momentos de atendimento como encontros marcados por muito choro, desabafos sobre problemas de convivência e familiares. Esse momento de acolhimento era importante para a constituição do vínculo e para instruir a menina sobre o que era uma medida socioeducativa e quais as funções da unidade.

Durante a pandemia parte das atribuições da assistente social estavam sendo executadas por outros profissionais técnicos, como por exemplo, a aproximação com as famílias das jovens realizada pela terapeuta ocupacional, Débora.

A assistente social explicou a importância em aproximar os familiares das jovens. Parte de seu trabalho era informar os parentes sobre como o processo socioeducativo estava estruturado e a diferença da realidade das penitenciárias (que tinham uma pena estabelecida); explicar como eram realizados os procedimentos de visitas (que durante a pesquisa estavam suspensos devido a pandemia) e quanto tempo a menina ficaria dentro da unidade.

Às vezes isso também poderiam ser um problema para o estabelecimento do *vínculo*. A servidora Samira relatou que algumas jovens não se abriam com ela com receio que a servidora contasse algo que era um segredo: “às vezes a menina não quer comentar algo sobre sua vida com medo de que chegue nos seus familiares alguma informação. Ou, ao contrário, se aproxima mais justamente por isso, depende da menina...”.

Essa era a mesma observação do psicólogo Alberto, que também fazia ressalvas sobre o exercício da profissão dentro da socioeducação que exercia desde 2006. Ele não considerava sua ação como um trabalho terapêutico, justamente pelas contradições em que se encontrava, como realização de estudos de casos em que suas contribuições poderiam expô-la.

Parte deste sentimento de inadequação era devido ao tipo de informação que era trocada com as jovens e suas possibilidades de ação após isso. Como exemplo, ele relatou um caso de uma jovem que ele acompanhava por nove meses e que a todo tempo negava o ato infracional, “até que um dia ela disse que iria contar a verdade” e confessou ter sequestrado um bebê. Algo que, apesar de ilícito, ele não teria que comunicar a outras pessoas pelo privilégio

Outra atribuição dos/as técnicos/as era gerir as diferentes desigualdades que perpassavam as realidades das meninas, e mesmo assim ressaltar o lado mais “positivo”. O que dificultava esse processo eram os momentos que as jovens “traziam coisas que

extrapolavam a questão sobre o ato infracional ou não se abriam”, como dito pelo psicólogo Alberto. Por exemplo, situações em que o arranjo familiar da menina estava muito comprometido e que ele sabia que, apesar do esforço, não resolveria a questão eram desafios para a produção de um relatório: “se menina e mãe brigam, certamente a menina vai ficar mais tempo na rua, ou tem casos em que a mãe não quer mais a filha”.

Para explorar isso, vou expor um caso prático, em que apesar das desvantagens, o relatório visava ressaltar os pontos fortes da trajetória da jovem. Mesmo que o *encaminhamento* não sugerisse uma progressão, o conteúdo contido em qualquer avaliação precisava ser calculado para não comprometer suas chances de progressão no futuro.

CASO AMANDA:

Amanda possuía 14 anos quando foi apreendida e encaminhada para o Cense Joana Richa devido a suposta prática de tráfico de drogas. A jovem possuía mais quatro irmãos, mas era a única que ainda residia com a mãe e o avô. A genitora possuía problemas com alcoolismo e, por um tempo, Amanda teve que ficar em um abrigo, retornando para a guarda da mãe posteriormente.

Durante o período de internação, a equipe da unidade buscava aproximar a família do atendimento e ressaltava o interesse dos familiares em “mudar a forma de organização familiar bem como a conduta com a adolescente, com a tentativa de impor limites, com apoio e cuidados”.

Apesar de algumas idas presenciais na unidade, na oportunidade da redação do relatório a família estava há três meses sem poder visitar a jovem. Por conta disso, os contatos estavam sendo realizados por ligações telefônicas e cartas, “o que causava tanto na adolescente como na sua família sofrimento”.

A equipe da unidade socioeducativa buscou informações com o setor do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e foi informada de que a família de Amanda passava por uma “situação de vulnerabilidade social” e era acompanhada por serviços sociais de proteção, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). Um dos objetivos deste programa era “prevenir a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida”.

Além disso, a unidade tinha sido informada de que a família de Amanda tinha procurado o CRAS, solicitando auxílio na aquisição de passagens para visitar a jovem no período de

internação, mas que até o momento “não tinham obtido êxito, pois os municípios não possuíam recursos”.

De acordo com sua avaliação técnica, o afastamento de seus familiares fez com que a jovem refletisse sobre suas perdas, mas também intensificou a necessidade “contato e de relacionamento afetivo” com outras pessoas. Amanda estava se esforçando para “analisar os motivos presumíveis de suas dificuldades internas” buscando estabelecer “metas condizentes com o socialmente aceito e com sua capacidade de realização atual, prospectando boas condições de readequação social”.

Em situações como essa, parte do trabalho técnico era ressaltar que a família – apesar de as carências – estava procurando condições de superar as dificuldades. E isso contava no processo de avaliação da jovem. E ressaltar que Amanda mantinha uma conduta respeitosa com a equipe da unidade, apesar das frustrações, e não dificultava o cumprimento da medida.

Tornar visível o panorama da realidade da adolescente também era uma das maneiras de fazer um bom relatório:

De acordo com o relato da jovem, a comunidade em que reside é comum que as pessoas façam uso de drogas, pois “não há um espaço para atividades de cultura, esporte em seu bairro”. A menina tinha desistido da escolarização, pois tinha dificuldade e sentia vergonha em estar “em uma sala de aula com crianças menores do que ela”. Amanda chegou a pedir ajuda para sua mãe e para a diretora da escola, que então estudava, para ser transferida para outro local, em que havia mais jovens em uma situação parecida, mas não havia conseguido vaga.

O reforço da carência de políticas públicas adequadas era ressaltado para indicar que a jovem não estava tendo acesso a seus direitos básicos, “indispensável um trabalho da *rede* para que a adolescente tivesse condições de enfrentar as situações socialmente negativas”. O termo mobilizado– *rede* – era muito utilizado na socioeducação e fundamental para entender sobre as “outras coisas” que compunham a avaliação das meninas.

Por *rede*, referia-se à articulação de diferentes serviços sociais que eram necessários para atender a “proteção integral” preconizada no Estatuto da Criança e Adolescente. A ausência de uma vinculação com outros serviços municipalizados prejudicava a possibilidade das jovens de saírem da unidade. Por isso, era importante expor que a técnica estava em contato com a rede municipal de atendimento.

No relatório de Amanda, comentou-se que a manutenção da medida socioeducativa era necessária para que a jovem “pudesse dar continuidade ao processo reflexivo, favorecendo a organização social e familiar” visando o futuro *desligamento*. E recomendava a manutenção do atendimento da família no CRAS, para que “fosse articulado a inserção da jovem em programa de proteção, preferencialmente em período integral, minimizando assim, as possibilidades de reincidência”. A equipe técnica tinha o desafio de ter que encontrar uma ordem em meio ao caos, de situações que acometiam a vida das meninas muito antes do ingresso na unidade socioeducativa.

3.2 O ESFORÇO PARA A PRODUÇÃO DA COESÃO:

Mencionei anteriormente que apesar de existirem parâmetros para se fazer um bom relatório, essa certeza só era confirmada uma vez que ele saísse da unidade. Além disso, chamei atenção para os *outros* fatores que também compunham a avaliação da menina e que poderiam impactar seu processo de desinternação. Nesta seção, vou focar na fabricação de um relatório por parte da equipe.

As dificuldades em construir os relatórios e as particularidades do Cense Joana Richa também foram mencionadas a mim pela psicóloga Flávia. Ela era uma das técnicas mais recentes da unidade. A relação entre cense o poder judiciário não passou despercebida pela funcionária, que também identificava que essa era uma das principais diferenças no atendimento feminino:

O Judiciário é outra diferença. Aqui as meninas ficam mais tempo internadas. Ainda que em 2020 tenham saído duas, foi para poder entrar mais duas. Lá [unidade antiga] entre os meninos, fez 18 anos é: “boa sorte”. Aqui não, normalmente uma menina quando sai, mesmo com 18 anos, pega uma liberdade assistida ou outra medida aberta.

A observação de Flávia era interessante, pois reforçava a ideia de que as meninas precisavam estar sempre tuteladas. Isso porque a liberdade assistida, apesar de livre ainda implicava em um controle da vida da jovem fora da unidade, exercido por instituições municipalizadas vinculadas à prefeitura.

De certa maneira, a coesão também possuía duas dimensões. Internamente, referia-se à elaboração de um texto coeso por parte da equipe, que possuísse coerência entre as diversas opiniões técnicas – processo inerente a produção de um

encaminhamento. Já para fora da unidade, a coerência significava a demonstração disso com a sugestão de um caminho possível para as meninas.

Como reforçado por Flávia, normalmente, o caminho das meninas demandava mais conexões do que os meninos (na perspectiva dos que já tinham trabalhado com as duas equipes). Era importante para a sugestão de *desligamento* que a jovem teria com quem contar quando saísse da unidade: fosse os equipamentos públicos de assistência social ou familiares que pudessem ampará-la.

Flávia me relatou que a unidade em que ela atuava anteriormente era a responsável por elaborar o modelo de relatório que estava sendo implementado no Cense Joana Richa, referente aos *encaminhamentos*. Este modelo seria resultado de uma experiência do Cense Laranjeiras do Sul, localizado a 360 km de Curitiba na região Centro Oestes, desde 2017.

Seu conteúdo priorizava o padrão de informar sobre a rotina diária da menina, dinâmica familiar, mesclando o que ela relatava com a avaliação da equipe que atendia a jovem. Estes eram os tópicos abordados no estudo de caso, do qual deveria resultar em alguma sugestão sobre *encaminhamento*. A psicóloga enfatizou que o importante era o relatório “ter embasamento... ter fundamento... o encaminhamento precisa ter argumento”. Isso significava que para ter consistência interna, era necessário elementos concretos que sustentassem as conclusões.

Eu já tinha realizado a leitura de alguns relatórios e persistiam várias dúvidas, como por exemplo, como fazer um *encaminhamento* no caso de discordâncias entre as áreas técnicas, o que fazer quando uma área entendia que era possível pedir o fim da medida para uma jovem e a outra não?

Comentei sobre essas dificuldades com Flávia e mencionei sobre os contrastes entre uma área e outra. Ela respondeu exemplificando uma situação que havia ocorrido com ela. Uma vez em um estudo de caso, Flávia tinha sido a única técnica que discordava do encaminhamento acordado pelos demais. Diante da necessidade de criar um relatório coerente, ela revisou seu parecer técnico para oferecer subsídios à decisão da equipe.

A psicóloga deu especial atenção ao cuidado com as palavras. Nos casos em que ela era a profissional de referência, gostava de redigir a sua manifestação por último e assim poderia “finalizar” o documento para que ele não ficasse contraditório.

Vou resumir dois exemplos destes tipos de relatórios. No primeiro, quero ressaltar como a unidade utilizava as estratégias argumentativas para embasar a saída da menina da unidade, e como o esforço das conquistas poderiam ser demonstrados. A

unidade precisava enfrentar os fatores alheios ao seu poder de incidência, como no caso de arranjos familiares fragilidades ou ausência de rede de proteção suficiente para permitir que a jovem continuasse a ter acesso algum tipo de acompanhamento pós medida.

No segundo, quero apresentar as situações em que a coesão era prejudicada justamente por conta das divergências dos/as funcionários/as. Uma vez fora da unidade, o conteúdo incluído no relatório técnico deixava de ser de domínio dos funcionários, e poderia ser manejado conforme a visão dos demais atores da política, fosse para concordar ou discordar do *encaminhamento* proposto.

CASO ANGÉLICA

Angélica tinha 15 anos quando foi apreendida pela prática de roubo majorado e homicídio qualificado tentado. A jovem, então com 18 anos, estava no seu 4º relatório, e já tinha exaurido todas as atividades que poderiam ser realizadas dentro da unidade socioeducativa. Por isso, a equipe buscava demonstrar as razões pelas quais a jovem deveria ser encaminhada para a liberdade assistida. Para isso, era enfatizado que “questões do cotidiano institucional” não eram mais abordadas, visto que a jovem já tinha se adaptado amplamente com a rotina na unidade.

O documento enfatizava o desenvolvimento de sua autopercepção e reconhecimento do progresso no amadurecimento. A jovem tinha realizado quase todos os objetivos pactuados desde o começo do seu atendimento, previstos no seu PIA.

Angélica não tinha se envolvido mais em conflitos, o único impedimento era que sua mãe não poderia “aceitar a jovem novamente em casa”. Após um período desaparecida, a mãe de Angelica voltou a ser contactada pela unidade, que demonstrou as diferentes formas de localizar a mãe da adolescente.

O objetivo do documento era embasar o pedido de liberdade assistida por parte da unidade. A relação prejudicada com a genitora era um fator que poderia retardar isso, afinal, era necessário demonstrar que a jovem tinha com quem contar fora da unidade. A solução possível, era o documento relatar as conquistas da jovem, o trabalho da equipe em criar um bom *encaminhamento* e deixar claro que depois de certo limite, a responsabilidade não estava mais no poder do Cense.

Por exemplo, segundo o setor de psicologia:

O setor de psicologia mantém os atendimentos individualizados ofertados a Angelica com frequência semanal, sendo observado expressivas mudanças em seu percurso socioeducativo. Há uma marcante evolução neste período, ocorrendo a superação de aspectos apresentados em relatório anterior. Não são mais abordadas questões do cotidiano institucional, pois não há demanda neste aspecto.

[...]

Finalmente entendemos que a reavaliação do PIA foi crucial para reavaliar os objetivos e as funções da medida socioeducativa. Deste modo consideramos que a adolescente efetivamente cumpriu com as proposições contidas em seu PIA, atingindo a maturidade crítica diante de seus feitos e de suas relações familiares e sociais, reconhecendo que a vida em sociedade se pauta em regras socialmente aceitas e elaborando um projeto de vida orientado para seu crescimento pessoal. Assim observamos que o trabalho do setor de psicologia está finalizado, sendo oportuno a adolescente prosseguir sua trajetória socioeducativa em ambiente distinto da privação de liberdade.

Apesar dos esforços, existiam coisas que escapavam do poder da unidade. À equipe técnica sobre cabia avaliar se isso poderia oferecer um risco para a jovem, e enfatizar que a adolescente estava preparada para aceitar a decisão e lidar com as consequências:

Deste modo consideramos satisfatória a presente posição da mãe, embora não ideal, quer seja, definir qual de fato será a residência futura de Angelica somente quando ocorrer a liberação da mesma deste CENSE, pois em nossa opinião é o ápice do que foi construído durante a trajetória de Angelica nesta instituição.

[...]

É importante ressaltar que Angelica é completamente ciente da posição materna diante desta questão, inclusive concordando sem apresentar qualquer objeção. Conforme citado anteriormente, a capacidade de retomar aspectos de sua vida através de uma visão crítica, aparece nesta situação quando a própria Angelica, embora manifeste o desejo de residir na residência materna, apresenta receios ao reconhecer que há mágoas e fragilidades de ambas, mãe e filha.

[...]

Em que pese toda construção possível de um retorno de Rayana ao convívio familiar foi construído pelas intervenções com a família promovidas por este CENSE [...] informamos que em contato com o CREAS, o mesmo se comprometeu a observar com atenção especial a situação familiar, tão logo ocorra o desligamento de Angelica da atual medida socioeducativa.

Parte da estratégia empenha neste documento era demonstrar que a medida já tinha atingido seus objetivos para a menina: ela não se envolvia mais em brigas, tinha amadurecido sua visão sobre o envolvimento no ato infracional e havia a possibilidade de acompanhamento sociotécnico quando saísse da unidade. Além de reforçar que a equipe já tinha realizado todos os procedimentos possíveis para facilitar o retorno da jovem à sociedade.

Situações como de Angélica eram frequentes dentro da unidade e desafiavam a equipe a inovar em seus pareceres para demonstrar como efetivamente o atendimento socioeducativo tinha alcançado seu fim.

O psicólogo Alberto, por exemplo, via com dificuldade em propor bons encaminhamentos diante de arranjos familiares muito fechados que impedissem qualquer intervenção: “sim, tem o trabalho da rede, tem o conselho tutelar, tem o Cras e o Creas, mas tem um limite”. Na visão de Alberto, a política socioeducativa abarcava fenômenos sociais mais amplos do que o cometimento de práticas ilícitas, o que dificultava sua atuação.

Como já mencionei, as *negativas* deixavam as meninas chateadas, mas também afetavam os técnicos e os agentes socioeducativos. O psicólogo Alberto expressou sua frustração e disse que “aprendeu a entender algo que já era explicitado: os relatórios são acessórios e não decisórios. Somos um braço do judiciário, um braço que informa sobre a medida e que executa a medida socioeducativa”.

Na visão do servidor, o Juiz e o Ministério Público usavam as informações dos relatórios “muito bem, tanto para as coisas boas quanto para as coisas ruins”. Como exemplo ele relatou o caso de uma jovem que a equipe técnica havia sugerido a progressão da medida socioeducativa para liberdade assistida por três vezes.

A menina já havia conquistado a possibilidade de realizar atividade externa e inclusive estava trabalhando em uma padaria, mesmo assim, todos os pedidos de progressão tinham sido negados. Na visão do psicólogo, existia um excesso na vinculação do poder judiciário ao ato infracional da menina que impedia que fossem percebidas as conquistas durante o tempo dentro da unidade. Ainda que não pudesse ser ignorado, precisava ser equilibrado.

A seguir exponho o segundo caso de relatório, um exemplo de situação que se almejava evitar a partir dos *alinhamentos*. Quando a diretora me enviou exemplos de

relatórios, mencionou que tinha separado um caso “bem complexo” para analisar, o caso de Luisa, que materializava as situações contraditórias.

A diretora, que também poderia desempenhar a função do profissional de referência e preencher o dispositivo final do documento de maneira excepcional, disse que já tinha passado por situações em que precisou cuidar com as manifestações por parte de alguns funcionários.

O caso tinha ficado marcado devido ao posicionamento do médico, que chamava mais atenção. O Cense Joana Richa recebia de tempo em tempos profissionais de medicina contratados pelo PSS. A rotatividade da vaga não acompanhava os processos de *alinhamentos* que reforçavam a necessidade de coesão dos documentos e isso poderia favorecer manifestações “contraditórias” entre os técnicos.

Além disso, algo também destoava na manifestação do profissional de referência que atendia a menina, o psicólogo que a atendia na época, apesar de conduzir sua redação enaltecendo as conquistas da jovem terminou sua avaliação de forma negativa, não deixando claro as razões para isso.

CASO LUISA

Luisa tinha 18 anos quando foi apreendida em decorrência de um homicídio qualificado e ocultação de cadáver. Há um ano e quatro meses, Luisa estava internada no Cense Joana Richa. A menina contava com acompanhamento familiar, sendo rara as vezes que a família não comparecia na unidade.

Por não estar mais cursando a educação básica, Luisa não estava tendo acesso às atividades de escolarização de forma regular, e por isso estudava por conta própria na biblioteca, pelo menos três horas por dia. A menina estava se preparando para o ENEM e já havia concluído dois módulos de cursos fornecidos pela FGV em administração. Além disso, havia expectativa de inscrevê-la no processo seletivo da Formação de Oficiais da Polícia Militar.

De acordo com o parecer pedagógico, a jovem parecia aproveitar as oportunidades que recebia e se destacava nas atividades que realizava. O laudo da terapeuta ocupacional também enaltecia a receptividade da jovem, e sua capacidade de se organizar para aspectos do futuro pós medida, “denotando clareza sobre os caminhos que pretendia seguir”.

Luisa era enaltecida por estar sendo uma “boa influência” para as demais jovens que apresentavam problemas de relacionamento e capacidade de seguir as regras. A manifestação da equipe de segurança seguia o mesmo entendimento, e ressaltava a “boa adaptação à rotina institucional”. Luisa já havia conquistado todos os benefícios dentro da instituição, em um ano e 4 meses de internamento.

Apenas duas manifestações destoavam das demais: a do profissional de saúde e a da área da psicologia. A manifestação da área da saúde, elaborada por um servidor contratado em regime de PSS que atuou em outros tempos na unidade, adicionou em seu parecer informações que excediam a competência do prontuário médico:

apresentou poucas demandas clínicas, todas de baixa complexidade e resolvidas no âmbito da instituição. O ato infracional cometido pela adolescente, considerando-se a premeditação, a participação de outros e o *vínculo* familiar com a vítima, bem como o modo perverso da execução, contrastam com as atitudes e o comportamento da adolescente durante o cumprimento da medida socioeducativa. A postura de não admissão da relevância da gravidade do delito, pode indicar processo de negação ou banalização do mesmo e por si só, já ser sugestivo de investigação e análise psiquiátrica para possível diagnóstico patológico e estabelecimento de conduta específica. A adolescente aguarda consulta no CAPs conforme disponibilidade da agenda daquela instituição.

A manifestação do médico excedia o que era esperado de sua competência. O reforço do ato praticado, referindo-se as circunstâncias específicas do crime, não eram contextualizadas no documento. Por ser o terceiro relatório elaborado, essas informações não eram incluídas na avaliação, tampouco deveriam ser centrais no relatório. Uma vez dentro da unidade, cabia a equipe técnica avaliar sua progressão dentro da medida socioeducativa e auxiliar seu processo de responsabilização.

O que percebi era que a perspectiva médica acabou sendo incorporada pelo profissional de referência da menina que finalizou a redação. Como consequência, o encaminhamento da jovem no relatório mencionava que, apesar do reconhecimento dos significativos avanços e progressos da jovem, “ainda era conveniente sua permanência institucional para obter avanços no que diz respeito ao seu processo reflexivo em relação as suas escolhas e ações que culminaram com a imposição de sua privação de liberdade” e formalizou a sugestão da manutenção da internação da jovem.

A explicação mencionada para justificar tal decisão poderia ser encontrada um último parágrafo da área de psicologia, que, após um longo parecer elogiando a menina, enaltecendo sua “evolução” dentro da medida, reforçava a necessidade de mais cuidados:

[...] O setor de psicologia avalia que embora a jovem evidencie conquistas objetivas como atividade externa e quarto coletivo, ainda encontra-se aquém do almejado em relação a uma releitura de sua história progressa, capaz de contemplar a singularidade de sua real contribuição no ato infracional, estando em jogo a permanência de resistências que impedem uma elaboração aprofundada.

Uma vez dentro do processo, essa informação poderia ser resgatada e utilizada de diferentes formas pelos demais atores da política socioeducativa. Ela passava a ser contraditória pois era notório que não havia um acordo entre a equipe técnica e isso poderia ser mobilizado contra uma futura avaliação que pedisse uma progressão.

A responsabilidade da redação do documento dentro da unidade também envolvia o cuidado para que os relatórios não fossem utilizados de forma diversa do planejado. Como forma de evitar esse risco, ainda que não fosse impossível anulá-lo, a equipe utilizava estratégias de argumentação para demonstrar a progressão da menina ao longo do tempo.

Os/as servidores/as reforçaram que não existia uma receita para um bom relatório, pois “nunca se sabe o que o juiz vai pensar”. Assim como destacado na análise de Sara Munhoz, quando os saberes técnicos encontravam os juízes, “seus efeitos escapavam aos técnicos, as explicações, definições e palavras “tão centrais nos atendimentos socioeducativos escapa aos técnicos” (2013, p. 172).

Diante do desafio de serem verdadeiros na avaliação da menina, ou seja, relatar sua evolução mesmo com episódios negativos, os profissionais precisavam encontrar formas de, no documento, fazer com que as conquistas prevalecessem. Por exemplo:

Levamos em conta a íntegra da trajetória de G. e que mudanças ocorrem em tempos distintos para adolescentes distintas, embora cronologicamente todas estejam submetidas a mesma contagem da medida socioeducativa. Assim este relatório técnico é significativamente diferenciado de seu antecessor, sendo este o resultado dos reais esforços e mudanças empreendidas por G [...].

Relatório de G. 14 anos, outubro de 2019.

Essa era uma das estratégias de elaborar uma avaliação, sendo realista com a atual situação da jovem, evitando prejudicá-la futuramente. Novamente, tudo dependeria

da coesão interna do documento, algo que nem sempre se tinha total controle. Isso revelou outro aspecto da infraestrutura do atendimento socioeducativo, ao contrário de algumas constatações iniciais do estudo dessa área. Em oposição a ideia de que a visibilidade das infraestruturas somente se tornaria possível mediante sua falha (STAR, 1999), também poderia ser uma estratégia para a exaltação do seu êxito. O uso estratégico de colocá-la propositalmente à mostra, como espetáculo e eficiência, referido por Christina Schwenkel (2015) como uma “tecnopolítica da visibilidade”.

Nos casos em que a equipe achava que era possível solicitar progressão/extinção, era importante materializar como a medida já tinha proporcionado todas as oportunidades que era possível realizar. Parte desta estratégia era “encaminhar a menina para fora da unidade”, como me disse a diretora.

Uma das formas de *alinhamento* dos relatórios era o convite a servidores/as que tivessem mais sucesso em seus *encaminhamentos* – ou seja, uma melhor habilidade de conversar com a *rede* – para realizar uma capacitação interna para os demais servidores. Livia descreveu a fabricação como resultado de uma equação: “estudo de caso + amarração = ter mais argumentos do que o juiz e a promotora”.

3.3 A AMBIVALENCIA DOS RELATÓRIOS:

Além de um esforço para serem coesos e não possuírem contradições, fazia parte da estratégia argumentativa dos relatórios técnicos a redação das avaliações das meninas de forma que as situações anteriormente vivenciadas não as prejudicassem futuramente. Isso poderia ser enfatizado pela sua capacidade de obediência e desenvolvimento da autonomia.

Destaco aqui duas características que tornavam o documento ambivalente quando saíam da unidade: a tendência em se achar que as redações dos relatórios eram padronizadas e, por isso, feriam o princípio de individualização dos atendimentos; e a estagnação dos benefícios das medidas socioeducativas devido à ausência de serviços ofertados pela unidade. Normalmente estas críticas ficavam à cargo do Ministério Público e, se acolhidas pelo juiz, poderiam prejudicar a avaliação das jovens e desencadear cobranças às unidades socioeducativas.

Vou apresentar estas características a partir dos relatos de uma agente de segurança, das considerações da enfermeira e das reflexões do pedagogo. Apesar disso,

essas qualidades e as estratégias argumentativas poderiam ser encabeçadas pelas outras áreas técnicas.

Começo pelas considerações da equipe de segurança. Como já dito, essa função era desempenhada por 24 profissionais que se revezavam em turnos de quatro a cinco servidores. Na oportunidade da elaboração dos estudos de casos, nem sempre os/as agentes estariam presentes e por isso suas considerações eram apresentadas de forma apartada.

Em tese, os agentes deveriam conversar sobre cada menina e redigir suas percepções como grupo de segurança, mas diante da falta de tempo na rotina, acaba que o relatório era redigido somente por uma pessoa. E, apesar da equipe ser formada por 24 servidores/as, era comum o encargo ser desempenhado pelas agentes mulheres. Em todos os relatórios que consultei, não encontrei nenhum preenchido por funcionários homens. Segundo a diretora “poucos se propunham a escrever, então elas voluntariamente fazem essa parte”, fazendo um sinal de aspas com as mãos.

De acordo com a agente Laís, não era problemática uma pessoa ficar responsável pela redação, contanto que existisse uma discussão em equipe sobre o caso, o que não ocorria devido à rotina: “não temos tempo de reunir e sentar todo mundo. No fim, quem redige é uma pessoa só”.

A agente me explicou mais detalhadamente como era essa elaboração por parte da equipe de segurança: “preenchemos um questionário e ele é convertido em texto”.

A princípio, achei que existia outro modelo de referência, pois a orientação presente na Portaria nº 04/2018 era um grande parágrafo descritivo e não um “questionário”. Acontece que o texto dá exemplos do que os profissionais deveriam observar em suas considerações e isso permitia ser utilizado como um roteiro para quem respondia, reproduzo o texto da portaria:

Nesta avaliação devem ser descritas as informações sobre o comportamento institucional observado pelo agente de segurança no cotidiano, como: a adaptação à rotina institucional; cumprimento de regras e procedimentos institucionais; disponibilidade para aceitar orientações sobre comportamentos que devem ser modificados (adotados, suprimidos ou melhorados); reações frente ao recebimento de medidas disciplinares, formas utilizadas para a resolução de problemas ou conflitos; como o adolescente lida quando tem que esperar para ter uma demanda atendida; relacionamento com os outros adolescentes e equipe multiprofissional; padrão de cuidado com os seus pertences ou materiais que estão sob a sua responsabilidade; cuidados com a higiene; limpeza do alojamento e dos espaços comuns; habilidades e interesse que podem ser identificados a partir do convívio com o adolescente; motivações e planos de vida.

Para Laís, essa forma de produção não era ideal pois “tornava o documento muito repetitivo” e prejudicava uma real avaliação individualizada da jovem. Como consequência, os relatórios das jovens pareciam padronizados e normalmente enalteciam as mesmas coisas.

Um bom relatório deveria considerar a evolução da adolescente dentro da unidade, e não se ater ao seu ato infracional, como a servidora entendia ocorrer com os outros atores da política. As conquistas precisavam ser evidenciadas para que as jovens tivessem o que mostrar para o juiz quando fossem avaliadas.

Avaliando os exemplos de bons encaminhamentos por parte desta equipe, destaco como isso era evidenciado no texto. Diferente das áreas técnicas, a segurança controlava o dia a dia da jovem no cumprimento das regras internas, em que se valorizava a colaboração e autocontrole das jovens. Dentro do relatório, isso era traduzido para a exaltação da obediência da jovem em seguir as regras da instituição:

Tem boa adaptação a rotina institucional. Desde o começo demonstrou clareza e compreensão com as normas e procedimentos da unidade. Se mostra receptiva as orientações da unidade e compreende quando deve aguardar para que alguma demanda seja atendida.

Relatório de G. 14 anos, outubro de 2019.

Já a falta de cooperação poderia ser expressa pelo *vínculo* enfraquecido, o que prejudicava a compreensão e interação com a jovem. No capítulo anterior, reforcei como as meninas normalmente *vinculavam* mais do que os meninos, o que nem sempre era bem recebido pelos funcionários. A ausência desta característica poderia gerar avaliações negativas e comprometer o trabalho:

tem dificuldade em manter um bom relacionamento com outras adolescentes, por isso acaba sempre se envolvendo em situação de conflito e sua relação com os demais funcionários também demandam atenção, pois a mesma não se demonstra na maioria das vezes disposta a conversar.

[...]

É preciso um trabalho multidisciplinar, voltado para uma maior aproximação com a adolescente, com o intuito de tentar ajudá-la nesta dificuldade que apresenta em demonstrar seus sentimentos. Entendendo a forma como ela pensa e sente, fica mais fácil elaborar ações de seu desenvolvimento pessoal.

Relatório de G. 14 anos, outubro de 2019.

Considerando que o relatório representava o resultado da avaliação da menina dentro da unidade, Laís entendia que era isso que precisava ser valorizado no documento,

“pela evolução aqui dentro”. A agente também ressaltou o problema das avaliações dos demais atores de a política serem muito apegados ao tipo de delito cometido: “independente das conquistas, mesmo que tenham conseguido tudo, não vão conseguir sair daqui por conta do delito. Ficam 3 anos aqui fácil”.

Dentro da área da saúde, o bom comportamento ou obediência também eram exaltados requisitos de um bom relatório. A enfermeira Cláudia enfatizava uma rotina mais autônoma por parte das meninas. Além de “mandar olhar para as paredes”, para a enfermeira, era fundamental estimular a autonomia e o desenvolvimento de uma rotina de cuidado por parte das jovens, já que algumas famílias não tinham essa prática ou por estarem ausentes.

Os resultados destas interações eram expressos nos relatórios em frases como: “adolescente colaborativa durante as consultas” e que “sempre cuidou da saúde e pretende continuar fazendo isso, mantendo as consultas e exames na unidade de saúde”.

Dentro dos relatórios, esperava-se que o setor se pronunciasse sobre a avaliação do estado de saúde física da adolescente e seu histórico de saúde geral, suas medidas antropométricas no momento da admissão e atuais, o histórico do uso de substâncias psicoativas, doenças e tratamentos realizados na unidade socioeducativa, uso de medicamentos, calendário vacinal, descrição da participação da adolescente quanto às atividades educativas em saúde e quais eram os encaminhamentos para a rede de saúde:

Por ocasião da elaboração do PIA [Plano Individual de Atendimento] relatou desejo de tratar seus problemas emocionais e controle de impulsos. Atualmente acrescenta a isso a intenção de abster-se das drogas e manter uso de método contraceptivo.

[...]

Seja cadastrada e inserida o mais breve possível na Unidade de Saúde próxima de sua residência, para promoção a saúde e prevenção de doenças através de consultas e exames de rotina, conforme estabelecido em protocolos do Ministério da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde. Sugerimos ainda que mantenha acompanhamento psiquiátrico e psicoterápico no CAPs.

Relatório de R. 17 anos, janeiro de 2021.

Ter um “bom encaminhamento” era demonstrar que, apesar do histórico marcado por algum problema, a jovem estava disposta a continuar os cuidados iniciados dentro da unidade, como parte do projeto de transformação do seu projeto de vida.

A segunda característica que quero destacar e que também contribuía para ambivalência dos relatórios era a limitação das meninas por razões externas a elas, como a ausência atividades a serem ofertadas pela unidade.

Era responsabilidade da parte técnica oferecer os meios para que as meninas materializassem seus processos de amadurecimento e atingissem os objetivos estabelecidos no Plano Individual de Atendimento. Quanto mais atividades fossem comprovadas, mais próximas da liberdade elas estariam (teoricamente). O que percebi foi que, às vezes, os/as técnicos se encontravam diante de situações delicadas, e, que o processo de conquistas das jovens também poderia ser prejudicado por fatores que não dependiam da sua ação.

Um exemplo de situações como essa poderiam ser verificadas nas manifestações do pedagogo, especialmente. Trago aqui o relato de Márcio, que atuava na política desde 2006 e já tinha integrado diferentes setores da secretaria, inclusive a própria equipe do Dease.

Por meio de algumas das manifestações desta área, era possível perceber como a unidade manejava a falta de oferta de atividades da instituição e a necessidade de tentar expor, apesar dos desafios, o que tinha sido feito com a menina durante o tempo de internação. Nas hipóteses de falta de articulação por parte do Departamento de Atendimento Socioeducativo em manter a oferta de atividades ativa poderiam ser identificados como:

[...] Sua matrícula no ensino médio aguarda autorização da Secretaria de Estado da Educação, haja vista que ainda não possui idade mínima exigida para matrícula no Ensino Médio na modalidade ofertada.

Relatório de E. 17 anos, 2016.

[...] A participação nesses cursos se constituiu como espaço de adequação e problematização sobre a oportunidade de qualificação profissional visando criar oportunidades futuras. Atualmente não há oferta de qualificação pelo encerramento do contrato com a prestadora de serviços.

Relatório de G. 14 anos, 2019.

[...] Atualmente não há oferta de qualificações específicas pelo encerramento do contrato com a prestadora de serviços desde setembro de 2019, sendo oportunizado à adolescente a participação em oficinas avulsas ofertadas em parceria com voluntária e outros serviços da rede.

Relatório de L. 19 anos, 2000.

Nesses casos, as meninas eram prejudicadas, pois era com base no maior número de atividades concluídas que ela demonstrava sua “evolução”. Como forma de contornar isso, o pedagogo enfatizava as oportunidades ofertadas pela própria unidade, mas normalmente, estes eram identificados pela forma genérica e padronizada com que eram relatados:

A adolescente participou dos cursos de Auxiliar de Cabeleireiro entre 07/01/2019 e 11/02/2019; de Maquiadora entre 07/05/2019 e 10/07/2019; de Garçonete entre 18/07/2019 e 14/09/2019. A participação nesses cursos se constituiu como espaço de adequação e problematização sobre a oportunidade de qualificação profissional visando criar oportunidades futuras. Atualmente não há oferta de qualificação pelo encerramento do contrato com a prestadora de serviços.

[...]

A adolescente também tem participado da oficina de Salão de Beleza com encontros quinzenais, sendo esta realizada com educadores sociais da unidade, além de participar da assistência religiosa ofertada pela Igreja Adventista também com encontros quinzenais. Além disso a adolescente tem participado neste mês de outubro de oficinas avulsas ofertadas em parceria com voluntários e outros serviços da rede como rodas da conversa, sendo abordado os temas de convivência e autoconhecimento.

Relatório de L. 19 anos, fevereiro de 2020.

Márcio descrevia sua atuação como um gerenciador dos tempos das meninas, ainda que não concordassem que isso era condizente com a atuação do pedagogo. Ele era responsável por executar a parte educacional da unidade, o que na prática era aplicar o planejamento das aulas pré-estabelecido pela Secretaria da Educação.

De acordo com a orientação da Portaria nº 04/2018, cabia ao pedagogo informar sobre as ações voltadas à escolarização, qualificação profissional, atividades culturais, esporte e lazer, que possibilitassem “o acesso ao conhecimento sistematizado e ao pensamento crítico, contribuindo para a reorientação e formação de valores, bem como favorecendo o retorno dos adolescentes à vida escolar e comunitária, tornando-os cidadãos capazes de exercer sua cidadania” (DEASE, 2018).

Márcio explicava também que parte das atividades não estavam ocorrendo presencialmente, devido a pandemia de Covid-19, mas entendia que falta de oferta de serviços já estava prejudicada bem antes de 2020.

Nos relatórios, cabia a parte pedagógica apresentar a relação de cursos que a jovem havia cumprido e as demais atividades em que ela se envolveu durante o cumprimento da medida. Além da listagem das atividades, algumas frases avaliativas também poderiam ser incluídas, como exemplo de trechos retirados dos relatórios:

destaca-se que seu desempenho e rendimento escolar foram significativos, realizando as atividades propostas com interesse e autonomia em sala de aula, em que pese as restrições de convivência com algumas adolescentes e a característica mais argumentativa na relação com os professores.

Relatório de R. 17 anos, janeiro de 2021.

Na semana em que conversamos fui informada que uma instituição do terceiro setor iria realizar uma atividade para marcar o dia da mulher. Como apoio pedagógico, Márcio propôs como isso poderia ser feito dentro da unidade a partir da ideia inicial. Ele também poderia fazer funções mais simples, como levar as meninas com o carro da unidade para alguma atividade.

De forma geral, as manifestações do pedagogo focavam em detalhes como: se a menina manifestava interesse pelas atividades, qual era seu histórico escolar (mencionar reprovações, transferências de escola, se ocorreu evasão escolar), como era seu relacionamento nestes ambientes e se havia dificuldades para aquisição do conteúdo formal.

Uma vez que estas manifestações eram inseridas nos relatórios, poderiam prejudicar as meninas. Mesmo sendo as opções de cursos de profissionalização disponíveis, por serem de menos complexidade e duração reduzida eram interpretados pela promotoria como desrespeito os pilares da socioeducação: a individualização do atendimento.

A Sejuf possuía um contrato de parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE para a oferta de cursos livres gratuitos, presenciais ou nas dependências das unidades que tinham “o objetivo de despertar nos participantes interesse pelo mundo do trabalho”, de acordo como Relatório de Gestão de 2019-2020 (2020, p.30).

Este era outro ponto corriqueiro nas críticas da Promotoria, que entendia que invés de focarem em ações que desenvolvessem aptidões das meninas, eram realizadas atividades de forma uniforme e genérica. Este era um típico exemplo de situação que não necessariamente diziam respeito a “evolução” das meninas, mas que acabavam as impactando.

A profissional da terapia ocupacional, a servidora Débora, tinha como função pensar o momento após o término da medida, como: conhecer a rede pública de serviços disponíveis, a inserção no mercado de trabalho, a construção de currículo, a busca por emprego, como fazer uma carteira de trabalho.

De acordo com as observações adicionadas pela equipe da unidade à Portaria nº 04/2018, cabia à Terapeuta Ocupacional “compreender o histórico ocupacional e o cotidiano do adolescente”. Isso significava entender qual era a relação da jovem com a rede social e de suporte da sua região, se ela tinha algum envolvimento prévio com locais de atendimento. As suas experiências laborais também precisavam ser mencionadas, tanto as vivências passadas como as almejadas para o futuro. Sua “participação social na comunidade” também era relevante para entender quem estava envolvido na sua vida.

Como exemplo de uma das atividades que estava desempenhando, Débora mencionou os encontros sobre sexualidade que estavam ocorrendo na unidade. Com base nas atividades desempenhadas a servidora elaborava o relatório sobre as meninas. Enquanto a psicóloga Flávia estava de férias, Débora também estava acumulando o trabalho de fazer o contato telefônico com as famílias das jovens.

O levantamento das informações deveria focar tanto as potencialidades quanto as fragilidades identificadas no atendimento, para assim poder “desenvolver estratégias de adaptação e acesso, pertencimento sociocultural e econômico e outras tecnologias de suporte para inclusão sócio-comunitária” da adolescente, conforme a portaria.

As atividades que computam um bom relatório tinham relação com sua intervenção junto a menina, que tinha como foco a busca pela autonomia e emancipação, tendo como foco o engajamento “em ocupações importantes para si”. Deveria orientar o trabalho da terapia ocupacional: “o (re)conhecimento da cidadania do adolescente e na (re)organização de seus projetos de vida, visando a ampliação de repertórios e buscando a possibilidade de transformação e emancipação social”.

Na prática, isso poderia ser expresso como:

R. se mostra amadurecida frente as demandas e intercorrências do cotidiano, tem respeitado as regras e normas, tem se esforçado na busca em aprimorar habilidades para expressar seus desejos, sentimentos e atitudes de forma mais adequada e salutar”. [...] Hoje os objetivos traçados tanto a curto como a médio prazo são mais coerentes com a realidade experienciada por R., tendo em vista que a mesma elenca a área de estética como um dos focos da qualificação profissional.

Relatório de R. 17 anos, janeiro de 2021.

Normalmente, quando os relatórios técnicos mencionavam a ideia de “ser mais coerente com a realidade”, quando definidas, eram atreladas as ideias de possibilidade de futuro para a jovem. Isso poderia gerar encaminhamentos reforçando o estudo para a realização do ENEM ou formas de se inserir no mundo do trabalho.

Analisando o Relatório de Gestão referente ao ano de 2019 e 2020 do Dease, poderia se ter uma ideia de quais tipos de cursos normalmente eram ofertados dentro da unidade e que seria formas de realizar essa mais coerência:

Almoxarife, Arquivador, Auxiliar Administrativo com Ênfase em Informática, Auxiliar de Cabeleireiro, Chapeiro, Colocação de Gesso, Colocação de Pisos e Azulejos, Conserto de Eletrodomésticos, Corte e Costura, Customização de Roupas e Acessórios, Garçom, Hidráulica, Informática Básica com Open Office e Windows, Jardinagem, Manicure e Pedicure, Manutenção e Montagem de Microcomputadores, Maquiador, Panificação, Pequenos Reparos, Pintura de Faixas e Cartazes, Recepção e Atendimento, Recepcionista de Hotéis, Texturização e Pintura Decorativa (DEASE, 2020, p. 17)

Estes cursos, normalmente ofertados por parcerias com outras instituições ou pelos próprios servidores eram as descritas como as “possibilidades” de profissionalização destinadas às jovens.

De forma geral, várias manifestações técnicas mencionavam a “capacidade de autopercepção” por parte das jovens e o desenvolvimento da sua “autonomia” como coisas positivas percebidas durante os atendimentos. Num primeiro momento, poderiam parecer algo desejado em contraste com uma dependência ou subordinação, mas também poderia ser uma compreensão perversa, como se elas mesmas fossem as únicas responsáveis por seus destinos, sem considerar as dimensões estruturais de classe, hierarquização racial e outras invisibilidades interseccionais (CRENSHAW, 2002).

As possibilidades de futuro também poderiam estar atreladas as percepções do presente, do que se esperava e projetava para estas jovens. O incentivo à posicionamentos mais “autônomos” sempre tinham como limite a estrita obediência das regras da unidade, caso contrário, a jovem poderia ser sancionada a um conselho disciplinar. Além disso, ao enfatizar que as jovens eram as únicas responsáveis pelas transformações de seus projetos de vida, naturalizava-se as demais dimensões da sociedade que reproduziam estruturas de classe, hierarquização racial e de gênero.

CONCLUSÃO

Ao longo do capítulo, busquei apresentar como os relatórios técnicos eram apresentados. Para dentro da unidade, existia a diferença de perspectivas que demandava uma atenção por parte de certo grupo de profissionais para que os relatórios tivessem coerência. Isso mobilizava diferentes perspectivas sobre como avaliar o atendimento, e

também a necessidade de lidar com limitações da própria instituição, coisas que não eram causadas pelas meninas, mas poderiam afetar a recuperação da sua liberdade.

Uma vez fora da unidade, o documento era lido de outra maneira, não como um relatório multidisciplinar produzido por várias pessoas, mas como resultado de uma avaliação que precisava ter uma unidade de redação.

O que era possível de perceber era que na prática, não havia um caminho garantido sobre como produzir um *bom relatório*, isso dependia de todas as relações, próximas e distantes, que de alguma forma envolvessem a menina.

A infraestrutura do atendimento socioeducativo era um “trabalho contínuo de relacionar e redefinir os atores” (JENSEN; MORITA, 2015), o que favorecia a imprevisibilidade das formas de se efetivar a política e quais eram os componentes envolvidos. Como assinalado por Jensen e Morita: “Além disso, o que estão sujeito a mudanças não são apenas os “componentes” de infraestrutura, mas também as formas de política, sociedade e circunstâncias geradas por esses sistemas”⁴⁰ (2015, p. 83). Consequentemente, situações extremas ocorriam, como quando jovens que atendiam a todos os requisitos de uma progressão não a conquistavam por questões que não dependiam delas.

Assim como o capítulo anterior, várias vezes a autonomia apareceu como uma qualidade importante e necessária para uma boa avaliação. Isso era atrelado a capacidade de autopercepção das jovens, e chamou minha atenção para o tipo de “transformação” que se esperava na vida das meninas em medida socioeducativa e até que ponto era viável a construção de um “novo projeto de vida”.

As estratégias para produzir um bom *encaminhamento* e os valores mobilizados na produção dos relatórios pareciam apontar para a necessidade constante de tutelas das meninas: pelas instituições de atendimento ou pela família. As que careciam de uma boa *rede* de apoio poderiam ser prejudicadas.

A relação entre os atores da política se desenvolvia a partir de diferentes referências. A unidade considerava o tempo da menina dentro da instituição e buscava ofertar atividades para melhor explorar isso. O Ministério Público levava isso em consideração, mas, como descreverei no próximo capítulo, a promotora adicionava outros elementos que julgava essenciais para sua avaliação.

⁴⁰ “Moreover, what is subject to change are not only infrastructural “components” but also the forms of politics, society and environment generated by these systems”

Já o Judiciário tendia a manter o foco na gravidade ato infracional. No centro dessa discussão estava a pergunta se a menina estaria ou não preparada para sair da unidade, as formas de se avaliar isso poderiam ser diferentes e envolviam outros fatores. No próximo capítulo, vou abordar a relação entre os diferentes atores da política socioeducativa.

CAPÍTULO 4. SOBRE O PROCESSO JUDICIAL:

Uma vez vencidas as divergências internas, o segundo desafio dos relatórios era conseguir que fossem bem recebidos pelo Ministério Público e Judiciário. Por existir somente uma unidade feminina no Paraná localizada na capital, a relação entre os atores da política socioeducativa acabava sendo sempre estabelecida entre as mesmas pessoas: a Dra. Danielle, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, o Dr. Flávio, da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei e a equipe da unidade socioeducativa.

Uma vez fora da unidade, o Cense Joana Richa e a sede do Dease eram percebidos como “uma coisa só”. As manifestações referentes a menina eram encaminhadas pela diretora da unidade e, excepcionalmente, ela poderia requerer algum auxílio à equipe da sede do Dease.

Apesar das relações envolverem diferentes instituições, na prática os encontros aconteciam entre atores específicos, o que não se aplicava à Defensoria Pública. Este setor, ainda que nem sempre presente nos casos dos conselhos, disciplinares, era obrigatória dentro do processo. Diferentemente do Ministério Público e do Magistrado, o defensor designado para responder os processos das meninas não necessariamente permanecia o mesmo por muito tempo, comparando com os outros atores⁴¹.

No capítulo anterior, expliquei que apesar dos parâmetros internos do que deveria constar em um relatório técnico, a qualidade do documento como *boa* só poderia ser avaliada quando ele saísse da unidade e integrasse o processo judicial. Isso era definido após as manifestações do Ministério Público e Juiz, e referia-se a concordância ou não do *encaminhamento* proposto pela unidade.

A promotora e o juiz eram famosos entre os/as funcionários/as da socioeducação por serem considerados “rigorosos” em suas avaliações, coisas que eles mesmo reconheciam ser. Também era uma percepção corrente dos atuantes no meio que as jovens ficavam mais tempo cumprindo medida do que qualquer menino⁴². No caso do atendimento masculino, era possível executar sua medida de internação em outras unidades localizadas pelo estado. A avaliação dos relatórios, não eram necessariamente feitas pelos mesmos atores da política.

⁴¹ Quando entrei em contato com a defensoria, conversei com o Dr. Leonardo, responsável pela parte infracional desde 2020.

⁴² Essa constatação faz parte do grupo de percepções iniciais que deram origem a este trabalho.

Como consequência, os/as funcionários do Cense Joana Richa, buscavam desenvolver as estratégias argumentativas de forma pessoalizada para lidar com o rigor das avaliações.

A diretora Lívia já estava acostumada com os questionamentos da promotora, ela parecia saber exatamente o que a promotora iria dizer: “quer pedir progressão? Precisa dizer o porquê! Precisa ver se amadureceu, se cumpriu as normas, se a família pode receber, se tem para onde ir”.

Mesmo ciente do que esperar, conseguir demonstrar isso era a parte mais difícil, na visão de Lívia. Como forma de superar essa dificuldade, uma das inovações promovidas na unidade quando assumiu a gestão em 2019, foi incluir a promotora nos estudos de casos, o que demandava um arranjo de agendas e uma organização extra por parte da unidade, algo que vou abordar mais adiante.

A despeito desses esforços, as diferentes visões se contrapunham no processo judicial. Os argumentos acabavam se diferenciando por sua natureza e conteúdo, uns tinham autoridade e se sobrepunham aos outros.

A unidade possuía o conhecimento técnico e o Ministério Público tinha a incumbência de fazer a fiscalização da execução da medida socioeducativa para que elas atingissem seu verdadeiro potencial, como dito pela promotora, “eu olho a evolução da menina e do trabalho técnico”.

Tive acesso a um processo judicial, concedido pela diretora da unidade. Em junho de 2021, quando já havia terminado minhas idas à unidade e analisado boa parte dos documentos, pedi para Lívia uma cópia de um processo judicial. Assim como nos outros documentos, Lívia me entregou em um *pendrive*.

O processo referia-se ao caso de Sofia, uma jovem de 18 anos, que havia pego uma medida socioeducativa em novembro de 2016 devido um homicídio qualificado. Este era um dos casos “complicados” segundo a diretora, pois demandou uma grande articulação por parte da unidade para produzir seu *encaminhamento*.

A jovem havia transitado entre o Cense e o hospital psiquiátrico acumulava quase quatro anos de privação de liberdade e em 2020 foi encaminhada para uma liberdade assistida e um acolhimento institucional⁴³.

⁴³ De acordo com o art. 101, inciso VIII do ECA, acolhimento institucional é uma suspensão do direito da criança e adolescente ao convívio familiar. O tempo de acolhimento deve ser o menor possível e só deve ser aplicado em situações extremamente necessárias. Após o acolhimento, a criança ou adolescente deve retornar à família de origem, caso o problema que originou o afastamento tenha sido solucionado, ou ser encaminhada para uma família substituta. (DIGIÁCOMO; DIGIACOMO, 2020).

Analisando o caso judicial, percebi que a discussão que se desenvolvia nos processos sempre era sobre o *tempo*: os/as técnicos/as apresentavam os progressos atingidos durante o *tempo* em que a menina esteve na unidade; a promotora questionava se não era o caso de permanecer mais *tempo* para usufruir dos atendimentos que estavam beneficiando a jovem. E a disputa era finalmente decidida pelo juiz, que determinava o *tempo* limite da discussão.

Para a produção da presente análise também entrevistei a promotora, Dra. Danielle, que conversou comigo em junho de 2021 por uma chamada *on-line*. Não consegui conversar diretamente com o juiz da socioeducação, somente com sua assessora que me recebeu presencialmente em seu gabinete (localizado dentro do Cense Curitiba) também em junho de 2021. Já os contatos com a Defensoria Pública foram prejudicados devido ao retorno das atividades presenciais no final de 2021. Consegui conversar com o defensor público, Dr. Leonardo, que estava atuando na temática por meio de mensagens de áudio trocadas no *Whatsapp*.

A interação dos atores da política socioeducativa que ocorriam no âmbito do processo também dava oportunidade para a avaliação das próprias instituições. A partir das análises dos documentos neste capítulo, quero demonstrar parte dessa cobrança e como ela funcionava: como e quando o juiz acatava algum pedido da promotoria e como isso acabava vinculando a unidade a realização de uma ação específica.

Se infraestruturas podem ser entendidas como “objetos que criam as bases sobre as quais outros objetos operam e, quando o fazem, operam como sistemas”⁴⁴ (Larkin, 2013, p. 329), então isso pode ser observado pelas manifestações dos envolvidos em dois sentidos. Dentro da unidade, pelas diferentes visões sobre como avaliar a “evolução” da menina durante o cumprimento da medida socioeducativa, momento em que diferentes servidores/as precisavam negociar suas percepções sobre o atendimento e opinar sobre o encaminhamento.

E fora da unidade, no processo judicial, quando o atendimento socioeducativo abria a possibilidade de que certas cobranças fossem feitas por parte do Ministério Público, como a expansão do seu diálogo com a rede municipal de atendimento e o aumento da oferta de cursos profissionalizantes, sendo que as decisões do juiz de certo modo avaliavam todos os demais atores.

⁴⁴ “objects that create the grounds on which other objects operate, and when they do so they operate as systems”

A existência de diferentes formas de mensuração da evolução das jovens dentro da medida socioeducativa também ocorria devido a própria organização do sistema judiciário brasileiro que se baseava fortemente na lógica do contraditório. O processo não buscava consenso sobre os fatos, mas sim propunha um “dissenso infinito” (LIMA, 2010, p. 31).

No processo socioeducativo, diferente da lógica penal, todos os atores visavam o mesmo objetivo de resguardar os direitos da adolescente, mas não havia um consenso sobre como fazer isso. Para a equipe da unidade, *isso era* promover o atendimento (apesar das dificuldades impostas à instituição) e fornecer as informações técnicas sobre a jovem ao juiz. Para o Ministério Público era fiscalizar se a unidade estava garantindo que o “melhor interesse da adolescente” fosse respeitado, mesmo que isso significasse ficar mais tempo dentro da instituição para extração do potencial máximo da medida socioeducativa. E, para a Defensoria Pública era resguardar os direitos das jovens para que a medida não perdesse seu caráter pedagógico.

Como os principais questionamentos vinham do Ministério Público, vou apresentar a percepção deste setor sobre o que consistia um *bom encaminhamento* para na sequência apresentar um caso prático. Trago as reflexões da promotora, Dra. Danielle, com o intuito de apresentar quais eram as principais tensões no momento da sua avaliação.

Diante de um pedido de progressão de medida socioeducativa elaborado pela unidade, cabia a promotoria apresentar as razões que poderiam inviabilizar isso. A representante do Ministério Público, tinha a incumbência de fiscalizar o processo da aplicação da lei e avaliar as considerações feitas pela unidade sobre a evolução da menina. Segundo as palavras da promotora: “o processo socioeducativo tinha por objetivo devolver a jovem melhorado pra a sociedade com o objetivo que ela não reincida. Saia [da unidade] e não volte”.

Ela acompanhava o Cense Joana Richa desde 2012, mas desde 2002 conhecia a política. Inclusive, ela tinha acompanhado o famoso caso da rebelião no Cense São Francisco, fato lembrado por quase todos os/as servidores/as da unidade durante as entrevistas. Como ela mesma dizia: “conheço um pouco do histórico da socioeducação”.

Boa parte das suas considerações diziam respeito ao tipo de *encaminhamento* proposto pela unidade e a avaliação. Não ter um *encaminhamento* claro, na visão da promotora, demonstrava que a unidade parecia certa de sua própria ação, algo que não era positivo na sua visão.

De acordo com a promotora também prejudicava a qualidade do relatório a forma como as avaliações eram apresentadas. Ela não entendia como um documento produzido por uma equipe técnica poderia ser enviado de forma “picotada”, ainda que reconhecesse as melhorias das avaliações no decorrer do tempo. Por “picotado”, Dra. Danielle se referia a subdivisão interna do relatório técnico de acordo com as áreas de atendimento.

Se o desafio era efetivar a “individualização do atendimento” – um dos princípios das medidas socioeducativas, de acordo com a lei nº 12.594/2012 que instituiu o SINASE – isso não era realizado pelo padrão dos relatórios produzidos pela unidade. Além de picotados, Dra. Danielle também criticava as redações padronizadas, como se os dados das meninas tivessem sido inseridos num formulário. Esses elementos a faziam questionar se de fato existia uma “discussão conjunta da equipe técnica”.

Ela parecia receber com desconfiança casos que nos primeiros seis meses possuíam um encaminhamento “negativo”, mas que no próximo aparentava um panorama em que “tudo estava resolvido”, pois o tempo entre as avaliações era “rápido demais para ser real”.

Para analisar os relatórios, Dra. Danielle centrava sua análise nas ações desempenhadas pela equipe para o cumprimento do PIA da jovem. Era necessário ver o que a menina tinha feito e quais eram as atividades desenvolvidas para promover as mudanças no seu comportamento.

Para a promotora, “o tempo possibilita fazer mais pela menina”, pois recebendo o atendimento socioeducativo a jovem tinha mais oportunidades de mudar sua vida. Isso ia de encontro a percepção da unidade, que entendia que a internação prolongada deixava a jovem sem perspectiva pelas limitações institucionais.

A profissional tinha ciência da comparação entre unidades masculinas e femininas, quanto ao tempo de internação. Na sua visão, os meninos eram os mais prejudicados, pois pela média de tempo que permaneciam “era difícil fazer alguma coisa”. Eles saíam no prejuízo, até poderiam ter internações mais curtas que as jovens, mas em compensação não passavam pelo “processo de ressocialização, eles saíam como entravam”.

Apesar disso, tanto a equipe da unidade quanto a Promotora concordavam que ficar dentro da unidade só era benéfico caso existissem atividades pedagógicas, não somente dentro do alojamento: “só ficar fechada não adiantava”. Nessas horas, ela concordava com o argumento normalmente mobilizado pela Defensoria Pública de que a

medida perdia seu viés pedagógico quando se percebia que a menina não estava mais sendo beneficiada pela medida socioeducativa. A divergência existia na forma como isso era cobrado.

O Ministério Público cobrava insistentemente melhorias e ampliação das atividades por parte da unidade. Como por exemplo, questionando a qualidade dos cursos, a falta de parcerias e a insistência que a unidade demonstrasse o que a equipe técnica tinha feito para a jovem completar o seu PIA. Já a unidade, respondia demonstrando a diversidade da organização interna e da rede de atendimento, e que nem todas as articulações estavam em suas mãos.

Vou explicitar esses diferentes aspectos a partir do caso de Sofia. O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, apresento as circunstâncias do seu último relatório e como da unidade produziu o *bom* encaminhamento. Aqui, quero retomar elementos mencionados nos capítulos anteriores, como as estratégias argumentativas e a necessidade de articulação com a rede de atendimento municipal. Na segunda parte do capítulo, vou apresentar as considerações da Defensoria Pública, a decisão judicial e o desfecho da inserção da jovem dentro da unidade de acolhimento.

4.1 CASO SOFIA

Sofia era uma jovem de 14 anos quando foi apreendida por homicídio qualificado consumado em novembro de 2016. Seu único envolvimento com um ato infracional. Em seu último relatório a jovem já possuía 18 anos. Apesar de o tempo limite de internação socioeducativa ser de três anos, a jovem precisou ser internada algumas vezes em hospitais psiquiátricos, o que ocorreu de forma intercalada com sua estadia na unidade. Entre as idas para o Cense e as internações psiquiátricas, Sofia acumulava quase quatro anos de privação de liberdade.

Diferentemente de uma medida socioeducativa, os internamentos hospitalares eram entendidos juridicamente como medidas protetivas, portanto, não computavam como processo de responsabilização. Isso não era um ponto pacífico: na verdade, parte das manifestações jurídicas da Defensoria Pública e do Ministério Público no processo tinham essa questão como foco. A defesa solicitava que o tempo total fosse computado, e a promotoria reforçava que eram serviços de origem diferentes.

Após o início da medida, a jovem tentou se suicidar algumas vezes, o que foi interpretado pela equipe técnica da unidade como consequência do ato ilícito. Sofia teria

entrado em um quadro depressivo após sua conduta e queria “pagar com a própria vida a vida que retirou de sua mãe”.

A jovem havia praticado um ato infracional grave, não só no sentido da lei, como também para as pessoas que atuavam dentro da unidade: um crime contra a própria mãe. Por isso, seu contato com os familiares estava prejudicado.

A jovem não contava com apoio familiar, um dos pilares fundamentais do trabalho socioeducativo. Além do tipo de crime, a relação com sua irmã mais velha – sua família mais próxima – também estava fragilizada, no decorrer da medida socioeducativa Sofia expressou que tinha desejos sexuais pelo marido da irmã, manifestando “discursos agressivos” que afirmavam que a jovem tinha “vontade de assassinar a própria irmã para assumir seu lugar perante o companheiro”, de acordo com seu relatório.

Por essas razões, a unidade compreendia e não forçava a aproximação, mais deixavam as possibilidades em aberto. Depois que a irmã engravidou, os contatos entre as irmãs ficaram mais distantes ainda. A unidade entendeu que o retorno da adolescente à casa da sua família poderia prejudicar a integridade física e psicológica de todos. Mesmo assim, os técnicos deixaram claro que sempre mantiveram um “canal aberto”, informando a irmã sobre a evolução da medida socioeducativa de Sofia.

Desde o retorno da sua última internação, Sofia estava há quase um ano em um quadro estável e estava conseguindo reduzir o número de medicamentos ingeridos. Diante da melhora a equipe se preparava para elaborar o próximo encaminhamento. Após uma reunião interna de estudo de caso, a equipe entendeu que era possível recomendar que Sofia fosse direcionada para o acolhimento institucional.

De acordo com o relatório, cada área técnica manifestava suas razões que justificavam o porquê daquilo ser possível. Na ausência de do apoio familiar, outros fatores foram mobilizados para argumentar o motivo do *encaminhamento*.

A área pedagógica informava que a jovem, apesar de não ter participado de muitas atividades devido aos internamentos psiquiátricos e pelo advento da pandemia, tinha concluído os estudos pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) e se preparava para tentar ingressar no ensino superior. E que, no geral, era notório como a jovem tinha se tornado mais participativa nas atividades educativas.

A terapeuta ocupacional destacava como a jovem se portava de forma proativa, e demonstrava clareza e entendimento sobre suas possibilidades no após a medida socioeducativa. Sofia tinha recebido uma herança devido à morte do seu pai, uma quantia

razoável que daria possibilidade de um recomeço para a jovem. Por isso, a equipe da unidade tinha procurado cursos online sobre administração financeira oferecido pela FGV, já que a jovem teria “que realizar essa tarefa de maneira autônoma e independente”.

Tanto o pedagogo quanto a terapeuta destacavam como a jovem tinha ciência de que precisaria se preocupar com a questão de sua moradia, inserção profissional e organização da vida pessoal. E que havia decidido “que as atividades de baixa complexidade seriam mais interessantes para a inserção no mundo do trabalho”. Já que Sofia não demonstrava inclinação para nenhuma área de conhecimento em específico.

No final de sua manifestação a terapeuta incluiu um parágrafo com uma observação que poderia ser interpretada de duas maneiras, dependendo de como fosse lido. Sofia estava há pelo menos 4 anos privada de liberdade, fato que pesava na sua avaliação e que posteriormente corroborou o encaminhamento priorizado pela promotora.

Destaco o trecho em especial, pois essa mesma informação apareceu duas vezes no relatório técnico produzido pela unidade. A diferença estava em como a sua redação tinha sido elaborada. A terapeuta ocupacional exaltava como a possibilidade de saída impulsionava positivamente a jovem: “a impressão é de que a maioridade e a real possibilidade de encerramento da medida socioeducativa de internação trouxeram à Sofia uma urgência na busca pela maturidade”.

Já a manifestação elaborada por uma agente de segurança, além de informações sobre como a jovem tinha se adaptado bem e atingido todos os benefícios, ressaltava os problemas do tempo prolongado de institucionalização:

“Vale salientar, como dito em seu último relatório, que mesmo diante de todos os pontos positivos que permeiam o adequado cumprimento de sua medida, Sofia ainda é uma adolescente institucionalizada e limitada em sua percepção sobre o mundo externo. Muito embora no último mês, de forma oposta ao que ocorria anteriormente, tenha começado a expressar sua imensa vontade em finalmente terminar o cumprimento de sua internação e seguir sua vida em liberdade”.

Apesar do esforço em ter coerência, os pontos a serem apresentados como problemáticos (ou que poderiam vir a ser percebidos assim) nem sempre eram controlados pela equipe.

No próximo tópico vou apresentar a resposta da promotora especificamente sobre isso e as consequências para o encaminhamento: o fato de a jovem estar muito tempo institucionalizada era também a razão para continuar a institucionalização, ainda que em liberdade.

A manifestação da área da saúde, além dos dados médicos (como altura e peso), reforçava o quadro depressivo de Sofia. De acordo com as informações da enfermeira, a menina tinha sido acompanhada por um neurologista entre os 11 e os 14 anos, devido a um quadro de epilepsia. O parecer da saúde reunia uma lista dos encaminhamentos da jovem desde seu ingresso na unidade, devido às tentativas de suicídio e diagnóstico de depressão, seu laudo mencionava vários termos técnicos e CIDs.

A enfermeira encerrava sua participação destacando o que poderia ser visto como positivo do seu *encaminhamento*: que a jovem desejava continuar com o acompanhamento psiquiátrico iniciado no CAPS, queria manter o uso de contraceptivo e desejava cuidar melhor da sua saúde.

O parecer do psicólogo, bem mais extenso do que os demais, descrevia em seis páginas as etapas e evoluções da jovem dentro da medida. Informava a trajetória institucional da jovem, o contexto do ato infracional praticado e um resumo sobre a situação da relação com a irmã.

Pela ausência de comportamento autoagressivo, pensamentos de menosprezo e por estar conseguindo trilhar metas tangíveis para seu retorno à liberdade, o psicólogo entendia que era possível formalizar o encaminhamento. Inclusive, ressaltou que a jovem cogitava a hipótese de “mudar de cidade e residir em local completamente distante de seu passado infracional, de tal modo a construir uma vida sem que o passado, pelo conhecimento de outros, fosse um fator que lhe atormentasse”.

Visando uma avaliação que fosse condizente com sua “evolução”, o psicólogo incluiu algumas observações a respeito das mudanças apresentadas por Sofia. A estratégia de argumentação era apresentar que a jovem já tinha passado por dificuldades, mas que hoje as manejava com mais autonomia, como por exemplo:

[...] Em nosso último relatório foi informado que a jovem estava em aparente estado fragilidade emocional e sem motivação, comprometendo seus planos e perspectivas para construir seu plano de vida. Aquelas informações já não se aplicam mais ao estado atual da jovem. No momento, verifica-se outro modo de olhar para o cotidiano e para uma futura desinternação.

Reconhecer que existiam dificuldades no passado, mas que elas não se justificavam mais era uma das maneiras de enfatizar o trabalho feito. Sofia, agora possuía “um novo modo de olhar para seu cotidiano”, havia sido beneficiada pelo trabalho técnico desenvolvido. Essa era uma das formas enfrentar o problema da percepção por parte do

Ministério Público de que as mudanças das meninas pareciam muito “rápidas” entre um relatório e outro.

O psicólogo – profissional de referência – também apresentou um histórico sobre quais as medidas tomadas para reforçar o encaminhamento de acolhimento institucional, que passo a expor a seguir.

Há mais de dois meses, uma interlocução entre setores-chave da *rede* estava sendo feita para pensar sobre “o futuro desligamento da medida socioeducativa” de Sofia. Foram convidados representantes do Centro de Atenção Psicossocial (Caps), da Secretaria de Saúde (Sesa) e da Fundação de Ação Social (FAS), além dos funcionários do próprio Cense Joana Richa.

Em uma última reunião, além destes representantes, foram convidadas pessoas do Centro de Referência Especializada de Assistência (Creas), do Conselho Tutelar e a promotora da Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei. A pauta da reunião era elaborar um “fluxo para quando acontecesse a desinternação”.

Fazia parte da estratégia de argumentação do documento também convidar a promotora para participar das avaliações e articulações sobre a menina. A incorporação da promotora dava outro peso para estas relações e, a princípio, facilitava a *validação dos combinados* da unidade.

Na visão da promotora, esta inclusão era positiva porque dava oportunidade para ela cobrar pelo esforço quanto a individualização do atendimento, quase como um atestado de que apesar do relatório padronizado, esse esforço tinha sido feito.

O caso de Sofia também atendia outro requisito elencado pela promotora como importante: a inclusão das instituições do atendimento em meio aberto, os serviços municipalizados de atendimento, já que era “para onde as meninas iriam”.

Na visão do Ministério Público, caso a estrutura municipal não tivesse como atender a menina, seria necessário ela desenvolver “mais autonomia” para conseguir sua liberdade, até lá, era necessário a jovem permanecer na internação. De fato, foi em torno desta questão que as manifestações giraram: a menina tinha atingido autonomia suficiente para sair da instituição?

Após a realização de duas reuniões entre unidade e integrantes da *rede*, ficou acordado que assim que o juiz entendesse que a jovem poderia ser *desligada*, a equipe da FAS seria acionada e encaminharia Sofia para uma Casa de Passagem⁴⁵ ou uma Unidade

⁴⁵ Serviço de acolhimento institucional ofertado pelo município que recebe pessoas que não possuem residência, como em situação de rua, desabrigados, migrantes ou pessoas em trânsito.

de Acolhimento no bairro Capão da Imbuia, até que uma vaga em uma instituição de acolhimento mais condizente com o perfil da jovem surgisse.

Diante disso, o encaminhamento final do relatório reforçava que, pelas razões expostas, a unidade entendia que Sofia estava apta para ir para acolhimento institucional, sendo necessário a permanência do contato com os serviços de saúde e assistência social para a retomada “da sua vida com pauta na autonomia”.

ENCAMINHAMENTO ADEQUADO

Após o documento ser anexado ao processo, a promotora – que havia participado da reunião de encaminhamento – solicitou que a unidade comprovasse que de fato havia uma vaga para a jovem. O problema era que a medida de acolhimento institucional era destinada à jovens de até 17 anos, portanto, não abrangia pessoas com 18 anos ou mais:

no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informem se já foi articulado junto a rede socioassistencial de Curitiba a existência ou não de uma vaga para o acolhimento de SOFIA, tendo em vista que a nominada já conta com 18 (dezoito) anos completos.

Parte da função do Ministério Público como fiscalizador era fazer com as decisões fossem registradas formalmente no processo. O fato da jovem ser maior de idade, enfatizado (em negrito) pela promotora, poderia ser impedimento para o acolhimento institucional, apesar da discussão coletiva. O *encaminhamento* poderia ser possível caso o juiz entendesse ser viável.

Na lógica da promotora, era necessário “olhar para o todo”. Era necessário avaliar a evolução da jovem dentro da medida, mas também a viabilidade das possibilidades fora dela. Isso se revertia em cobranças para a equipe técnica que deveriam promover a atuação integrada dos serviços da *rede*.

Quando mais comprovada ficasse a “atuação de equipes multidisciplinares na execução das medidas socioeducativas”, mais forte seria a “efetividade ao seu caráter educativo e socializador”, como destacado por um material institucional elaborado por outra promotora da área na página do Ministério Público (AZEVEDO, 2009).

Em outros casos, esse “olhar do todo” poderia ser uma pesquisa para verificar se uma jovem pertencia a organizações criminosas, mesmo que de forma coadjuvante. Outro exemplo mencionado pela Dra. Danielle eram as situações em que a própria família pedia para a jovem não ser desinternada: “às vezes a própria família me pede para segurar ela

[a menina]. Às vezes o namorado está solto e faz parte da organização criminosa e daí pode envolver ela novamente”. Coisas que ela julgava que não serem de conhecimento (ou responsabilidade) da unidade.

Ainda que a inclusão da Dra. Danielle nas reuniões de estudos de caso fosse positiva, nem sempre isso reduzia as demandas por parte da unidade. A promotoria considerava elementos que, às vezes, “nem eram de conhecimento da unidade” como me disse a promotora. Apesar do domínio técnico, o Ministério Público tinha o encargo de ver a situação da menina por uma perspectiva mais abrangente: de dentro e de fora da unidade. Fazer isso, no caso de Sofia, era verificar a adequabilidade da instituição de acolhimento e garantir que havia um efetivo compromisso de receber a jovem. Era importante a manifestação formal sobre a existência de vaga em alguma das instituições aventadas para depois, se necessário, a instituição responsável pela indicação pudesse se responsabilizar.

Até então, sabia-se que a equipe da FAS seria acionada, que havia a possibilidade de encaminhamento para uma casa de passagem e que, posteriormente, havia a perspectiva de enviar a jovem para um “local mais adequado”. A infraestrutura do atendimento socioeducativo demandava um esforço para manter as coisas juntas e funcionando. Apesar do empenho da unidade, era necessário mostrar a articulação formalizada e de que compromissos tinham sido de fato assumidos e *encaminhamento* tinha sido formalizado no processo.

Como resposta à solicitação a diretora da unidade apresentou um extenso documento relatando cada passo do procedimento: em que dia havia ocorrido a primeira reunião, quem estava presente (incluindo a presença da promotora) e o que tinha ficado acordado. A diretora ainda colocou em anexo a resposta encaminhada pela representante da FAS que reforçava o que tinha dito.

O problema era que o direcionamento proposto não se adequava ao tipo de atendimento que a adolescente necessitava. Em todas as manifestações, reforçou-se que Sofia seria encaminhada para a Casa de Passagem, pois a Fundação de Ação Social não possuía acolhimento institucional que atendesse ao perfil da jovem.

A Casa de Passagem para Mulheres era destinada para atendimento do público feminino com ou sem filhos vítimas de violência doméstica, em situação de desabrigo ou situação de rua, mas que devido à pandemia de COVID-19 estaria somente “atendendo o público do grupo de risco, mulheres idosas e gestantes”.

Após isso, a promotora solicitou que a unidade fizesse uma visita técnica na unidade sugerida pela FAS, “para avaliar as condições de atendimento do local, prestando, na sequência, informações acerca da adequação ou não daquela unidade frente as necessidades de Sofia”.

No mês seguinte, um relatório produzido pelo Cense Joana Richa condensava as principais informações do local visitado. Após novo contato com a representante da FAS, a equipe foi informada de que uma ONG seria a instituição indicada para acolher a menina. A instituição era de cunho religioso e funcionava como uma comunidade terapêutica, “sendo estritamente necessário que o acolhido, conhecendo o funcionamento do programa, manifestasse o desejo em ser inserido no tratamento”.

Sofia seria encaminhada para a instituição Servo Sofredor, que era uma ONG de cunho religioso, que funcionava em convênio com a FAS e o governo federal. Durante a visita técnica, tanto a menina, quanto o psicólogo, a terapeuta ocupacional e uma agente conheceram o estabelecimento.

A ONG era um mosteiro carmelita que abrigava dependentes químicos e que mesmo que a jovem não se enquadrasse nessa classificação, a equipe entendeu que a instituição era adequada, pois “a proposta do programa visava atender a emancipação dos acolhidos oferecendo ambiente com atividade para organizar o cotidiano e consequentemente prepará-los para exercer com autonomia”.

A ONG não era oferecida escolarização na primeira fase de atendimento, “por haver risco de recaída no uso de drogas”. A adequação ou não do espaço para a jovem acabou sendo resolvida devido ao entendimento da FAS de dos locais disponíveis, aquele era o mais viável, como ressaltado pela promotora:

[...] explicaram os representantes que Sofia não possui quadro de dependência química e que o encaminhamento foi realizado através da FAS, por julgar que o ambiente seria mais adequado do que os propostos anteriormente, ou seja, a Casa de Passagem e a Unidade de Acolhimento Capão da Imbuia, explicando ainda o atual momento da jovem, que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa. Diante disso, consta que o fato de Sofia não ser dependente química não foi entendido como um impeditivo.

Mesmo permanecendo a inadequação do tipo de atendimento, o encaminhamento para a instituição foi aceito pela ênfase na busca de emancipação e autonomia. Por fim, o relatório da unidade com a descrição da visita incluía uma carta redigida pela própria adolescente, que foi adicionada no final da manifestação.

Sofia descrevia como tinha sido a visita à ONG:

achei a proposta de atendimento boa porque vai me dar a possibilidade de viver em uma realidade de casa, mas tendo orientação. Na rotina da casa tem um cronograma de atividades que é compartilhado entre todas as mulheres que estão lá: ajudar na cozinha, na limpeza, na horta, no espaço externo e outras coisas.

[...]

No final da visita ganhei um manual com as regras da casa e vou conseguir cumpri-las. O que eu também gostei foi que tem a possibilidade de ser encaminhada a um trabalho, curso e escola. É um lugar onde vou ter tempo e assistência para organizar meu futuro e conhecer a cidade. Estou disposta a aproveitar a oportunidade.

Surpreendia que a descrição da visita da menina se aproximava muito do que o próprio Cense fazia diante da chegada de uma jovem. Em resposta ao relatório técnico, a promotora mencionou que havia conversado reservadamente com Sofia e que a jovem “estava calma, com discurso extremamente coerente, demonstrando reconhecer os benefícios do processo socioeducativo, demonstrando uma maturidade não vista nas conversas anteriores”.

Também ressaltou que a jovem “infelizmente teria que trabalhar sua vida pautada em sua autonomia”, visto que não contava com apoio familiar, e que tinha consciência que teria que seguir sua vida de forma independente, contando com o suporte ofertado pelo sistema de garantia de direitos. Algo que já tinha sido iniciado com o atendimento da unidade socioeducativa.

Diante das considerações, a promotora avaliava ser possível a liberação da medida de internação, mas devido ao fato de a jovem ter ficado quatro anos recebendo atendimento (entre medida socioeducativa e internação psiquiátrica) entendia que era importante continuar com acompanhamento por parte do estado. Para justificar isso, a Promotora recuperou uma frase de um dos relatórios:

[...] fato é que a nominada está afastada do convívio em sociedade há mais de 4 (quatro) anos, recebendo durante todo esse período amplo e irrestrito cuidado em todas as áreas por meio de equipe multidisciplinar do Cense (saúde, escolarização, profissionalização, desenvolvimento pessoal, entre outras – merecendo especial destaque a área de saúde mental).

Se o “tempo dava possibilidade de fazer coisas pela menina” isso alterava a forma de ver as consequências da privação de liberdade da jovem e parecia criar o problema que queria resolver. Ficar longe do dia a dia, poderia reduzir sua autonomia, isso poderia ser revertido quando a jovem estivesse na unidade através das oportunidades

que restaurariam essa qualidade ou desenvolveriam essa habilidade, mas quanto mais tempo institucionalizada, mais dependente a menina poderia ser considerada.

A fala da promotora se justificava em parte pelas circunstâncias do atendimento, pelo número reduzido de vagas na unidade feminina, em comparação às outras unidades masculinas, que fazia com que apenas os casos mais graves fossem levados à internação.

De acordo com a promotora: “então, a menina que pega internação é porque cometeu um ato efetivamente grave. Por isso o tempo é maior. Geralmente é caso de latrocínio, homicídio, matar a mãe, o companheiro... tem mais violência”. Ainda que a medida socioeducativa não se equiparasse com uma pena (pela durabilidade pré-estabelecida), demandava mais trabalho por parte da equipe técnica para realizar o trabalho socioeducativo, na visão da promotora.

Já os meninos seriam institucionalizados por questões mais banais, como roubo de celular, porque o número de vagas tornava isso possível: “as meninas eles nem trazem, porque não tem como. Então, quando elas vão para a internação é porque é grave”.

Ao contrário do que muitas pessoas atuantes da socioeducação acreditavam, as meninas não eram mais difíceis, na visão da promotora, só eram internadas as que cometiam atos graves. Isso implicava um perfil de jovens “mais complexo”, além dos casos de psicopatia. O tratamento socioeducativo precisava ser mais prolongado, algo que dois ou três meses de internação não resolveriam, por isso elas permaneciam mais tempo.

A promotora continuou sua manifestação enfatizando essa característica, e pinçou mais trechos do relatório técnico produzido pela unidade:

Veja-se, em que pese o relatório técnico mencione que o período foi de significativos avanços para Sofia, consta expressamente do documento que a jovem ainda está institucionalizada e limitada em sua percepção sobre o mundo externo, sendo que até pouco tempo não demonstrava grande percepção e entendimento sobre o real sentido da medida socioeducativa, bem como demonstrava medo sobre o que encontraria “lá fora” (referindo-se a vida em liberdade) [...] ao passo que sua recente empolgação em retomar a vida em liberdade necessita de especial atenção durante o início de seu retorno ao convívio social comunitário.

Por isso, o Ministério Público não achava prudente a simples extinção da medida socioeducativa, a interrupção abrupta deixaria a jovem desassistida “colocando em risco todos os avanços alcançados pela equipe multidisciplinar no Cense Joana Miguel Richa durante o processo socioeducativo de Sofia”, expressava a manifestação de forma sublinhada. Por ser um caso “extremamente complexo e de difícil resolução”, era

necessário progredir para uma medida de liberdade assistida, mesmo a jovem já tendo 18 anos. Novamente, prolongando a relação de tutela em relação à menina.

4.2 A PROGRESSÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Diante das considerações apresentadas, cabia à Defensoria Pública apresentar seu parecer. Sua incumbência em garantir os direitos das jovens poderia se manifestar de forma diversa dos demais atores da política, podendo inclusive ir contra o relatório técnico da unidade⁴⁶.

O defensor reforçava que aquela não era a primeira vez que um pedido de acolhimento institucional era feito. Após o ingresso na unidade e a primeira internação em hospital psiquiátrico, quando a jovem completou dois anos e nove meses de privação de liberdade (entre medida socioeducativa e preventiva), a Defensoria Pública solicitou o encaminhamento para acolhimento institucional. Este primeiro pedido foi negado e o juiz determinou o retorno da jovem para o Cense Joana Miguel Richa, no final de 2019.

Assim que a jovem retornou à unidade e foi encaminhado seu primeiro relatório técnico pós internação psiquiátrica, a Defensoria Pública novamente solicitou o encaminhamento da jovem para acolhimento institucional diante do quadro de instabilidade de Sofia ainda em 2019. Além disso, solicitou que fossem computado o tempo total de privação de liberdade (dentro da unidade e no hospital). Diante da continuidade do quadro estável da jovem em 2020, a Defensoria se manifestava novamente a favor do encaminhamento proposto e corroborava com as razões apresentadas pela unidade.

A discussão da defesa concentrava-se em outro ponto sugerido pelo Ministério Público: a continuidade da medida socioeducativa através da liberdade assistida. Na visão da Defensoria Pública, “progredir” de medida ao invés de extinguir a relação socioeducativa era prolongar o regime de disciplinamento. Submeter a jovem a uma liberdade assistida ainda a manter a submetida a certas obrigações perante o estado.

O defensor reforçava que o período total de institucionalização já era extremamente penoso e já tinha atingido seu objetivo. Para fazer valer os princípios do

⁴⁶ Essa informação me foi dita pelo Dr. Leonardo, defensor público que conversei no final de 2021, portanto não se refere ao presente caso. Como exemplo de uma situação como essa, o defensor me relatou que as vezes a Defensoria pedia a extinção da medida, mesmo que o relatório da unidade não fosse tão positivo.

ECA, era necessário saber quando o caráter pedagógico das medidas socioeducativas havia se esgotado.

Diferentemente do Ministério Público, que enfatizava a necessidade de garantir o caráter pedagógico da medida socioeducativa através da exigência de mais serviços ofertados pela unidade à menina (e, por consequência, prolongando sua permanência), a Defensoria apresentava uma argumentação oposta. Diante da estagnação dos benefícios da internação era possível pleitear a liberdade da jovem.

Dentro do processo de Sofia, isso era possível de se auferir pelas informações técnicas oferecidas pela unidade: a capacidade da jovem em controlar suas emoções, o bom relacionamento com a equipe, o não envolvimento em nenhum conselho disciplinar e a conquista de quase todos os benefícios dentro da unidade.

No final de sua manifestação, o defensor afirmou que os “juristas no geral não possuem capacidade técnica para apontar quais sujeitos possuem valores morais a serem mais modelados”, por isso entendia que o relatório psicossocial era fundamental, porque tinha sido elaborado por operadores que acompanhavam cotidianamente a adolescente.

O interessante da argumentação do defensor era que ele exaltava que o encaminhamento técnico já indicava qual era o melhor desfecho possível: se a “adolescente não mais possuía comportamento e postura de descontrole emocional e não negava o atendimento psicológico”, ela estava manifestando uma postura autônoma do seu controle emocional.

O defensor enaltecia os pontos que reforçassem seu ponto, e demonstrava que havia uma segurança no *encaminhamento* proposto, quase como uma garantia. A diretora havia comentado algo nesse sentido comigo, que só passou a fazer sentido quando acessei o processo. Ela se referiu a um jogo entre os atores da política: por parte do juiz e da promotora existia a necessidade de se “garantir” que a jovem não iria mais cometer delitos, uma coisa impossível de se prever.

Em novembro de 2020, o juiz responsável pelo julgamento dos casos de Curitiba, Dr. Flávio, deu sua posição final sobre o caso. O judiciário era favorável à substituição da medida socioeducativa de internação pela liberdade assistida, “considerando a extrema gravidade do ato infracional e o longo período de privação de liberdade” a que a jovem tinha sido submetida.

A justificativa para a aplicação da liberdade assistida (e não a extinção da relação disciplinar) retomava o argumento de que a jovem tinha passado muito tempo sendo

atendida, e por isso ainda dependia dos serviços ofertados pela instituição, como acesso à equipe técnica, supervisão e “efetiva ressocialização”, e ainda mencionava:

Não é o caso da extinção da medida socioeducativa, pois a socioeducanda ainda não está ressocializada e necessita de acompanhamento de equipe técnica, considerando, inclusive, o longo tempo de privação de liberdade a que foi submetida necessariamente”.

As circunstâncias da trajetória da menina eram mobilizadas de diferentes maneiras ao longo do processo. A defesa ressaltava os prejuízos do maior tempo de institucionalização, já o juiz e a promotora reforçavam a necessidade de continuar a relação de acompanhamento (pelo viés disciplinar da liberdade assistida) justamente pelo tempo em que esteve restrita de sua liberdade.

Na visão do juiz, a sentença contribuiria para consolidar os benefícios já alcançados com a internação e acolheu a sugestão da promotoria de vincular o a unidade socioeducativa a um monitoramento da jovem durante o período inicial de adequação à instituição de acolhimento institucional. A promotora tinha solicitado essa ação reforçando que era importante o Cense Joana Richa continuar o acompanhamento da jovem por entender que a equipe tinha um *bom vínculo*.

A função do juiz se aproximava à do Ministério Público no sentido de avaliar a vida da jovem dentro e fora da unidade. De acordo com a informação da sua assessora, quando conversamos em junho de 2021, “a diferença do juiz era que ele analisava outros fatores além do relatório, ele considera os antecedentes infracionais das jovens, ocorrência de conselho disciplinar, os relatórios, a natureza do ato infracional, o parecer da promotoria e da defesa”. Estes fatores serviam para diferenciar a hierarquia dos argumentos. Apesar do conhecimento técnico mobilizado pela unidade, os demais atores tinham a incumbência de zelar pelo tempo da menina dentro e fora da unidade.

Um mês após a saída da jovem da unidade e ingresso na ONG, a equipe de técnicos/as apresentou um novo parecer atendendo ao pedido da decisão judicial. De acordo com os/as técnicos/as da unidade, na primeira tentativa de contato feita por telefone com a ONG, a jovem não pode falar com a equipe do Cense devido às normas internas da instituição em que estava acolhida. Somente na semana seguinte Sofia pode ser contactada.

Conforme o relatório de acompanhamento, a jovem “demonstrava tristeza e sintomas depressivos e que em uma crise teria cortado superficialmente seu pulso com

objetos cortantes”. Sofia conversou com os/as profissionais da unidade socioeducativa que procuraram orientá-la a permanecer no abrigo. O relatório da unidade reforçou que orientou a jovem que aquela era uma “oportunidade para si mesma”, e por isso era importante tentar compreender que o abrigamento era um momento em sua vida para se fortalecer e se organizar para o retorno à convivência em liberdade.

Conforme o relato, Sofia pareceu acolher o que lhe foi dito por telefone e entendia que o abrigo era bom, ela que não estava bem. A partir disso, a equipe sugeriu que a ONG encaminhasse a jovem para um atendimento psiquiátrico com urgência, recomendação que foi atendida. Ainda no mesmo mês que a equipe entrou em contato com Sofia, a unidade teve ciência de que uma segunda tentativa de autoagressão tinha sido realizada pela menina. Diante do ocorrido, a unidade resolveu acionar novamente a irmã da jovem.

Após várias tentativas por parte dos/as técnicos, a irmã mais velha foi encontrada. Quando ela ficou sabendo sobre os últimos acontecimentos da vida de Sofia (tanto a ida para a ONG quanto o episódio de autoagressão), aceitou acolhê-la em sua casa, graças a um intenso processo de mediação da unidade. No mês seguinte, Sofia saiu da instituição e foi transferida para cumprir sua medida de liberdade assistida no local em que residiria com sua irmã. Não sendo mais informado nada a respeito da jovem.

CONCLUSÃO

Ao longo deste capítulo, meu objetivo foi apresentar como os atores da política socioeducativa se relacionavam e como, a partir do processo das meninas, cobranças poderiam ser feitas entre as instituições. Refiro-me especificamente aos casos em que a unidade socioeducativa era demandada a fazer, complementar e informar algo.

Os esforços empenhados na primeira etapa de elaboração dos relatórios técnicos eram fundamentais uma vez que eles saíam da unidade: as estratégias argumentativas e a necessidade de coesão poderiam potencializar um sucesso maior de aceitação por parte do Ministério Público e do Judiciário. Uma destas táticas era a própria inclusão da promotora nos estudos de caso. Apesar disso, “cada relatório, era um relatório” como me foi dito pela diretora socioeducativa e nunca havia certeza da tática empreendida.

Também quis expor aqui como as informações das meninas eram manejadas de formas diferentes. O ato de “pinçar” as informações produzidas pelos/as técnicos/as sobre as meninas era realizada tanto para argumentações a favor dos encaminhamentos quanto

para fazer objeções. Entendi que isso não era uma forma de desacreditar o saber técnico, mas utilizá-lo conforme sua interpretação.

Relatar o caso de Sofia também foi uma tentativa de materializar as tensões apresentadas nos demais capítulos. Assim como as relações entre meninas e servidores/as dentro da unidade, fazia parte da infraestrutura de atendimento socioeducativo várias relações que exaltavam o caráter duplo do vínculo, no sentido empregado por Bateson, *double bind* (1970). Sempre havia um contraponto, algo a mais a ser considerado que parecia tirar a possibilidade do controle das meninas da autonomia tão enfatizada.

Havia um jogo entre os atores da política socioeducativa que buscava uma “garantia” de algo que efetivamente não poderia acontecer, pois não era possível prever o futuro das meninas. Digo isso não com descrença sobre suas ações, mas como forma de ressaltar como era difícil o trabalho de se julgar as meninas (aqui realizado por todos os atores da política). Apesar das tentativas de critérios objetivos e racionalizações: número de conselhos disciplinares, relação com família, articulação com a *rede*, no fim a vida humana era sempre imprevisível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desafio de organizar as questões analíticas sobre o atendimento fornecido às meninas do Centro Socioeducativo Joana Miguel Richa, busquei apresentar ao longo dos quatro capítulos as questões que permeavam seu atendimento.

Quando fui recebida pela equipe da unidade e expliquei meu projeto, muitos ficaram com a impressão de que se tratava de um estudo comparativo, e alguns servidores, inclusive, achavam que não poderiam participar porque não tinham experiência com meninos e meninas atendidos. De fato, existia o desejo de comparação, mas isso mudou ao longo da pesquisa, as expectativas levadas a campo nunca voltam sem alterações (SÁEZ, 2013).

Conversei com os diferentes tipos de servidores/as, sem restrições. Todos os dias em que eu chegava na unidade, era recebida pela diretora que me guiava pelos corredores para ser recebida pela equipe. Segundo ela, era necessária uma visão multidisciplinar para ter noção de como acontecia o atendimento socioeducativo. Pensando nessa multidisciplinariedade, propus a apresentação dos resultados do trabalho, pensando nas diferentes camadas de questões identificadas.

Por meio destes interlocutores/as, ficou visível como elementos heterogêneos eram incorporados à política socioeducativa, coisas que não estavam diretamente vinculadas, mas que impactavam o atendimento, como: a legislação ambiental que impedia a realização de obras; as tragédias burocráticas do dia a dia; a falta de recursos humanos; os estereótipos sobre as meninas que infringiam leis; a comparação com as unidades masculinas; o desgaste na relação entre os atores das políticas; as adaptações necessárias para superar as precariedades do atendimento; e a falta de articulação da rede de proteção; os desafios da escrita dos *encaminhamentos*; a falta de fortalecimento da rede municipalizada de atendimento; e os desarranjos familiares e vulnerabilidades anteriores a medida.

No primeiro capítulo, descrevi a unidade e indiquei as tensões inerentes ao atendimento. Ao fazer isso, quis demonstrar como o Centro Socioeducativo era resultado de várias perspectivas diferentes que culminaram no atendimento existente em 2021. A unidade poderia ser um espaço “em que realmente ocorria a socioeducação”, mas também poderia ser um local precário de se trabalhar, tudo dependia da relação do vínculo com as meninas.

Analiticamente, apresentei as considerações a respeito do atendimento socioeducativo da unidade feminina pelo conceito da infraestrutura, pois entendi que não era possível dissociar a dimensão física do espaço, das relações que ela permitia ou obstaculizava e de como estava organizada.

O trabalho desenvolvido na socioeducação era idealizado e moldado a partir de um longo histórico, permeado por traumas e promessas. As coisas visíveis e invisíveis, a sensação permanente de que algo poderia acontecer, as características arquitetônicas da unidade moldavam as ações tanto dos/as servidores/as quanto das meninas. O atendimento socioeducativo não se restringia somente à apresentação das fases do processo, mas as considerações de quem compunha a unidade, suas experiências diversas, o histórico de elaboração do projeto e suas aspirações, as consequências não programadas devido as alternâncias de gestão e governo.

No capítulo dois, apresentei as derivações dos *vínculos* a partir dos casos dos conselhos disciplinares, momentos em que as meninas recebiam uma sanção por descumprirem uma regra interna da unidade. Se iniciei a apresentação deste trabalho destacando as tensões que permeavam o dia a dia do atendimento, no segundo, apresentei como os/as funcionários/as geriam o anseio pelo controle e a identificação de situações de risco. Além do impacto imediato na avaliação da jovem, e no seu futuro pedido de desligamento da unidade, isso também despertava discordâncias dentro da equipe.

Também nesse capítulo, apresentei os *vínculos* e suas ambivalências. A unidade permitia mais interação, o que favorecia a relação entre servidores/as e meninas, mas isso também poderia desafiar a hierarquias das posições profissionais e ser visto como prejudicial. Esse *duplo vínculo* ocorria tanto pelo controle quanto pelo afeto e impactava não só as jovens como os/as servidores/as.

Tudo parecia ser planejado para controlar *as crises*, situações que eram bem menos registradas do que esperado. E ao se fazer isso, impunha-se um regime de controle dos afetos, do corpo, da voz, da circulação de informações. As práticas impostas as jovens também repercutiam nos/as servidores/as. Ainda que sempre existisse novas formas de se ameaçar essa estabilidade.

No capítulo três, apresentei o segundo tipo de documento consultado, os relatórios técnicos e o desafio de produzir ordem diante das relações ambivalentes: como demonstrar os avanços das jovens apesar das dificuldades dos atendimentos e como descrever o percurso evolutivo, sem que as descrições as prejudicassem quando analisadas pelos atores de fora da unidade. Aqui, quis dar especial atenção a forma como

a organização entre os grupos se alternava. Se antes o foco era entre funcionário/a e jovem, fora da unidade o centro socioeducativo também passava a ser avaliado. As angústias vividas pelas jovens eram sentidas pela equipe, nunca se sabia se o trabalho desenvolvido era bom o suficiente. A ênfase no *percurso*, apresentado as jovens quando elas ingressavam nestes espaços também servia para os demais, pois a busca pela coesão no trabalho era necessária.

A ambivalência também era percebida nos documentos, por mais que estratégias fossem postas em teste para elaborar um *bom* relatório e fazer jus a “evolução” da jovem dentro da unidade, mesmo com as limitações, nunca era possível antecipar quais seriam os pontos problematizados pelos demais atores da política. O resguardo dos direitos das meninas poderia culminar em arranjos contraditórios, como as situações em que as jovens eram prejudicadas por critérios além delas.

No capítulo quatro, apresentei a fase final do atendimento, o momento do encaminhamento da jovem para fora da unidade. Se nos capítulos anteriores demonstrei o que era necessário para uma “boa evolução” da medida socioeducativa por parte da menina, aqui quis destacar como – além destes critérios – era necessário o entendimento dos demais integrantes da política socioeducativa.

Existia a ideia de que as jovens se beneficiavam ficando mais tempo internadas (por terem acesso aos serviços cruciais para a reconstrução de seu projeto de vida), mas isso também poderia prejudicá-las e torná-las alheias as realidades. A eterna preparação para o exercício pleno da autonomia, que nunca chegava, sempre poderia vir acompanhada de um “mas”, um contraponto às diferentes declinações da ideia. O pêndulo entre a educação e a segurança, não só dentro da unidade, mas em todo o processo socioeducativo, parecia um resultado contingente. E chamava atenção a coincidência temporal entre essas situações e a edição de legislações “mais progressistas”, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e do SINASE (2012).

As descrições sobre como deveria ser o atendimento, ou o preparado da jovem para o retorno a liberdade descrevia o comportamento quase impossível de realizar: ser controlada, não deixar se levar pelas emoções, ser resiliente com as frustrações, saber seu lugar e quais suas reais oportunidades, ter curso, ter educação, ter emprego, ter família, ter algo para poder contar quando saísse da unidade.

Trabalhar com as meninas parecia ser difícil, mas as razões para poder se afirmar isso não faziam parte de uma “essência feminina”, diziam respeito às condições em que o atendimento acontecia. Os estereótipos de gênero também constituíam a infraestrutura

do atendimento socioeducativo e eram alimentados por ela. Se de fato, elas “pediam mais atendimentos”, “reclamavam mais”, “demandavam mais”, não necessariamente isso fazia parte de uma necessidade maior “feminina”, mas porque por meio destas ações as jovens moldavam suas vivências dentro da unidade.

A socioeducação parecia se fazer no improviso. Para além da esfera física, existia a sensação, por parte dos/as servidores/as, quanto a um deslocamento profissional. Apesar das regulações, alinhamentos, documentos e diretrizes, os/as agentes entendiam que seu trabalho envolvia uma dimensão psicologia que não era sua atribuição; a equipe técnica também entendia que existia uma inadequação diante da relação de hierarquia e limitações da própria instituição.

Esse desconforto surgia dos momentos de limbo, em que segurança e pedagogia precisavam se combinar para realizar o atendimento, mas não ficava claro os limites de casa área. Conhecimentos que não se aprendiam em cursos, mas sim na prática. A socioeducação se fazia, acima de tudo pela prática.

Quando comecei minhas pesquisas sobre o Cense Joana Richa, ainda em 2017, chamava a minha atenção as particularidades sobre a unidade: ser um local que não parecia uma prisão, ser um convento adaptado, ser a única unidade feminina do estado, ser um local em que o “atendimento socioeducativo era diferente” dos demais, mas que às vezes demandava muito mais dos/as servidores/as.

O projeto idealizado nos anos 80, que almejava se desvincular de uma perspectiva punitivista, sofria as consequências das mudanças de diretrizes políticas, administrativas e, principalmente, as restrições orçamentárias.

Se era por meio destes estabelecimentos que o Estado executava sua política socioeducativa que tem por objetivo realizar a responsabilização de jovens e promover sua integração social, como preconizado pelo art. 1º da lei nº 12.594/2012, que institui o Sinase, pode se questionar qual o tipo de futuro que se deseja para as meninas. Mas essa imaginação de futuro só pode existir porque também existe uma imaginação do presente de quem elas são, e isso também moldava o atendimento socioeducativo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. G. M. de. A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado). São Paulo.
- ANAND, N. 2015. "Accretion." Theorizing the Contemporary, Fieldsights, September 24. Disponível em: <<https://culanth.org/fieldsights/accretion>>. Acesso em: 24 jan 2022
- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000
- IBAM. INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Relatório de análise das entrevistas realizadas com gestores (as) dos sistemas e dos centros socioeducativos estaduais e distrital, em 10 cidades brasileiras. Brasília - DF: 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3MafH48>>. Acesso em: 23 set 2021
- AZEVEDO, M. L. O Ministério Público e a Execução das Medidas Socioeducativas. Criança e Adolescente. Ministério Público do Paraná. 2009. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-443.html> . Acesso em: 23 jan 2021
- BATESON, G. "Foreword, 1971". Steps to an Ecology of Mind. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2000 [1972].
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: Conanda, 2006
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Portal da Legislação, Brasília, DF, 18 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm.
- CAVICHIOLO, R. S. Duas famílias, duas leis. Universidade Federal do Paraná. 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/63437> . Acesso em: 15 out 2021
- CELESTINO, S. Entre a Funabem e o Sinase: a dialética do atendimento socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27042/27042.PDF> . Acesso em: 28 fev 2022
- CONSELHO DA CRIANÇAS E ADOLESCENTE. Estado de Alagoas. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas. Morre Antonio Carlos Gomes da Costa, um dos redatores do ECA. Sala de Imprensa. 10 mar 2011. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2011/marco/morre-antonio-carlos-gomes-da-costa-um-dos-redatores-do-eca>. Acessado em: 11 jan. 2022.
- COSSETIN, M. Proposta Político Pedagógica Na Socioeducação: A Busca Pela Superação Da Mera Adaptação Social. In: KRAVETZ, A. de L. et al. Cadernos de

socioeducação: bases teórico-metodológicas. 1 ed. Curitiba: SEJU-PR, 2018. P. 15- 24. Disponível em: <https://bit.ly/3tfoCII> . Acesso 28 fev 2022

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em < <https://bit.ly/3hqylGQ>> Acesso em 29 fev 2022

DEASE. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Portaria nº 04/2015. Regulamenta os procedimentos de solicitação para a realização de pesquisa nos Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Paraná: DEASE, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3h9KNdD>. Acesso em: 22 fev 2022.

_____. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Portaria nº 04/2018. Relatórios Técnicos. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Paraná:

_____. 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/3BHV1LL>> . Acesso em: 22 fev 2022.

_____. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Relatório De Atividades Desenvolvidas Durante A Pandemia Ocasionada Pelo Covid-19. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Paraná: DEASE, 2020b. Disponível em: < <https://bit.ly/3tjU74m>> Acesso em: 28 fev 2022.

_____. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Relatório de Gestão 2019-2020. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. Paraná: DEASE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36JJpN2>>. Acesso em: 25 fev 2022.

_____. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Resolução nº 265/2021. Aprovar, na forma do ANEXO que integra a presente Resolução, o Código de Normas e

DIA A DIA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Organização do Trabalho Pedagógico - Pensadores da Educação – Makarenko. s.d. Disponível em: <https://bit.ly/3nXBq4N>. Acesso em: 24 jan 22

DIGIÁCOMO; M. J. DIGIÁCOMO, I. A. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado. 7ed. Curitiba: Fempar, 2017.

DIGIÁCOMO; M. José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Almorim. Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado. 8. ed. Curitiba: Fempar, 2020. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_ anotado_2020_8ed_mppr.pdf

DINIZ, D. Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação do Distrito Federal. Instituto Anis. 2015. Disponível em: <http://anis.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Anis-Meninas-fora-da-lei-2017-2.pdf>. Disponível em: <https://bit.ly/3pk1Z7p> . Acesso em: 28 fev 2022

DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias. RJ, Graal, 1980.

FOLHA DE LONDRINHA. Rebelião em Piraquara – Sete adolescentes morrem em educandário. Folha Geral. Folha de Londrina. 24. Set. 2004. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/rebeliao-em-piraquara---sete-adolescentes-morrem-em-educandario-505864.html>> . Acesso em: 19 fev. 2022.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso. Revista Brasileira de educação, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999a.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999 Direitos dos mais e menos humanos.
<https://www.scielo.br/j/ha/a/5ywdBJsqVzrzn4PJYJgBRz/?lang=pt&format=pdf>

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 28. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FREIRE, M. S. Política social para a infância e adolescência: aspectos sociopolíticos nos discursos dos governadores do Paraná (1910-2010). Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.

GUPTA, A. The Future in Ruins: Thoughts on the Temporality of Infrastructure. In: Anand, Nikhil; Gupta, Akhil; Appel, Hannah. The Promise of Infrastructure. 2018. Duke University Press. p. 62-79.

GONÇALVES, H. S.; SERENO, G. C.; ABREO, L. de O. O fazer socioeducativo: trabalhando com os agentes. In: ZAMORA, M. H.; OLIVEIRA, M. C. (Orgs.). Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos, p. 202-220. Curitiba: Appris, 2017.

HULL, M. S. Government of paper: The materiality of bureaucracy in urban Pakistan. Univ of California Press, 2012.

JENSEN, C. B.; MORITA, A. Introduction: Infrastructures as ontological experiments. Ethnos, v. 82, n. 4, p. 615-626, 2017. Engaging Science, Technology, and Society 1 (2015), 81-87. DOI: <http://dx.doi.org/10.17351/ests2015.007>

LARKIN, B. The politics and poetics of infrastructure. Annual review of anthropology, v. 42, p. 327-343, 2013.

LUGONES, M. G. Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales preventivos de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Editora E-papers, 2012.

LEONES, A. K. A. O difícil é segurar a cadeia: A experiência da socioeducação feminina no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8129>

LIMA, R. K. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. Anuário Antropológico, n. II, p. 25-51, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5335/1/02-anuarioantropologico-robertokant.pdf>

MACHADO, A. A. M.; P. L. 29 de abril de 2015, memória e esperança: 6 anos se passaram, mas o massacre continua. Artigo. Plural Curitiba. 2021. Disponível em: < <https://www.plural.jor.br/artigos/29-de-abril-de-2015-memoria-e-esperanca-6-anos-se-passaram-mas-o-massacre-continua/>>. Acesso em: 23 set 2021

MACHADO, I. V.; V. J. R. P. “Meninas Invisíveis”: uma discussão sobre a diversidade de gênero e proteção integral no sistema sócio-educativo brasileiro. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidade, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/3M7TWBL>>

MENDES, M. C.; RUFINO, J. B. Gênero e Avanços Fundamentais à Política de Socioeducação no Atendimento a Meninas: Trocando as Lentes de Gênero no Atendimento Socioeducativo. In: Simpósio Nacional em Socioeducação, 2017. Anais. Brasília: Parla Mundi da LBV, 2017. p.25. Disponível em: <https://bit.ly/3hnVtWn>

MISSE, M. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000.

MOCELIN, M. R. Políticas públicas e atos infracionais: educação nos centros de socioeducação infanto-juvenil no Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

MUSEU DA VIDA. Saiba mais – Lar Escola Hermínia Lupion. Institucional. 2014. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/museudavida/saiba-mais-lar-escola-herminia-lupion> . Acesso em: 18 jul 2021

MUNHOZ, Sara Regina. A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

OLIVEIRA, R. H. D. de. A Política de Socioeducação no Estado do Paraná e a transição do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (2007-2015). 2018. 217f. Dissertação (Mestrado – programa de pós-graduação em Educação) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: < <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3842>>

OTTO, N. B. Profissionais, rivais e sobreviventes: intersecções entre gênero e violência nas narrativas de meninas autoras de atos infracionais violentos. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.8.2018.tde-16022018-112536.

PARANÁ. GABINETE DO SECRETÁRIO. RESOLUÇÃO N° 44/2016. Dispõe sobre Código de Normas e Procedimentos das Unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado do Paraná. Secretaria De Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Paraná. Disponível em: < <https://bit.ly/3LTkyGt>> . Acesso em: 22 fev. 2022.

PEIRANO, M. De que serve um documento?. Política no Brasil: visões de antropólogos, v. 1, p. 25-50, 2006. Procedimentos das Unidades de Atendimento

Socioeducativo do Estado do Paraná. Paraná: DEASE, 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/3sT2LXe>> . Acesso em 22 fev 2022.

RAMIDOFF, M. L.; RAMIDOFF, L. M. B.; RAMIDOFF, H. M. B. Estatuto da Criança e do Adolescente – 3- anos: desafios contemporâneos da emancipação subjetiva. In: 30 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescentes. MARANHÃO, Clayton; CAMBI, Eduardo. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. P. 741-759.

RIBEIRO, D. Adolescentes agredem diretora do Cense Joana Richa. Gazeta do Povo, Curitiba, 2014, 20 mai.2014. Disponível em: < <https://outline.com/DxfyZs>>

RILES, A. (Ed.). Documents: artifacts of modern knowledge. University of Michigan Press, 2006.

RIZZINI, I.; CELESTINO, S. (2016). A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da FUNABEM. In: Freitas (Org.). História Social da Infância no Brasil (9ª ed. rev. e ampl.). (pp.229-250). São Paulo, SP: Cortez.

SABBAG, J. M. A Casa Das Meninas: A Execução Da Medida Socioeducativa De Internação como Responsabilização Pelo Cometimento do Ato Infracional das Adolescentes, Dentro Dos Parâmetros Legais. (Especialização em Gestão de Centros de Socioeducação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SÁEZ, O. C. Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Editeur inconnu, 2013.

SCHWENKEL, C. S. infrastructure and its breakdown in socialist Vietnam. American Ethnologist, v. 42, n. 3, p. 520-534, 2015. <https://doi.org/10.1111/amet.12145> .Acesso: 19 jul 2021

SILVA, E. G. da. A Representação Social do Centro De Socioeducação Joana Miguel Richa Para as Adolescentes em Conflito com Lei, sob O Regime De Internação. (Especialização em Gestão de Centros de Socioeducação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

STAR, S. The Ethnography of Infrastructure. University of California, San Diego. American Behavioral Scientist, Vol. 43 No. 3, November/December, 1999. p. 377-391. Disponível em: < <https://bit.ly/3hHJl2J>> Acesso em 28 fev 2022

SCHUCH, P. Práticas de Justiça: Uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese de Doutorado. Antropologia Social. UFRGS, 2005

TADEU, Tomaz. O Panóptico – Jeremy Bentham. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

VIANNA, A. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: LIMA. A. C. S. Gestar e gerir: estudos para uma

antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, p. 271-312, 2002.

_____. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S. R. R. (Org.) ; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.) ; Teixeira, C. Costa (Org.) . Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2014. 256p.

VILLALTA, C.. Un campo de investigación: las técnicas de gestión y los dispositivos jurídico-burocráticos destinados a la infancia pobre en la Argentina. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 13, p. 245-268, 2020.

VINUTO, J. V.; DOMINGUES, J. G.; SIGNORINI, H. “Falta de fechamento”: conflitos profissionais e centralidade dos procedimentos de segurança no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Sociedade e Estado. 2021, v. 36, n. 03.

VINUTO, J.; DUPREZ, D. O duplo objetivo sancionatório-educativo no Brasil e na França: as diferentes configurações organizacionais direcionadas ao adolescente em conflito com a lei. Revista Dilemas, Edição Especial, n. 3, p. 115-135, 2019.

ZALUAR, A. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

_____. Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.